



Relatório e Contas 2014



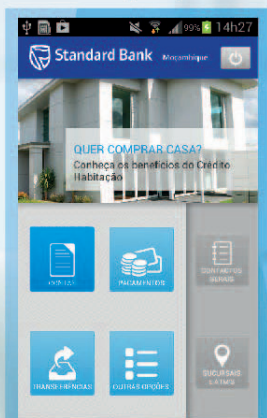
Standard Bank, SA



120 anos de História  
em Moçambique.

# Mobile Banking

O banco a qualquer hora.



**Standard  
Bank**

Seguindo em Frente

O Standard Bank Moçambique faz parte do Grupo Standard Bank, o maior banco em África em termos de rede de balcões, lucro e activos. O Grupo Standard bank, com fortes raízes Africanas e líder em mercados emergentes, tem representação em 20 países Africanos.

O Standard Bank Moçambique, que vem operando a 120 anos, tem uma vasta rede de balcões ao longo do país, oferecendo serviços financeiros variados aos segmentos de retalho bem como corporativo.

# Índice



4

Relatório do Presidente e do  
Administrador Delegado

6

Análise econômica

14

Governança corporativa

18

Análise financeira

22

Análise de unidades de negócio  
– Banca de Grandes Empresas  
e Investimento  
– Banca de Particulares e Negócio

24

Análise de risco de crédito

30

Relatório sobre colaboradores

32

Demonstrações Financeiras

Celebrando 120  
anos seguindo  
em frente

1894

Balcão aberto  
na Beira em  
instalações  
arrendadas.

Setembro

Aquisição de  
edifício de  
dois pisos para  
o balcão de  
Maputo.

Fevereiro

Dezembro

Aquisição de terrenos  
em Lourenço  
Marques para futura  
expansão.

Junho

Abertura de balcão  
em Macequece,  
mas encerrado em  
Outubro de 1903.

1892

Agosto

1896

1897

1901

1902

1912

Outubro

O Standard Bank  
estabeleceu – se  
em Moçambique.



Primeiro  
balcão aberto  
em Maputo

(então Lourenço Marques),  
em instalações arrendadas.

Aquisição de terreno  
e início da construção do  
balcão da Beira  
(concluído em 1902).

Março

Abertura de  
balcão em Vila  
Fontes (mas  
encerrado em  
Janeiro de  
1915).





Novas instalações concluídas e inauguradas em Lourenço Marques.

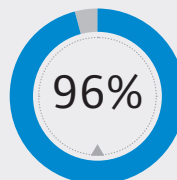
**Agosto**

O banco Português Totta Aliança SARL e o Standard Bank África do Sul criaram um novo banco denominado **Banco Standard Totta de Moçambique SARL (BSTM)**

– os balcões do Standard Bank em Lourenço Marques e Beira foram transferidos para o novo banco.

**Agosto**

O Grupo Standard Bank (GSB) incrementou a sua participação no BSTM para 40,72%



O GSB adquiriu as participações do Totta e Açores, os seus antigos parceiros estratégicos em Moçambique, aumentando deste modo a sua participação no BSTM para 96%. O banco retomou ao seu nome oficial de Standard Bank SA, originário do período pré 1965.

**Fevereiro**

1930

1962

1966

1974

1996

2004

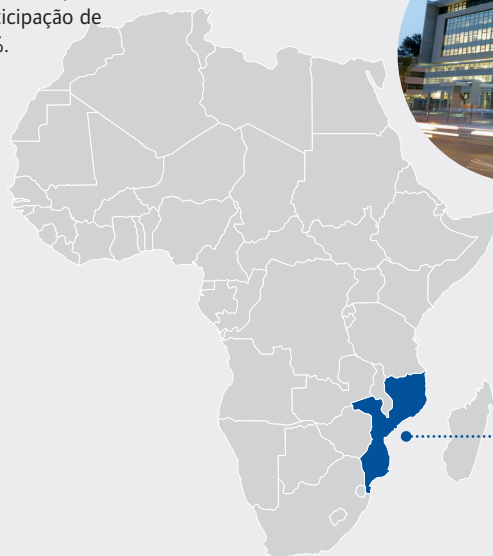
**2015**

O Standard Bank

**é o terceiro maior banco de Moçambique, com**

Os balcões em Moçambique começaram a operar como Standard Bank Lda, com a gestão diária do Standard Bank na África do Sul (SBAS) em Joanesburgo.

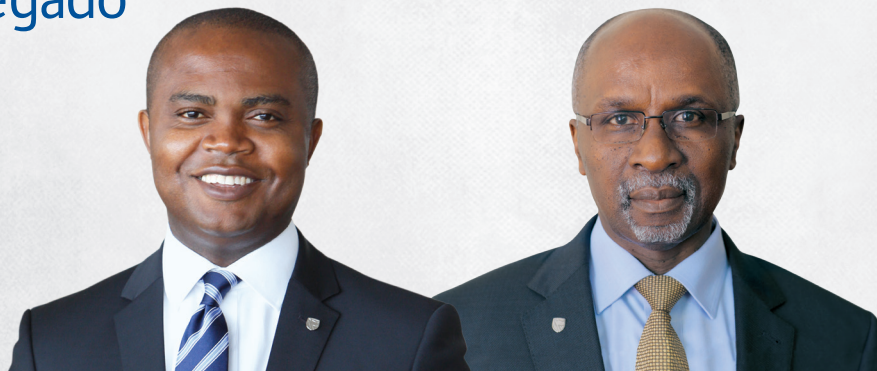
No âmbito das alterações políticas em Lisboa, os bancos que detinham 40% de acções do BSTM foram nacionalizados. Depois da independência de Moçambique, as incertezas políticas fizeram com que o SBAS reduzisse a sua participação de 5% para 0,72%.



**43**  
balcões  
em todo  
o país

# Relatório do Presidente e do Administrador Delegado

CHUMA NWOKOCHA | TOMAZ SALOMÃO



## Visão geral do ano

### Contexto operacional global

Segundo o FMI, a economia mundial continuou num percurso ascendente em 2014, registando um crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior, em linha com 2013. No entanto, em contraste com o ano anterior, este ano as economias avançadas registaram um crescimento mais acelerado, em comparação aos mercados emergentes e a China, que cresceram a um ritmo mais lento.

Melhorias no mercado de trabalho nos EUA, bem como uma política monetária propícia em todas as economias avançadas impulsionaram a recuperação nesses mercados. Por outro lado, a queda dos preços dos recursos naturais principalmente do crude, penalizou as economias emergentes, sendo muitas das quais exportadoras. Em resultado, a Nigéria e Angola continuam a ter um efeito de arrasto sobre as perspectivas de crescimento da África Subsaariana, enquanto que a África do Sul, com os seus desafios em torno dos seus sectores da energia e do trabalho, apresenta um risco ainda maior para a região.

No entanto, o Banco Mundial afirma que a queda dos preços do petróleo poderá contribuir de forma significativa para o crescimento global no futuro, assumindo que não irá cair muito mais, ao ponto de inviabilizar o investimento no sector, que é necessário para preservar a produção a longo prazo. Consequentemente, os exportadores de petróleo teriam mais sucesso se reformassem as suas políticas tributárias e de energia, a fim de limitar o impacto sobre as suas posições fiscais a curto e médio prazo.

### Contexto operacional interno

A economia moçambicana continuou a mostrar resiliência em 2014, apesar dos desafios que emanam da incerteza na sequência do conflito armado no centro do país. A insegurança desencadeada por uma série de raptos, bem como a apreensão que antecedeu as eleições gerais em Outubro, reduziram o nível de confiança por parte dos investidores. Em consequência, a actividade económica ficou retraída, dado que muitas empresas consideraram a situação volátil, preferindo adiar grandes decisões de investimento.

No entanto, um ambiente macroeconómico estável ao longo do ano resultou num rápido crescimento do PIB face ao ano anterior de 7,4%. O aumento da produção agrícola e do investimento directo estrangeiro no sector do petróleo e gás contribuiu significativamente para este crescimento, compensando o impacto dos baixos preços dos recursos naturais, especialmente o carvão. Contudo, a médio e longo

prazo, o prosseguimento do crescimento depende do desenvolvimento de infra-estrutura, um sector ainda pouco investido.

A inflação média manteve-se em níveis historicamente baixos, em parte apoiada por importações mais baratas da África do Sul, o principal parceiro comercial de Moçambique, devido a o rand relativamente fraco. Este efeito permitiu que o Banco de Moçambique baixasse a sua taxa de referência (FPC) uma vez durante o ano. Embora positivo para a economia e para os devedores, esta reacção colocou ainda mais pressão sobre as margens financeiras, dado que o custo de financiamento se manteve elevado. No entanto, o banco havia previsto esta questão e adoptou estratégias apropriadas em resposta.

## Marco significativo

Em Agosto de 2014 o Standard Bank celebrou 120 anos de presença no país. A nossa história longa e nobre em Moçambique data de 1892, quando o banco obteve autorização para operar no país. A partir de uma única agência em 1894 na cidade que era então conhecida como Lourenço Marques, actual Maputo, hoje servimos os nossos clientes através de 43 agências em todo o país, bem como através de outros canais, tais como ATMs, terminais POS, dispositivos móveis e serviços bancários online.

Como banco, alcançar um crescimento sustentável tem sido essencial, evidenciado pelo aumento da rentabilidade, um balanço sólido e robusto e uma base de capital humano que não fica atrás de nenhuma outra. Continuamos a ser o banco preferido pelas empresas e organizações internacionais de topo e continuamos a atrair muitas pequenas e médias empresas nacionais, bem como clientes individuais exigentes. A qualidade dos nossos colaboradores e a nossa reputação como um banco forte e líquido explica o nosso sucesso neste mercado, até à data.

## Foco estratégico

Ao longo dos anos a nossa estratégia foi construída em torno de um forte compromisso com os nossos clientes, procurando compreendê-los intimamente e gerar parcerias para disponibilizar soluções viáveis pessoais e de negócio. Para o efeito, avaliamo-nos regularmente em contraponto às suas expectativas para garantir que estamos continuamente a melhorar.

Em linha com a nossa estratégia almejamos crescer o nosso negócio de forma sustentável. Tal significa procurar o crescimento todos os anos de forma deliberada e consistente, tendo em conta de forma prudente os principais factores de risco associados com esse crescimento. Conseguimo-lo garantindo que os nossos serviços são sempre centrados no cliente. A acrescentar, focamo-nos na criação de capacidade adequada na empresa, a nível tecnológico e em termos de capital humano, tanto no atendimento ao público como nos escritórios, ao mesmo tempo que desenvolvemos mecanismos estáveis de controlo interno. Asseguramos que temos o tipo certo de pessoas, que, além de possuírem a formação e a atitude certa, têm orgulho em oferecer um serviço de excelência aos nossos clientes. Temos também como objectivo obter retornos sólidos, consistentes e justos a longo prazo para os nossos accionistas.

## Resultados

O Standard Bank Moçambique apresentou um forte conjunto de resultados em 2014. O lucro após impostos cresceu 27%, de 1.246,4 milhões de meticals em 2013 para 1.577,6 milhões em 2014. A diversificação de receitas, o crescimento prudente da nossa carteira de crédito, bem como os ganhos de eficiência operacional, sustentaram este desempenho.

As nossa rubricas de comissões registaram um forte desempenho, impulsionado por maiores volumes na nossa emissão de cartões e aquisição de negócio. Juntamente com o forte desempenho dos

nossos resultados cambiais, a contribuição global dos proveitos não provenientes de juros para o proveito total aumentou de 48,4% em 2013 para 51,9% em 2014.

Apesar do crescimento registado na nossa carteira de empréstimos, o nosso índice de perdas de crédito diminuiu drasticamente de 1,7% para 0,8%. Estes resultados sucedem-se a medidas essenciais implementadas em 2013 que, entre outras, incluíram a melhoria da diversificação de moeda local/moeda estrangeira no nosso balanço em favor da primeira, melhoria na sua alavancagem, bem como o reforço da Unidade de Cobranças e o estabelecimento de uma Unidade de Verificação de Crédito.

A gestão cuidadosa da nossa base de custos, com o objectivo de maximizar a eficiência, melhorar a capacidade e otimizar a nossa rede também foi bem sucedida, com o nosso rácio custos/proveitos a permanecer estável em 54,6% (2013: 54,4%).

Consequentemente, a nossa Rendibilidade dos capitais (ROC) **melhorou de 19,2% em 2013 para 21,4% em 2014**

## Gestão de capital

A gestão de capital continua a ser uma componente fundamental da nossa estratégia. O banco gere a sua base de capital para alcançar um equilíbrio entre a manutenção de níveis prudentes de capital, de forma a sustentar o crescimento do negócio, a manutenção da confiança dos depositantes e dos credores, e gerar retornos competitivos para os accionistas, assegurando que sejam mantidos os níveis de capital regulamentares.

Os nossos rácios de solvabilidade continuam sólidos e acima dos limites regulamentares.

## Governança corporativa

O Standard Bank continua a interagir de forma construtiva com os reguladores e outras partes interessadas na aplicação da legislação e dos controlos dos reguladores. Visamos garantir que os requisitos regulamentares sejam cumpridos e incluídos nas operações do banco, de uma forma que promova os valores empresariais a longo prazo.

## Direcção

Pedro Munhão Pinto Coelho demitiu-se do conselho de administração durante o ano. Agradecemos-lhe pela sua inestimável contribuição para o banco durante o seu mandato.

Por outro lado, Adimohanma Chukwuma Nwokocha, André du Plessis e Arnold Gain foram nomeados para o conselho de administração durante o ano, os dois últimos de forma interina.

## Demonstração de apreço

A gestão cuidadosa e eficaz de condições extremamente difíceis no nosso mercado é um testemunho da força e resistência dos nossos colaboradores, a quem gostaríamos de agradecer pelos resultados alcançados no último ano.

Os nossos colegas no conselho de administração deram uma orientação fundamental em 2014 e valorizamos os seus sábios conselhos, o seu conhecimento e o tempo adicional que investiram na garantia de que continuamos no nosso percurso estratégico a longo prazo.

# Análise económica de 2014

## Economia mundial

Tal como em anos anteriores 2014 foi mais um ano de uma lenta recuperação da crise financeira global. Após algumas revisões em baixa, o FMI estima que o crescimento económico global estagnou em 3,3% durante 2014, inalterado em relação a 2013.

Tal como amplamente esperado houve uma mudança **na dinâmica no sentido** de uma melhoria entre o grupo de economias avançadas, que cresceu 1,8%, em relação a 1,3% no ano anterior.

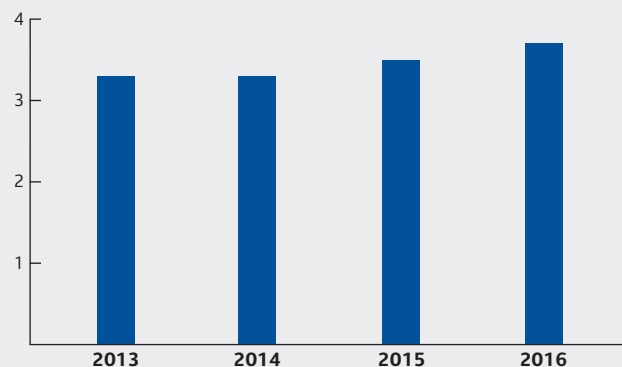
Por outro lado, os mercados emergentes tiveram um crescimento mais lento (4,4%) quando comparado com os 4,7% de 2013. O FMI estima que o crescimento económico nos EUA e Reino Unido acelerou de 2,2% e 1,7% em 2013 para 2,4% e 2,6%, respectivamente, em 2014. Este efeito foi sustentado por uma política monetária favorável em ambas as economias, que continuou ao longo de 2014. As melhorias no mercado de trabalho resultaram na criação de 3,1 milhões de postos de trabalho durante 2014 nos EUA, o seu desempenho mais forte em 15 anos. O resultado foi um declínio na taxa de desemprego para 5,6%.

A recuperação foi lenta na zona euro. A região ultrapassou um marco ao longo do ano, registando uma expansão de 0,8% em comparação com um declínio de 0,5% em 2013. Por outro lado, a economia japonesa desacelerou de 1,6% em 2013 para 0,1% em 2014. As duas permaneceram afectadas por efeitos latentes da crise financeira global, que vão desde níveis elevados de dívida a elevadas taxas de desemprego, que duraram mais tempo do que o esperado, e limitações estruturais. Um aumento de impostos no Japão reduziu ainda mais as perspectivas de crescimento a curto prazo, uma vez que teve um impacto negativo sobre a confiança das empresas e sobre os gastos dos consumidores.

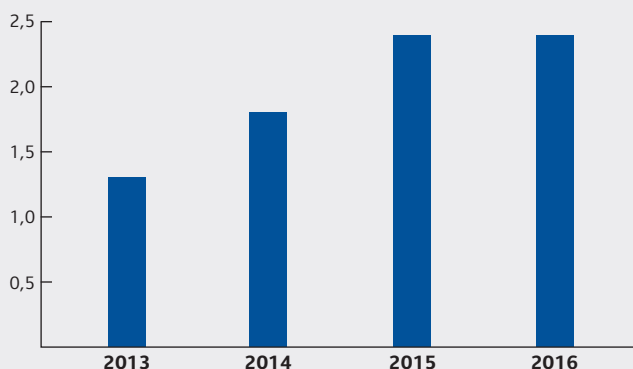
As economias emergentes cresceram a um ritmo mais lento durante 2014, com a China a registar um crescimento homólogo mais lento em 5 anos, atingindo 7,3% durante o 4º trimestre de 2014. Um mercado imobiliário em abrandamento, a redução do investimento e exportações instáveis pesaram no crescimento. Em contraste, a Índia cresceu mais rapidamente do que o esperado, atingindo 7,5% face ao período homólogo no 4º trimestre de 2014. Este valor resultou de uma combinação de políticas eficazes e de uma confiança renovada. A crise na Ucrânia, juntamente com as perspectivas incertas de investimento, traduziram-se num menor crescimento na Rússia, com as estimativas preliminares a indicarem um crescimento anual de apenas 0,6%. No Brasil, o PIB deverá ter contraído em 2014, afectado por uma procura interna e externa mais fraca.

## Crescimento do PIB

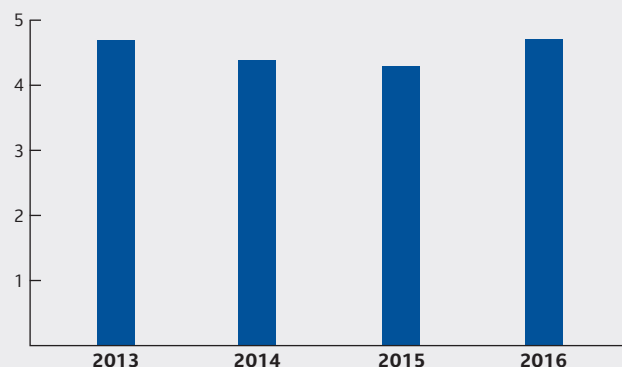
### Economia Global (%)



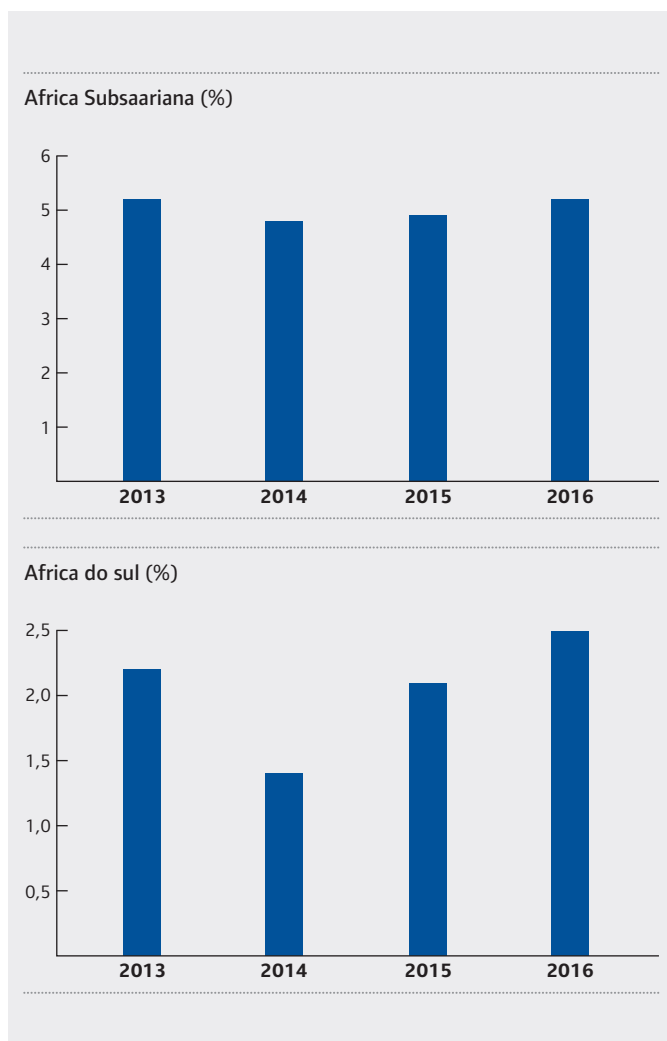
### Economias Avançadas (%)



### Economias emergentes (%)







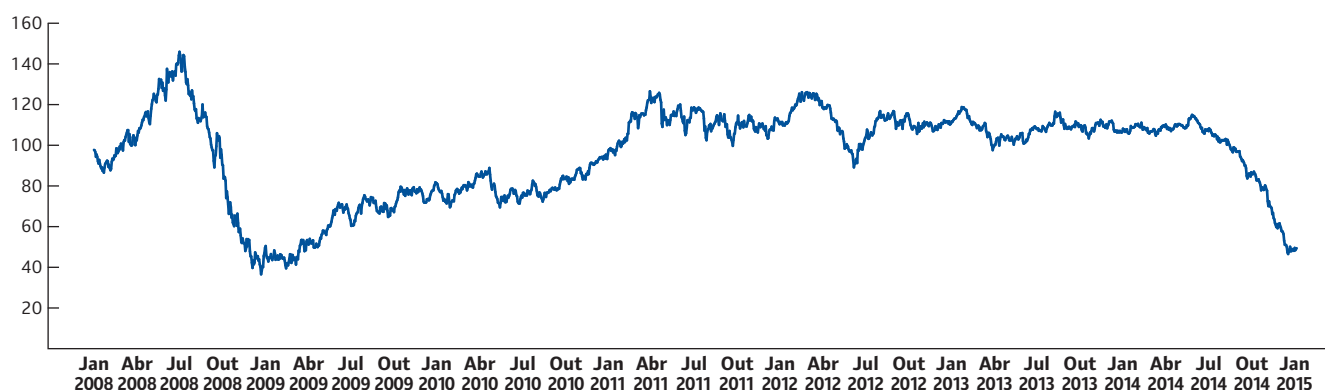
Estima-se que a região da África subsaariana tenha mantido um forte crescimento, embora mais lento, com o FMI a prever uma expansão de 4,8% em comparação com 5,2% em 2013, com um desempenho que varia entre os países. A Nigéria parece ter mantido a dinâmica de crescimento, apesar dos problemas de segurança. As estimativas apontam uma expansão de 6,1% em 2014, comparada com os 5,4% de 2013. As estimativas preliminares para Angola apontam uma expansão de 4,4% em 2014, comparada com os 5,9% de 2013. Isto deve-se a uma forte desaceleração no sector do petróleo, que representa quase 40% do PIB. Estima-se que o sector tenha contraído 3,5%, no seguimento de preços do petróleo significativamente mais baixos e interrupções na produção de petróleo, devido a trabalhos de manutenção e reparação. Por outro lado, as estimativas do PIB não-petrolífero cresceram para 8,2%. A economia sul-africana permaneceu negativamente afectada por restrições no fornecimento de electricidade e tensões associadas à força laboral. Em resultado, estima-se que o crescimento do PIB tenha desacelerado de 2,2% em 2013 para 1,4% em 2014.

Após alguns anos prévios de estabilidade, 2014 foi marcado por uma queda acentuada dos preços do petróleo, a mais de 112 USD por barril em Junho e a fechar o ano a 57,33 USD o barril. Este efeito seguiu-se a uma procura global menor juntamente com a oferta adicional provinda do *fracking* (uma forma de extracção de petróleo a custos baixos), principalmente na América do Norte, a recusa da OPEP em reduzir a produção e uma forte apreciação do dólar norte-americano.

O comércio global permaneceu fraco, ficando abaixo dos 4% ao ano durante o período de dois anos entre 2012 e 2014. Este situou-se bem abaixo da média pré-crise de cerca de 7% ao ano e reflectiu a fraca procura por importações em países com elevados rendimentos.

A inflação manteve-se baixa na maioria das economias avançadas durante 2014, uma indicação de que a maior parte dessas economias possui lacunas de produção substanciais e que a deflação foi uma preocupação. Nos EUA, a inflação diminuiu para o valor mais baixo dos últimos 5 anos (0,8%) em Dezembro de 2014, descendo de 1,3% e 1,7% nos meses anteriores, reflectindo menores custos de energia. Este valor encontrou-se muito abaixo da meta a longo prazo da Reserva Federal de 2%. Na zona euro a diminuição dos custos de energia levou a uma deflação de 0,2% em Dezembro de 2014, a primeira queda nos preços ao consumidor desde 2009. Esta baixa inflação permitiu que as políticas monetárias permanecessem favoráveis, com taxas de juros em níveis historicamente baixos na maioria das economias avançadas.

**Preços do petróleo – Brent (US/bbl)**



## Análise económica de 2014 | Economia mundial continuação

Apesar da queda dos preços do petróleo e um crescimento mais rápido nos EUA, o relatório Perspectivas da Economia Mundial do FMI, lançado em Janeiro de 2015, reviu as previsões de crescimento global em baixa, para 3,5% e 3,7% para 2015 e 2016, respectivamente, reflectindo a produção de petróleo em excesso e os preços mais baixos do petróleo, a continuação da valorização do dólar norte-americano em relação ao euro e ao iene, bem como o aumento do risco nos mercados emergentes. Os preços mais baixos do petróleo permanecem um risco positivo que poderia impulsionar o crescimento global, mas surgiram riscos negativos que incluem a redução do investimento, a volatilidade do mercado, a estagnação na zona euro e no Japão, e outros eventos geopolíticos.

O Banco Mundial estima que, se for continuado, os preços mais baixos do petróleo poderão contribuir para o crescimento mundial e alterações de rendimento dos países exportadores de petróleo para países importadores de petróleo. Os baixos preços do petróleo também são susceptíveis de reduzir as pressões inflacionistas,

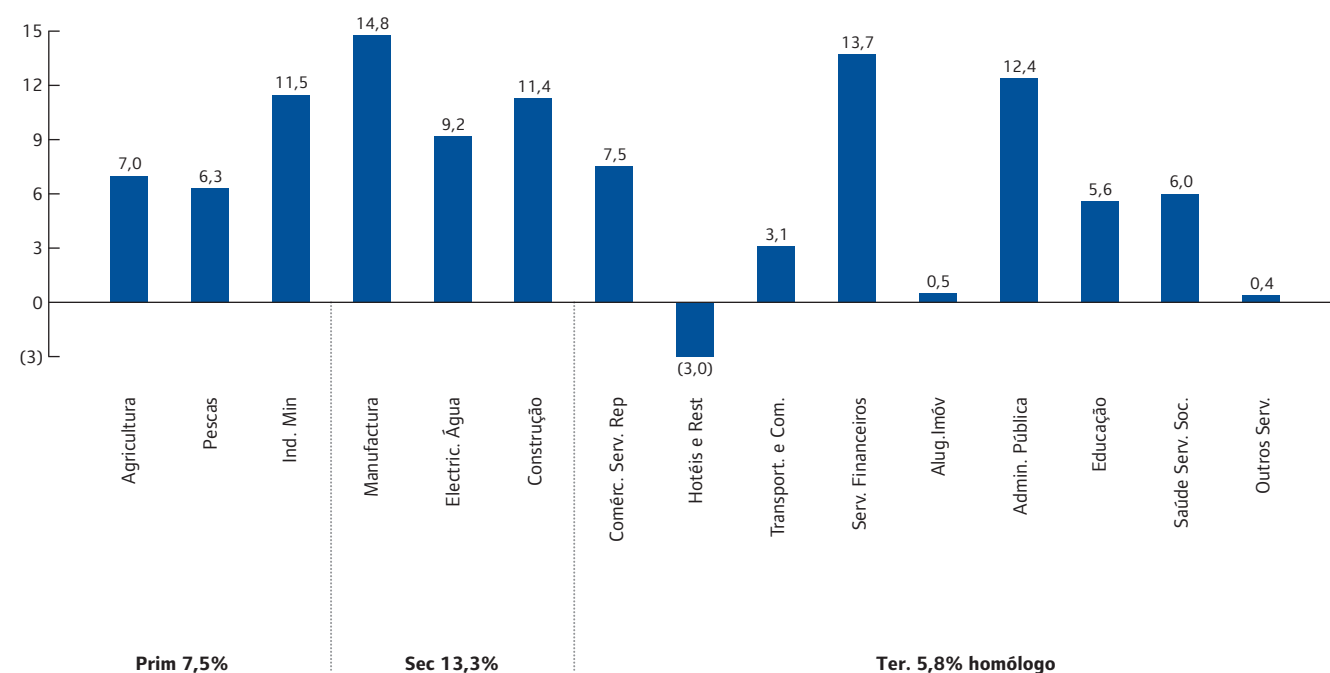
externas e fiscais nos países importadores de petróleo, mas ao mesmo tempo irão deteriorar as posições fiscais e externas dos países exportadores de petróleo, impactando desta forma negativamente a sua actividade económica. Uma importante implicação política é a oportunidade de reformar impostos sobre a energia e os subsídios aos combustíveis, que permanecem substanciais em muitas economias.

## Economia moçambicana

## Crescimento Económico

Apesar de um crescimento global fraco, a economia moçambicana continuou a expandir-se a um ritmo mais acelerado durante 2014, com os dados do PIB do terceiro trimestre publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a indicar uma expansão anualizada de 7,4% face ao período homólogo, com 7,3% no 2º trimestre e 7,6% no 1º trimestre. Estes números sugerem que a economia recuperou rapidamente dos efeitos negativos das inundações que afectaram as regiões do sul do país durante o primeiro trimestre de 2014. Os dados totais para o ano apontam um crescimento robusto de 7,4%.

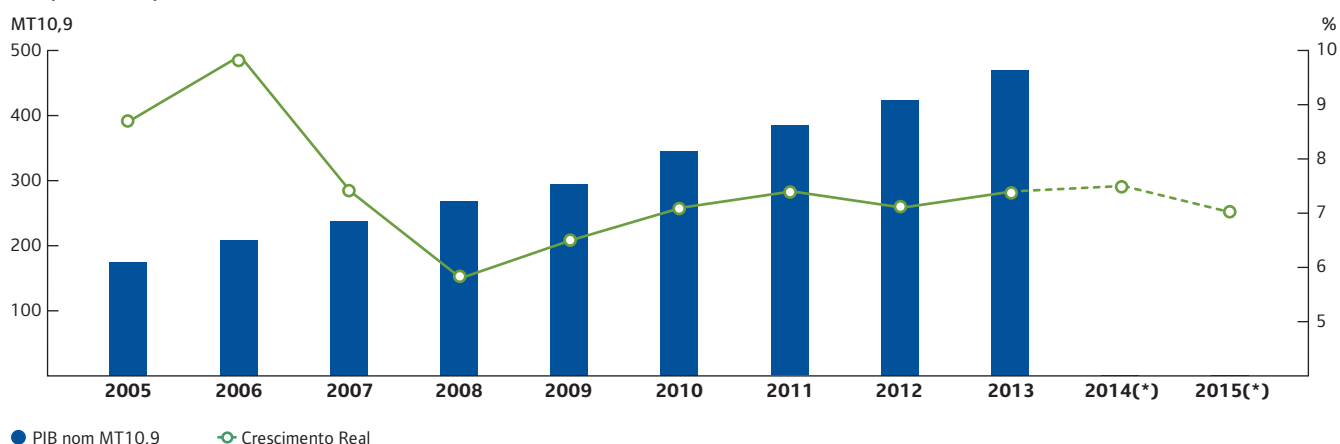
Variação anual % do PIB (3º Trimestre 2014)



O sector secundário registou o maior crescimento com 13,3%, impulsionado pela produção com 14,8% e a construção com 11,4%. O sector primário cresceu 7,5%, sustentado pelo crescimento de 11,5% na mineração e uma expansão de 7% na agricultura, com o sector dos serviços a registar o menor crescimento com 5,8%, apesar de se ter registado uma forte expansão do comércio, administração pública e serviços financeiros com 7,5%, 12,4% e 13,7%, respectivamente.

À medida que Moçambique desenvolve o seu sector de recursos, a economia torna-se cada vez mais vulnerável a choques no mercado dos recursos naturais. A importância do sector de recursos para Moçambique não pode ser subestimada. Apesar de continuar a contribuir com menos de 4% do PIB, manteve-se o maior contribuinte para o investimento directo estrangeiro no país ao longo dos últimos 10 anos, ajudando assim a estabilizar as variáveis macroeconómicas e a melhorar a sua fraca base de infra-estrutura.

## PIB (base 2009)



Espera-se que a manutenção dos baixos preços do carvão e do petróleo atrasem ainda mais o investimento nos sectores do carvão e do gás natural, orçados em múltiplos do PIB nacional. Apesar disto, esperamos que Moçambique continue a crescer rapidamente, beneficiando de uma economia relativamente diversificada e apesar da incerteza política dos últimos dois anos, o que teve um impacto negativo sobre o clima empresarial e de investimento.

As perspectivas de crescimento para 2015 continuam fortes, mas são susceptíveis de serem revistas em baixa no intervalo do 6,5% aos 7% face ao ano anterior, principalmente devido aos efeitos negativos das cheias que têm assolado as regiões centro e norte do país, causando mortes e deslocando populações. O impacto negativo sobre a agricultura e outras actividades económicas ainda está a ser avaliado. No entanto, grandes áreas da região ficaram sem electricidade e comunicação rodoviária por algum tempo, afectando deste modo a actividade comercial.

## Preços

O Índice de Preço ao Consumidor (IPC) de Moçambique para Dezembro de 2014 registou um aumento de 0,71% face ao mês anterior devido a um aumento nos preços dos alimentos, com a Beira a registar a maior inflação, atingindo 1,43% face ao mês anterior, seguida de Maputo com 0,64% e Nampula com 0,52%.

Inflação anual (%)					
	Moz.	Maputo	Beira	Namp.	% ponderações médias
Alimentos e bebidas não alcoólicas	3,24	1,63	4,33	4,53	46,38
Bebidas alcoólicas e tabaco	0,56	(0,28)	(1,13)	3,83	1,19
Vestuário e calçado	2,63	1,81	2,92	3,17	9,26
Habit., água, electric., gás e out. combustíveis	0,81	1,35	1,07	(0,49)	11,95
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento	(0,46)	(0,15)	(1,74)	0,02	6,60
Saúde	1,70	1,45	2,13	2,04	1,36
Transportes	0,16	(0,53)	0,97	0,86	10,89
Comunicações	(0,92)	(1,36)	(0,12)	(0,41)	3,14
Lazer, recreação e cultura	(0,18)	(0,70)	0,92	(0,03)	3,49
Educação	5,85	3,75	11,30	23,86	1,52
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	3,35	2,93	1,22	5,86	1,15
Bens e serviços diversos	0,56	1,35	(0,25)	(1,50)	3,05
<b>Total (variação anual %)</b>	<b>1,93</b>	<b>1,10</b>	<b>2,68</b>	<b>2,78</b>	
<b>Média anual</b>	<b>2,56</b>	<b>2,29</b>	<b>1,75</b>	<b>3,35</b>	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

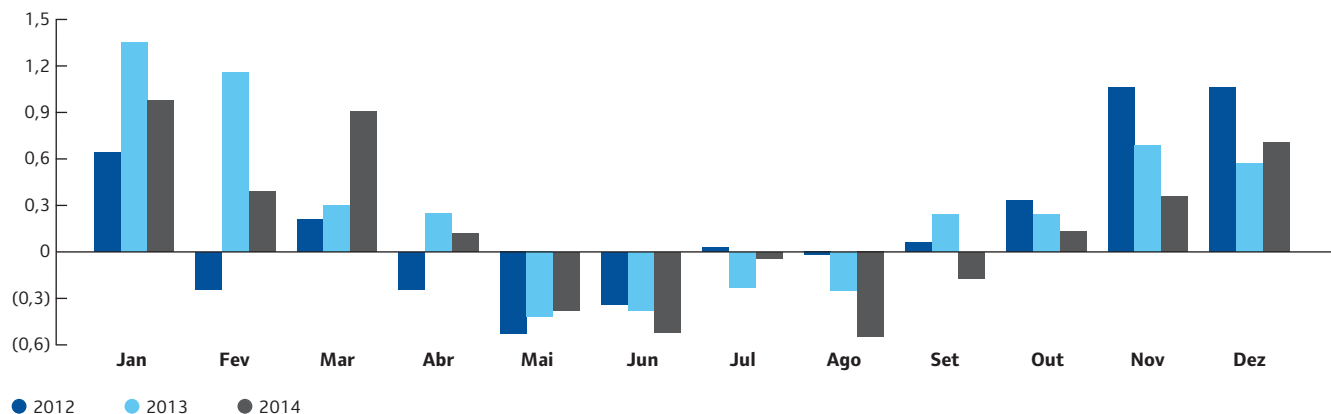
A inflação anual caiu de 3,54% em 2013 para 1,93% em 2014, com a média a decrescer de 4,26% para 2,56%. Maputo registou o menor aumento anual dos preços com 1,10% face ao ano anterior, seguido da Beira com 2,68% e Nampula com 2,78%. As médias anuais tiveram o seu menor valor na Beira com 1,75%, seguidas de Maputo com 2,29% e Nampula com 3,35%.

A estabilidade local dos preços administrados, combinada com a apreciação de 3,5% do metical face ao rand para o período homólogo, a rápida recuperação da produção agrícola na sequência das inundações do início do ano e os baixos preços internacionais das mercadorias ajudaram a manter a inflação local muito aquém da meta do Governo de 5,6%.

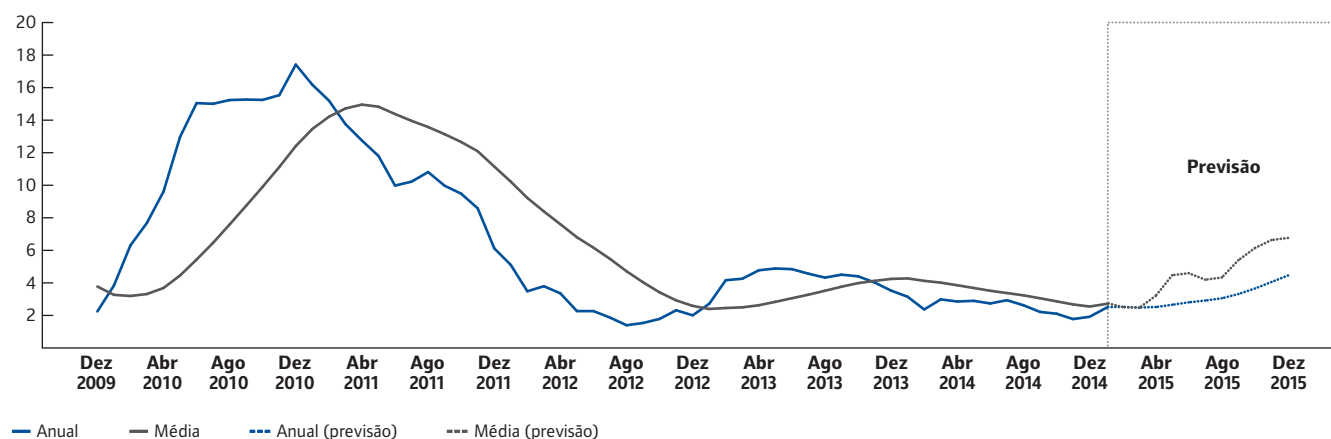
## Análise económica de 2014 | Economia moçambicana continuação

Esperamos que a inflação anual aumente em 2015, mas que permaneça a um dígito, em cerca de 7%, com uma média inferior a 5,6%, partindo de uma base baixa.

Inflação Mensal (Moçambique CPI %)



Inflação em Moçambique (%)



Os riscos de inflação para 2015 remetem-se ao impacto das inundações que devastaram grandes áreas de produção agrícola no centro e norte de Moçambique no início do ano, bem como a forte depreciação do metical face ao dólar desde meados de Dezembro de 2014.

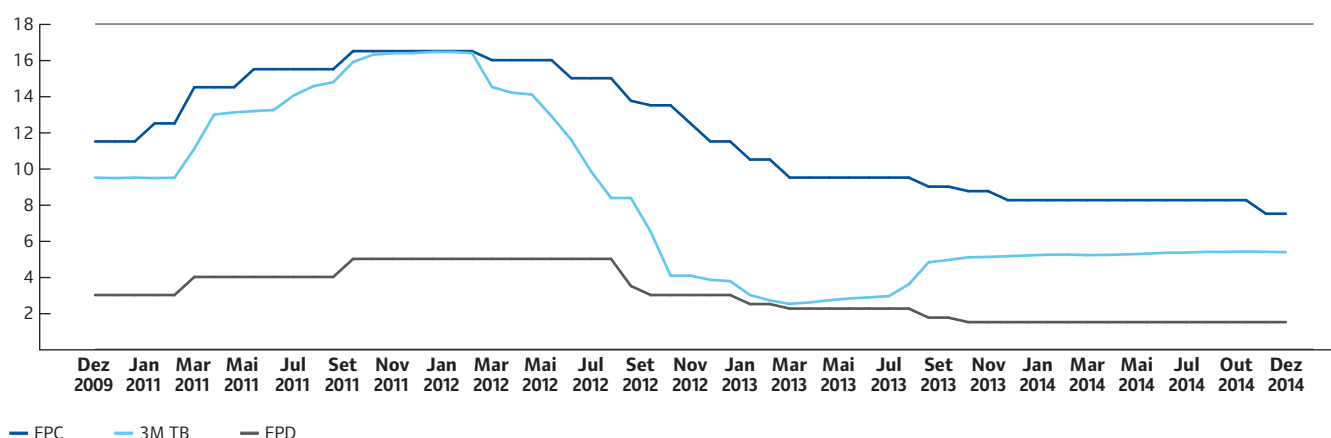
### Mercado monetário

O recuo da inflação permitiu ao Banco Central manter uma política monetária favorável em 2014, cortando a taxa de juro de referência para empréstimos (FPC) em 75pbs para 7,5% em Novembro, mantendo a taxa de juro de facilidade permanente de depósitos (FPD) em 1,5% e mantendo igualmente o rácio de requisitos de reservas obrigatórias em 8%. Desde Agosto de 2011, foram registados 12 cortes da FPC, totalizando 900pbs, com o último muito provavelmente a finalizar o actual ciclo de cortes.

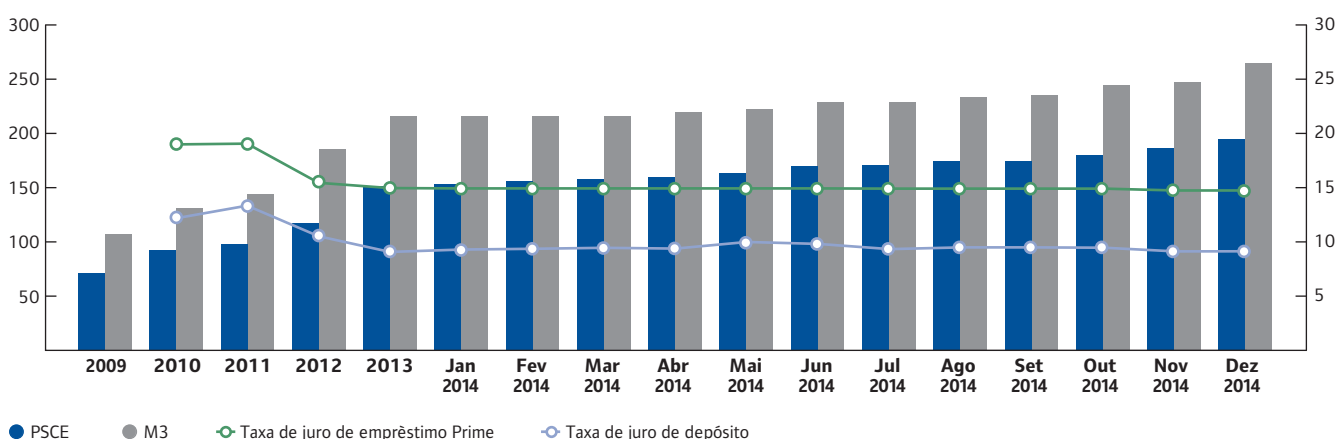
Dados de Novembro indicam taxas de juros estáveis, com as taxas prime de empréstimo em média a atingir 14,75%, as taxas de juros de depósito em média a 9% e as taxas de juros de empréstimos em média a 20%. A massa monetária de reserva, a variável operacional chave da política monetária, cresceu 20,5% em 2014 face ao ano anterior. Foi fixada uma meta de 18,5% para 2015, indicando intenções por parte do Banco Central de conseguir uma desaceleração. A atribuição de crédito ao sector privado manteve-se forte em 2014, com um crescimento de 28,3% em relação ao período homólogo, com a oferta monetária (M3) a crescer 22,2% face ao ano anterior.



### Taxas de Juros Mercado Interbancário Monetário (%)



### Agregados monetários taxas de juros (%)



As taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro (BT) mantiveram-se estáveis durante a maior parte de 2014, com uma ligeira tendência decrescente na sequência do corte em Novembro da FPC. Numa base anual, as taxas dos BT aumentaram 14, 4 e 5pbs, respectivamente para os 91, 182 e 364 dias, encerrando o ano em 5,37%, 6,4% e 7,25%. Este efeito reflecte alguma pressão para retirar o excesso de liquidez do mercado e para um crescimento moderado dos agregados monetários. Esperamos que os rendimentos se mantenham estáveis em 2015.

### Mercados de capitais

Durante o ano a Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) aumentou a capitalização de mercado em 19,7% face ao período homólogo, para 42,9 mil milhões de meticaís (1,36 mil milhões de dólares). 55% dos títulos cotados representaram obrigações, 4,6% papel comercial e 40,4% quatro ações cotadas.

O mercado de obrigações cresceu 31,8%, principalmente em função da colocação de três obrigações de empresas por parte de bancos e obrigações do governo de 2014 emitidas ao longo de 8 séries. A última emissão atraiu um rendimento de 10,125%, ultrapassando o nível de resistência de 9,875% observado desde 2013.

O papel comercial cresceu 30,5%, reflectindo um aumento na exposição da PETROMOC e a dívida de curto prazo emitida pela CETA.

O capital próprio registou o menor crescimento com 5,5%, reflectindo a ausência de novas entradas em bolsa. Tal como no passado os baixos níveis de negociação reflectem a preferência dos investidores em manter os títulos, restringindo desta forma a oferta e não permitindo a criação de um mercado.

## Análise económica de 2014 | Economia moçambicana continuação

### Finanças públicas

Orçamento do Estado (Revisto para 2014)		
	milhões	% PIB
Receitas Fiscais	132,3	24,7
Receitas Não-Fiscal	9,4	1,8
Receitas Consignadas	8,2	1,5
Receitas de Capital	3,2	0,6
Outras receitas	2,5	0,5
<b>Receita Total</b>	<b>155,6</b>	<b>29,1</b>
Despesa Actual	144,6	27,0
Despesa de Investimento	104,5	19,5
componente interno	46,3	8,6
componente externo	58,3	10,9
<b>Despesa Total</b>	<b>249,1</b>	<b>46,6</b>
<b>Défi</b>	<b>(93,5)</b>	<b>(17,5)</b>
Obrigações do Gov.	5,7	1,1
Dotações	30,4	5,7
Empréstimos Externos	57,4	10,7

Fonte: Ministério das Finanças.

Dados provisórios indicam que de Janeiro a Dezembro de 2014 a Despesa Pública atingiu 83,2% do valor anual orçamentado, com as despesas correntes a representarem 96,3% do valor orçamentado e as despesas com investimento a representarem 72,4% do valor orçamentado. A Autoridade Tributária (AT) indicou que a arrecadação de receitas para 2014 foi de 2,1% acima da meta anual, o que deveria ter ajudado a equilibrar as finanças públicas, pelo menos ao nível das despesas correntes.

O orçamento geral do governo para 2014 foi revisto em alta em Agosto em 3,4% (cerca de 260 milhões de dólares) para permitir, entre outros, o cabimento para despesa relacionadas com as eleições e a inclusão de receitas pontuais obtidas a partir de ganhos de capital incidentes sobre transacções relacionadas com projectos de gás natural na Bacia do Rovuma.

À data da revisão do orçamento o Parlamento não havia aprovado o pagamento de reembolsos pendentes de IVA. Esta situação está a ter um impacto negativo sobre o fluxo de caixa das empresas afectadas. Espera-se que o assunto seja abordado à medida que o novo governo discute o seu orçamento para 2015.

Os dados relativos à dívida externa indicam que o país poderá estar a aproximar-se rapidamente do tecto de 40% do PIB, uma situação que poderá influenciar a forma como o governo contrai mais dívida.

### Indicadores de Sustentabilidade de Dívida Externa

	Limites de Sustentabilidade	2012	2013	2014*
VA da Dívida Externa/PIB (%)	40,0	29,5	29,6	36,0
VA da Dívida Externa/Exportações (%)	150,0	116,7	90,9	
VA da Dívida Externa/Receitas (%)	250,0	116,4	113,4	
Serviço de Dívida Externa/Exportações (%)	20,0	3,4	3,4	
Serviço de Dívida Externa/Receitas (%)	30,0	3,4	4,3	

\* Provisório.

### Mercado cambial

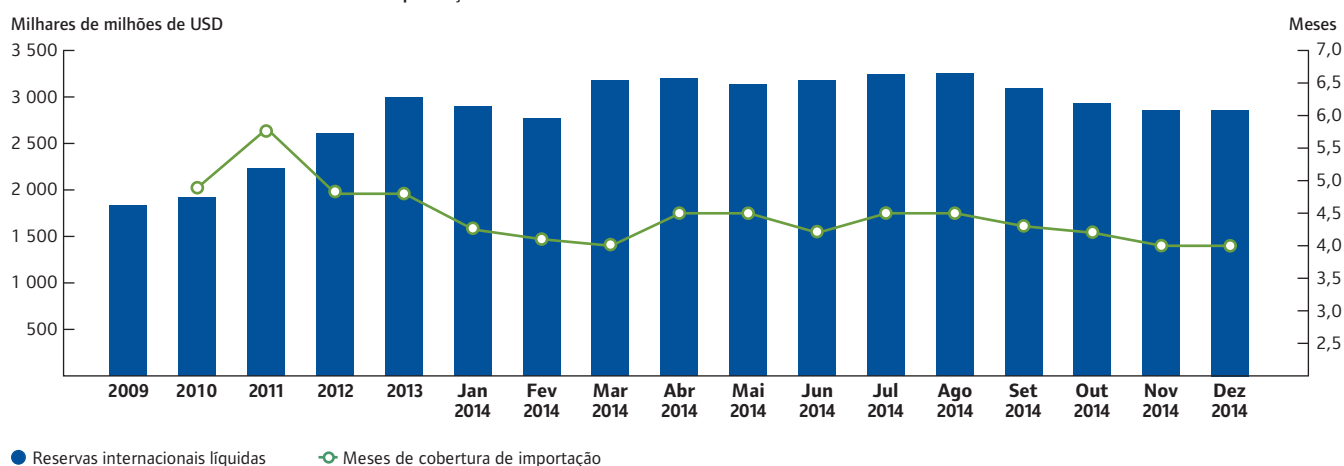
As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) fecharam 285 milhões de dólares abaixo do objectivo de 2,86 mil milhões de dólares para 2014. Estas ficaram 4,5% abaixo do ano anterior, o que representa 4 meses de cobertura de importações, excluindo grandes projectos. Dados provisórios reportados nos primeiros 9 meses de 2014 indicam um défice da conta corrente da balança de pagamentos de 3,7 mil milhões de dólares, o que representa uma melhoria de 7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Tal é atribuído principalmente a um aumento de 6,3% nas exportações e à queda de 5,8% nas importações.

Durante o mesmo período o Banco de Moçambique registou vendas líquidas de moeda estrangeira no valor de 1,208 mil milhões de dólares, subindo dos 623 milhões de dólares em 2013. Este resultado ajudou a estabilizar o metical durante a maior parte do ano, fechando em MTN/USD31,60, MTN/EUR38,40 e MTN/ZAR2,73, reflectindo a depreciação anual de 5,5% face ao período homólogo em relação ao dólar e ganhos de 6,9% e 3,9% em relação ao ano anterior no que respeita ao euro e ao rand, respectivamente.

Em contraste, os fluxos de moeda estrangeira entre bancos comerciais e os seus clientes registaram uma volatilidade significativa no mês de Dezembro, fechando o ano a MTN/USD 34,50, o que representa uma depreciação anual de 13,30%.

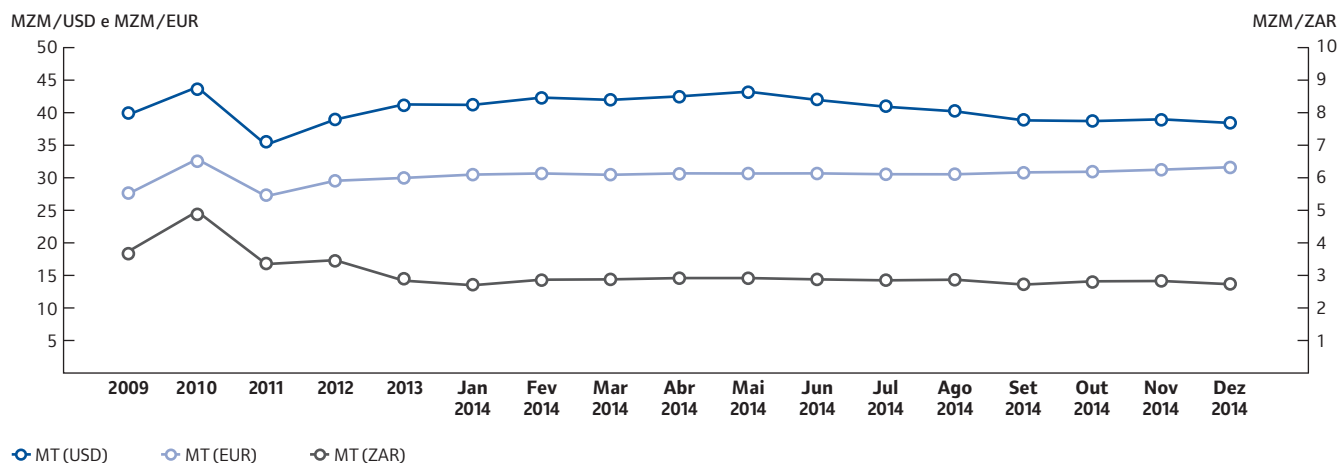
## Reservas Internacionais e cobertura das importações

Milhares de milhões de USD



## Taxas de câmbio

MZM/USD e MZM/EUR



A nossa expectativa é que o metical permanecerá volátil a curto prazo, pressionado por um dólar mais forte, bem como por factores internos, incluindo a incompatibilidade sazonal entre as receitas de exportação e os requisitos de importação, o que causa impacto sobre as reservas cambiais; os atrasos previstos em desembolsos da ajuda externa; os atrasos previstos em investimento directo estrangeiro; e a tensão política local.

# Governança corporativa

## Introdução

**Esta declaração estabelece a estrutura de governação adoptada pelo conselho de administração (o conselho), que é derivado da estrutura de governação adoptada pelo Standard Bank Group (o grupo). As entidades subsidiárias do grupo são orientadas por estes princípios, estabelecendo as respectivas estruturas de governação, que também estão alinhadas com as normas locais aplicáveis.**

Uma boa governação corporativa continua a ser essencial para a nossa forma de operar. Temos o compromisso de operar de forma correcta e íntegra, mas comercialmente astuta e de sermos responsáveis perante as nossas partes interessadas. Somos de opinião que a transparência e a prestação de contas são essenciais para que o nosso banco prospere e tenha sucesso a curto, médio e longo prazo.

## A nossa estrutura de governação

O banco opera no âmbito de uma estrutura de governação claramente definida. Através desta estrutura o conselho equilibra o seu papel de supervisão do risco e de consultoria estratégica assegurando a adesão aos requisitos regulamentares e à tolerância ao risco.

A estrutura de governação prevê a delegação de autoridade, permitindo simultaneamente ao conselho manter um controlo efectivo. O conselho delega autoridade a comités relevantes e ao director-executivo com mandatos e autoridades claramente definidos, preservando a sua prestação de contas.

Os comités do conselho facilitam o desempenho das responsabilidades do conselho e fornecem foco detalhado em áreas específicas. Cada comité tem um mandato, que o conselho revê pelo menos uma vez por ano. Os mandatos para cada comité definem o seu papel, as responsabilidades, o âmbito de autoridade, a composição, os termos de referência e os procedimentos.

O conselho delega autoridade ao administrador delegado para gerir os negócios e as actividades do banco. Esta autoridade delegada é estabelecida por escrito, juntamente com as matérias reservadas a decisão do conselho. O comité executivo auxilia o administrador delegado na gestão diária dos negócios do banco, sujeito a parâmetros e questões legais reservados ao conselho.

O conselho de administração analisou e aprovou a 26 de Fevereiro o relatório e contas de 2014 para publicação.

## Códigos, regulamentos e conformidade

A conformidade com a legislação, regulamentos, normas e códigos aplicáveis continua a ser uma característica essencial da cultura do banco. O conselho de administração monitoriza o cumprimento destes por meio de relatórios de gestão que lhe são apresentados, que incluem informações sobre os resultados de todas as interações significativas com as principais partes interessadas, tais como os vários reguladores do banco.

O banco está em conformidade com toda a legislação, regulamentos, normas e códigos aplicáveis em Moçambique.

## Conselho de administração e directores

### O papel do conselho

O conselho presta uma liderança efectiva com base num fundamento ético. Almeja equilibrar os interesses da empresa e das suas diversas partes interessadas.

O conselho é o órgão máximo de tomada de decisão e é responsável pela orientação estratégica do banco. Garante que a estratégia esteja alinhada com os valores do banco e monitoriza a implementação da estratégia e os objectivos de desempenho em relação ao perfil de risco do banco. É colectivamente responsável pelo sucesso a longo prazo da empresa e é responsável perante o accionista pelo desempenho financeiro e operacional.

De acordo com os regulamentos bancários, o conselho decide os objectivos de governação corporativa e de gestão de risco do banco para o ano seguinte. O conselho e os respectivos comités de risco monitorizam o desempenho no que respeita à governação e aos objectivos de risco, respectivamente, e os relatórios são analisados em reuniões do conselho.

### Estrutura e composição do conselho

O banco tem uma estrutura de administração unitária e os cargos de presidente do conselho de administração e de administrador delegado são distintos. O presidente é um director não-executivo independente, assim como muitos dos directores no conselho. O balanço dos directores executivos, não-executivos e independentes assegura que seja exercida independência suficiente sobre a tomada de decisão.

É da responsabilidade do conselho de administração garantir que exista uma gestão eficaz em vigor para implementar a estratégia do banco e para abordar questões relacionadas com o planeamento sucessório. O conselho está convencido de que o conjunto actual de talentos disponíveis no banco e o trabalho em curso para aprofundar o conjunto de talentos fornece uma profundidade de sucessão adequada, tanto a curto como a longo prazo. Durante o ano o conselho também teve em consideração outros grandes desafios relativos aos recursos humanos, incluindo a retenção de talentos no banco.

É incentivada a interacção regular entre o conselho e a gestão executiva. A totalidade do conselho (incluindo os directores-executivos) reúne-se sem os outros elementos de gestão em sessões fechadas em cada reunião do conselho. Os integrantes são convidados, se necessário, a fazer apresentações ao conselho sobre as questões materiais em consideração.

Os directores têm acesso irrestrito à informação de gestão e da empresa, bem como aos recursos necessários para levar a cabo as suas responsabilidades, incluindo aconselhamento jurídico externo, por conta do banco.

Uma característica da forma como o conselho opera é o papel desempenhado pelos comités, que facilitam a quitação das responsabilidades do conselho. Cada comité tem um mandato aprovado pelo conselho, que é regularmente revisto. Detalhes sobre como estes comités funcionam são fornecidos abaixo.

## Demissão, reforma e destituição dos directores

Pedro Munhão Pinto Coelho demitiu-se do conselho durante o ano, ao passo que Adimohanma Chukwuma Nwokocha, André du Plessis e Arnold Gain foram nomeados para o conselho durante o mesmo período, sendo os últimos dois de forma interina.



## Conselho de Administração



**Tomaz Salomão**

PCA



**Pindie Nyandoro**

Vice-PCA



**Antonio Coutinho**

Administrador Delegado



**Chukwuma Nwokocha**

Administrador Executivo  
(deste 1 de Maio de 2014)



**Pedro Coelho**

Administrador Executivo  
(até Agosto 2014)



**Miquelina de Menezes**

Administrador  
(não Executivo)



**Andre du Plessis**

Administrador Executivo  
(deste Maio de 2014)



**Antônio Macamo**

Administrador  
(não Executivo)



**Arnold Gain**

Administrador Executivo  
(deste 1 de Agosto de 2014)

## Conselho Fiscal



**Rui Fernandes**

Presidente



**Arlete G. Jonas Patel**

Vogal



**Óscar Diniz**

Vogal

## Conselho de Crédito



**Arlete G. Jonas Patel**

Presidente



**Mahomed Bachir**

Vogal



**Manuel Relvas**

Rep. Ernst & Young

## Governança corporativa | continuação

## Estratégia

O conselho é responsável por definir a estratégia do banco, que é considerada e aprovada numa reunião anual com o comité executivo.

Assim que os objectivos financeiros e de governação para o ano seguinte são acordados o conselho monitoriza o desempenho de forma contínua. O desempenho em relação aos objectivos financeiros é monitorizado por meio de relatórios de gestão trimestrais e apresentações em reuniões do conselho.

## Responsabilidades do Conselho de Administração

As responsabilidades do conselho são captadas nos principais termos de referência, no mandato do conselho. Este mandato é revisto, pelo menos, anualmente.

## Reuniões do Conselho de Administração

O conselho reúne-se uma vez por trimestre. São realizadas reuniões ad hoc quando necessário. Os directores recebem um pacote completo de documentação do conselho pelo menos quatro dias antes de cada reunião agendada.

## Conselho de Administração – presenças em reuniões

Reuniões do Conselho de Administração em 2014	Fevereiro	Maio	Agosto	Dezembro
Tomáz A. Salomão (Presidente) <sup>1</sup>	✓	✓	✓	✓
Pindie Nyandoro (Vice-Presidente) <sup>2</sup>	✓	✓	✓	✓
Miquelina M.L.C. Julien <sup>1</sup>	✓	✓	✓	✓
António C. Coutinho <sup>2</sup>	✓	✓	✓	✓
André du Plessis <sup>2</sup>	–	✓	✓	✓
António Eugénio Macamo <sup>1</sup>	✓	✓	✓	✓
Pedro Munhão Pinto Coelho <sup>2</sup>	✓	✓	✓	D
Adimohanma Chukwuma Nwokocho <sup>2</sup>	–	✓	✓	✓
Arnold Gain <sup>2</sup>	–	–	✓	✓

<sup>1</sup> Director não-executivo.  
<sup>2</sup> Membro Executivo.  
✓ = Presença.  
D = Demissão.

## Comissões do Conselho de Administração

Cada mandato do comité do conselho define o papel, as responsabilidades, o âmbito de autoridade, a composição e os procedimentos a serem seguidos. Todos os mandatos dos comités do conselho são revistos anualmente.



## Comissão de Auditoria do Conselho de Administração

Membro	Fevereiro	Maio	Agosto	Novembro
Rui Fernandes (Presidente) <sup>1</sup>	✓	✓	✓	✓
Óscar Diniz (Membro) <sup>2</sup>	✓	✓	✓	✓
Arlete Patel (Membro) <sup>2</sup>	J	✓	✓	J

<sup>1</sup> Director não-executivo.  
<sup>2</sup> Membro não-executivo.  
✓ = Presença.  
J = Justificação da ausência.

O comité é composto exclusivamente por directores não-executivos independentes. O papel do comité de auditoria é rever a posição financeira do banco e efectuar recomendações ao conselho sobre todas as matérias financeiras, riscos, controlos financeiros internos, fraudes e riscos tecnológicos relevantes para os relatórios financeiros. Tal inclui a avaliação da integridade e eficácia de outros sistemas de controlo contabilístico, financeiro, de conformidade e de sustentabilidade. O comité tem uma relação de trabalho construtiva com o Director de Auditoria Interna que tem acesso aos membros do comité, conforme necessário. O comité também assegura uma comunicação efectiva entre o conselho, a gestão, os auditores internos, os auditores externos e os reguladores.

O comité é responsável por, entre outras coisas, a estrutura de controlo interno, que combina as três linhas do modelo de defesa do

banco com a estrutura de governação corporativa do banco. As três linhas do modelo de defesa pretendem distinguir os deveres em causa e garantir canais de comunicação independentes, para sustentar um controlo interno e uma gestão de riscos eficazes.

Estão em vigor controlos financeiros internos para garantir a integridade da informação financeira qualitativa e quantitativa do banco, que é usado por uma variedade de partes interessadas. O Director Financeiro é responsável por implementar e manter controlos financeiros internos.

Existe uma política formal de honorários não vinculados à auditoria, cujo objectivo é garantir que a independência e objectividade dos auditores não seja restringida. Os serviços não associados a auditoria são aprovados em termos da política e reportados ao comité trimestralmente.

Comissão de Crédito do Conselho de Administração				
Membro	Fevereiro	Maio	Agosto	Novembro
Arlete Patel (Presidente) <sup>1</sup>	✓	✓	✓	✓
Mahomed Bachir (Membro) <sup>1</sup>	✓	✓	✓	✓
Ernst & Young (Membro) <sup>1</sup>	✓	J	J	✓
<sup>1</sup> Membro não executivo. ✓ = Presença. J = Justificação da ausência.				

O objecto do Comité de Crédito do Conselho de Administração do Banco é garantir que vigora uma governança de crédito eficaz, a fim de proporcionar uma gestão, medição, monitoria e controlo de risco de crédito adequados, incluindo o risco do país. O comité cumpriu seu mandato no ano em análise.

## Continuidade

Por recomendação do Comité de Auditoria do Conselho, o conselho considera e avalia anualmente a continuidade das actividades para a preparação das demonstrações financeiras no final do exercício. No período de reporte interino, é seguido um processo semelhante para que o conselho considere se existe ou não razão suficiente para se afirmar esta conclusão.

## Relação com as nossas partes interessadas

A relevância do Standard Bank Moçambique para os mercados e sociedades em que opera depende do envolvimento contínuo e significativo com todas as partes interessadas. A gestão das partes interessadas envolve uma utilização ideal dos recursos da organização, com o intuito de construir e manter uma boa relação com as partes interessadas. Tal ajuda o banco a gerir as expectativas da sociedade, a minimizar o risco de reputação e a formar parcerias fortes, que suportam toda a sustentabilidade do negócio.

As relações estratégicas com as partes interessadas são geridas pelo director de marketing em ligação com o gabinete do administrador delegado. O seu papel centra-se na promoção de uma boa cidadania empresarial, desenvolvendo a confiança e posicionando a liderança do banco de forma adequada. Ocorreram inúmeras iniciativas de interacção com as partes interessadas durante o ano.

## Ética e integridade organizacional

O código de ética do banco foi concebido para capacitar os colaboradores e permitir tomadas de decisão eficazes a todos os níveis da empresa, de acordo com os princípios éticos estabelecidos. Também pretende assegurar que, como uma organização significativa no sector dos serviços financeiros, o banco mantém os mais altos padrões de uma prática empresarial responsável. O código interpreta e define os valores do banco em maior detalhe e fornece princípios de tomada de decisões com base em valores para orientar a sua conduta. Está alinhado com outras políticas e procedimentos do banco e do Grupo Standard Bank, e apoia os regulamentos e leis relevantes do sector.

O código especifica práticas e assistências aceitáveis e inaceitáveis ao tornar as falhas éticas fáceis de identificar. Também promove a consciencialização e a sensibilidade para com questões éticas.



Podem ser encontradas mais informações sobre estas iniciativas no nosso site de internet em <http://www.standardbank.co.mz/pt/Eventos-e-Responsabilidade-Social>

# Análise financeira

## Os resultados

Apesar de um contexto operacional desafiante e incerto, o banco apresentou resultados fortes em 2014. O lucro após impostos cresceu em 27%, de 1.246,4 milhões de meticals em 2013 para 1.577,6 milhões em 2014, demonstrando a nossa resiliência.

Fiel ao nosso compromisso e confiança neste mercado, este ano continuámos com a nossa estratégia para fortalecer o nosso negócio, por via de um investimento significativo nos nossos sistemas, infra-estrutura e presença. Com este pano de fundo, uma melhoria na própria rentabilidade dos capitais (ROC) de 21,4% (2013: 19,2%) é uma prova do sucesso da nossa estratégia, que incluiu a diversificação da nossa base de receitas e a gestão cuidadosa da nossa carteira de crédito.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores financeiros que sustentam materialmente os lucros e, em última instância, o valor do nosso negócio.

	Dez 14	% variação	Dez 13
Lucro por Acção (MTN)	6,1	27	4,8
Valor patrimonial líquido por acção (MTN)	30,8	17	26,2
Rendibilidade dos capitais próprios (ROC) (%)	21,4%		19,2%
Rendibilidade dos Activos (%)	3,4%		2,9%
Rácio de perdas de crédito (%)	0,8%		1,7%
Rácio Custos/Proveitos (%)	54,6%		54,4%
Margem Financeira (%)	5,2%		5,4%
Receita por colaborador (MTN'000)	5 137	17	4 404
Rácio de conversão (%)	59,6%		53,0%
Número de Colaboradores	1 081	4	1 041

## Contexto operacional

A incerteza política caracterizou a economia moçambicana em 2014. Isto sucedeu-se a situações esporádicas de actos militares por parte do principal partido da oposição contra as instituições do governo no norte e centro. Esta circunstância diminuiu o nível de actividade económica no país dado que, em geral, muitas das empresas adoptaram uma abordagem de “esperar para ver”.

Na vertente macroeconómica, a taxa de câmbio face às principais moedas manteve-se relativamente estável durante a maior parte do ano, só desvalorizando em relação ao dólar nos últimos dois meses do ano, despoletado por factores económicos e geopolíticos globais. Por outro lado, o fraco rand mostrou-se benéfico para a conta de importação do país já que a África do Sul continua a ser o principal parceiro comercial do país. Esta tendência ajudou a manter a inflação baixa e abaixo da meta do governo. Por sua vez, as taxas de juros internas permaneceram inalteradas até Novembro, quando a taxa FPC foi reduzida em 75pbs. Isto aumentou a pressão sobre a margem financeira.

## Resultados Líquidos (RL)

# MZN1,577.6 milhões

2013: MZN 1,246.4 milhões

## Rendibilidade dos capitais (ROC)

+3,2%

# 21,4%

2013: 19.2%

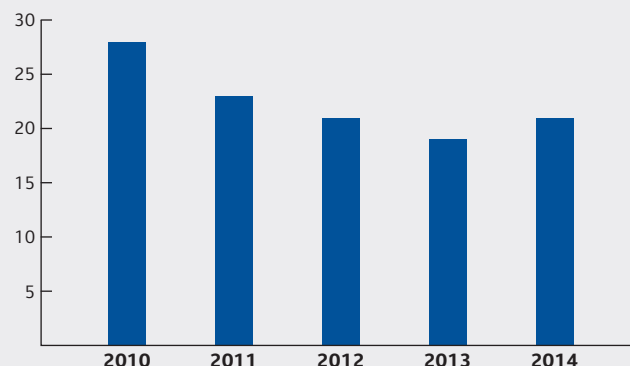
## Margem financeira

-0,2%

# 5,2%

2013: 5,4%

ROC – Rendibilidade dos capitais (%)



A margem financeira total diminuiu ligeiramente para 5,2% (2013: 5,4%), reflectindo um contexto de juros baixos. Por outro lado, os encargos com imparidades decresceram 40,9%, apesar de uma carteira em crescimento.

Em 21,4%, a rentabilidade dos capitais (ROC) encetou uma recuperação e permanece saudável. A diluição ao longo do tempo está em linha com a estratégia do banco de investir no seu pessoal, infra-estrutura tecnológica e de agências. O banco mantém uma política de dividendos conservadora, a qual também é flexível o suficiente para corresponder às necessidades de capital do negócio.



## Principais vectores de desempenho em 2014

Os nossos resultados para 2014 foram em grande parte influenciados pelos seguintes factores:

### ► Crescimento dos empréstimos e adiantamentos a clientes

A nossa estratégia para melhorar a alavancagem do nosso balanço continuou neste ano. O nosso rácio de conversão aumentou para 59,6% (2013: 56%).

Apesar do impacto económico das cheias no início do ano, a nossa carteira de crédito cresceu 21,1% face ao período homólogo. Isto foi fundamental para reforçar as nossas margens financeiras, à luz das baixas taxas de juro em vigor.

### ► Receitas cambiais

O crescimento nos nossos volumes de operações cambiais, juntamente com a diversificação de produtos fez com que a nossa receita relativa a operações cambiais registasse um crescimento robusto de 35,9% em relação ao ano anterior. O banco continua a inovar nesta área, de forma a corresponder às necessidades em constante mudança dos seus clientes. Isto está de acordo com o objectivo do banco de ser líder de mercado neste espaço.

### ► Contenção de custos

O banco continua a investir no seu futuro através da expansão da sua rede, do investimento em pessoal e da infra-estrutura tecnológica. Isto é de forma a posicionar-se correctamente para aproveitar as oportunidades que surgem no enalço de uma economia em rápido crescimento. No entanto, encetamos grandes esforços no sentido de garantir que tais despesas apoiem exclusivamente a maximização dos ganhos de eficiência, melhorias de capacidade e o aumento da visibilidade do banco neste mercado. Em resultado, o nosso rácio custos/proveitos manteve-se praticamente estável nos 54,6% (2013: 54,4%).

### ► Taxas e comissões

O crescimento nas taxas e comissões este ano foi impulsionado por volumes de transacções mais elevados. A nossa rede de POS cresceu exponencialmente, embora a partir de uma base baixa, ao passo que uma melhor utilização da nossa rede de ATMs foi alcançada através da migração para a rede Ponto 24. A nossa oferta de banca de seguros continuou a registar um forte crescimento, em linha com os anos transactos.

### ► Perdas de crédito inferiores ao ano anterior

O nosso índice de perdas de crédito melhorou significativamente, de 1,7% em 2013 para os 0,8% actuais. Tal aconteceu apesar de um crescimento de 21,1% da carteira de crédito. Este resultado reflecte o aumento da intensidade da administração na gestão da carteira de crédito, com base em medidas-chave introduzidas em 2013, que incluíram a criação de uma Unidade de Verificação de Crédito (UVC), o investimento em fluxos de processos (*workflow*) de crédito bem como outros sistemas de informação e melhor alocação de recursos à Unidade de Cobranças.

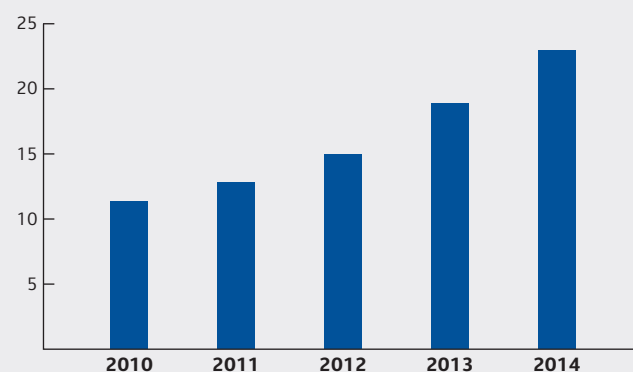
## Análise de balanços

	Dez 14	Dez 13
Crescimento dos activos totais	11,9%	3,9%
Crescimento dos activos rentáveis	8,9%	2,9%
Crescimento dos empréstimos a clientes	21,1%	26,7%
Crescimento dos depósitos	7,6%	1,7%
Rácio de conversão	59,6%	53,0%
<b>Activos Rentáveis/Activos totais</b>	<b>84,5%</b>	<b>86,8%</b>

O banco manteve a sua estratégia de aumentar a sua carteira de crédito de forma prudente e sustentável. Em linha com essa estratégia, a alavancagem do balanço continuou a melhorar, atingindo uma taxa de conversão de 59,6%, em comparação com os 53% de 2013. Esta evolução surge no prosseguimento de um crescimento de 21,1% da carteira de crédito face ao período homólogo. Esse crescimento também ajudou a reduzir os efeitos das baixas taxas de juro deste ano.

A qualidade da nossa carteira continua a melhorar, mesmo à medida que damos vida à nossa ambição de aumentar a quota de mercado, no mercado de retalho. O crédito malparado decresceu 21,7% face ao ano anterior, o que foi fundamental para o banco alcançar imparidades significativamente mais baixas este ano.

### Empréstimos a clientes (MT'milhões)



## Análise financeira | Principais vectores de desempenho em 2014 continuação

Embora os diversos produtos, tanto no mercado de retalho como no de grandes empresas, tenham registado um crescimento neste ano, os empréstimos a grandes empresas em moeda nacional sustentaram o crescimento global. Com os empréstimos em moeda estrangeira a enfrentarem restrições regulamentares, os empréstimos em moeda nacional irão impulsionar o crescimento futuro.

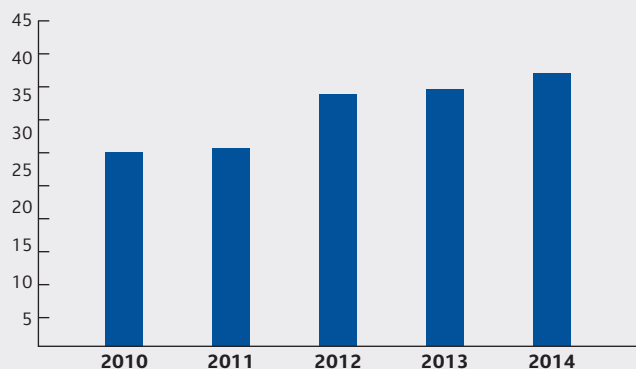
Os activos totais cresceram 11,9% para 49,32 mil milhões de meticals (2013: 3,9%). Um aumento nos depósitos de clientes continuou a impulsionar este crescimento. Os activos geradores de receita em proporção do total de activos alterou-se ligeiramente de 86,8% em 2013 para 84,5% em 2014, principalmente devido ao investimento na nova sede do banco em Maputo. O banco continuará a assegurar de forma crescente a eficiência do seu balanço.

Activos remunerados (%)



Em termos de liquidez o nosso balanço continua forte devido à elevada proporção de activos geradores de receita assentes em Bilhetes do Tesouro, Obrigações e investimentos noutros bancos. Tal liquidez garante ao banco a flexibilidade suficiente para alavancar o seu balanço ainda mais, sem qualquer tipo de risco para a sua estrutura de financiamento.

Depósitos de Clientes (MT'milhões)



Os esforços concertados do banco para atrair depósitos locais resultaram no crescimento deste segmento em 19,2%. Esta subida ajudou a reverter a tendência na qual os depósitos em moeda estrangeira formavam a maior parte da nossa carteira de depósitos. No final do ano os depósitos em moeda estrangeira representaram 49% da carteira em comparação com 54% em 2013.

Além do crescimento cauteloso da nossa presença através de novas agências e ATMs, este crescimento deve-se a melhorias e à ampliação dos canais electrónicos. Os mesmos foram eficazes na atenuação do

efeito do declínio de depósitos em moeda estrangeira. Consequentemente, os depósitos totais cresceram 7,6%, em comparação com 1,7% em 2013.

O banco continuou a tomar medidas para gerir a sua liquidez de forma eficaz perante a forte competição por passivos em moeda nacional. Foram tomadas medidas efectivas para atrair mais contas correntes, que são uma fonte menos onerosa de financiamento. Em resultado este segmento cresceu 22,2%.

## Novos investimentos

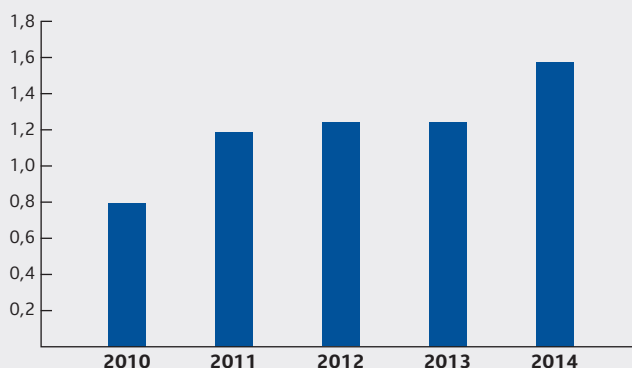
O banco investiu numa nova sede em Maputo, que foi inaugurada em Agosto, durante a semana em que se comemorou os 120 anos do banco em Moçambique. Este investimento consolida o compromisso do banco com este mercado e com os seus clientes.

Análise da Demonstração de Resultados

	Dez 14	% variação	Dez 13
Margem financeira	2 572	9	2 365
Outros proveitos	2 776	25	2 220
Proveitos totais	5 348	17	4 584
Encargos com imparidades de crédito	193	(41)	326
Despesas operacionais	2 919	17	2 493

Apesar do contexto de baixas taxas de juro ao nível local e internacional, a margem financeira recuperou em 2014, com um crescimento de 8,8%, enquanto que os outros proveitos cresceram 25,1% face ao ano anterior. Esta constitui ampla evidência de que a nossa estratégia de diversificação de proveitos continua a dar resultados positivos. Em resultado, os resultados líquidos cresceram de 1.246,4 milhões de meticals em 2013 para 1.577,6 milhões de meticals.

Resultados líquidos após impostos (MT'milhões)



## Margem financeira

Apesar das baixas taxas de juros a nível nacional, a margem financeira aumentou 8,8% em relação ao período homólogo. Isto resulta de uma carteira de crédito em crescimento e do sucesso na contenção do custo de financiamento.

### Outras receitas

As outras receitas, que consistem em rendimentos líquidos com taxas e comissões e operações cambiais registaram um forte crescimento homólogo, atingindo 25,1%, impulsionado principalmente pelos rendimentos obtidos a partir de operações cambiais.

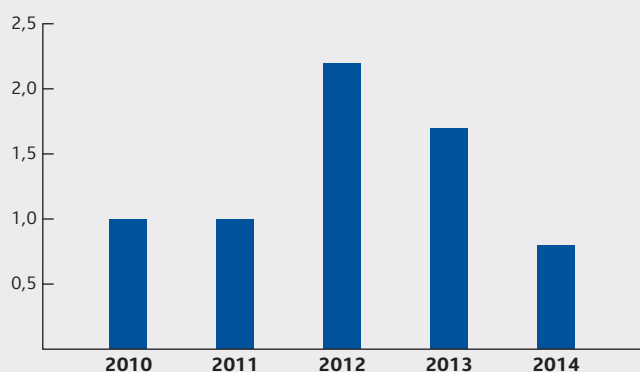
Enquanto que o rendimento líquido com taxas e comissões cresceu 6,9% face ao ano anterior, o rendimento com operações cambiais cresceu robustamente em 35,9%, sustentado por um contexto macroeconómico estável e pelo sucesso na estratégia do banco de diversificar a sua gama de produtos neste espaço.

### Encargos com imparidades de crédito

O banco continua a aplicar critérios adequados e responsáveis, de forma a assegurar práticas de empréstimo prudentes, em conformidade com as condições económicas que são antecipados e a nossa predisposição em relação ao risco. Além disso, o banco continua a aderir estritamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro e às exigências regulamentares, como base das suas práticas de gestão de crédito.

Melhorias significativas nos nossos esforços de recuperação resultaram numa diminuição significativa do crédito malparado. Tal resultou em uma notável queda das provisões específicas, o que reduziu o crescimento da carteira de provisões gerais decorrentes de uma carteira de crédito em crescimento. Isto resultou em encargos gerais de imparidade durante o ano que decresceram de 326,3 milhões de meticais em 2013 para 193 milhões de meticais. Por sua vez, o índice de perdas de crédito diminuiu de 1,7% no ano anterior para 0,8%, o que significa que a qualidade da carteira de crédito continua a melhorar, mesmo com o seu crescimento.

#### Rácio de perdas de crédito (%)



### Despesas operacionais

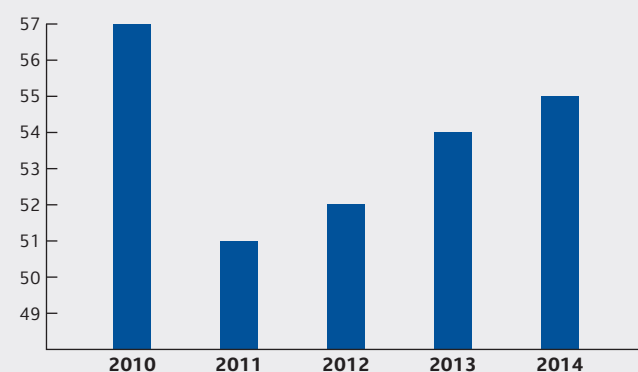
À medida que a economia moçambicana continua a registar um crescimento, a nossa empresa adaptou-se continuamente para se posicionar de uma forma que nos permita aproveitar ao máximo esse crescimento. Adicionalmente, com o aumento da sofisticação do mercado, estamos continuamente a adaptar as nossas operações de forma a corresponder e a satisfazer as necessidades dos nossos clientes. Este processo tem implicações nas nossas práticas de contratação, formação e retenção de pessoal, bem como nas nossas plataformas tecnológicas.

Os nossos colaboradores são o nosso maior activo. Portanto, o nosso foco continua a ser a manutenção de uma base de capital humano forte, plena de talento e qualificada, capaz de levar a bom porto as

nossas prioridades estratégicas. Em consonância com esta ambição, em 2014, continuámos a investir uma quantidade significativa de recursos na formação e desenvolvimento dos nossos colaboradores, a fim de desenvolver capacidade suficiente para corresponder às necessidades crescentes e emergentes dos nossos clientes. Em resultado, o nosso número de colaboradores aumentou 4% durante o ano, de 1 041 para 1 081.

Continuamos a manter uma abordagem disciplinada aos custos, sem comprometer as nossas ambições de crescimento. Não poupámos esforços para manter os nossos custos operacionais tão baixos quanto possível, ao mesmo tempo que maximizámos a eficiência de custos em todas as unidades de negócios e funções operacionais. Consequentemente, os aumentos anuais de salário, as despesas de desenvolvimento de pessoal e os gastos com o fortalecimento e aperfeiçoamento das nossas operações resultaram no crescimento dos nossos custos operacionais em 17,1% durante o ano para 2.919 milhões de meticais (2013: 2.493 milhões de meticais). Apesar disso, o nosso rácio custos/proveitos manteve-se praticamente estável em 54,6% (2013: 54,4%).

#### Rácio custos/proveitos (%)



### Posição de capital

A gestão de capital é uma componente fundamental da nossa estratégia. O nosso objectivo é manter um equilíbrio prudente entre os rácios de capital que suportam adequadamente o crescimento dos negócios e a confiança dos depositantes, e proporcionar retornos competitivos para os accionistas.

Durante o ano, o banco manteve a sua forte posição de capital, indo ao encontro ou superando todos os rácios pretendidos.

#### Adequação do capital

	Dez 14	Dez 13
Fundos próprios de base	9,33%	12,54%
Fundos próprios complementares	0,42%	0,75%
<strong>Rácio de solvabilidade</strong>	<strong>9,75%</strong>	13,29%
O rácio mínimo exigido pelo Banco de Moçambique é de 8%.		

O rácio de solvabilidade é de 9,75%, acima da exigência regulamentar mínima de 8%. Isto dá ao banco a flexibilidade suficiente para alavancar ainda mais o seu balanço em linha com os seus objectivos estratégicos a médio e longo prazo.

# Análise de unidades de negócio



## Banca de Grandes Empresas e Investimento

### Visão Global

Disponibilizamos serviços de banca de grandes empresas e investimento para governos, empresas paraestatais, grandes empresas, instituições financeiras e contrapartes internacionais. Aspiramos a ser o líder na área de grandes empresas e investimento em Moçambique.

A nossa equipa é composta pelas seguintes quatro unidades de negócio:



Acreditamos na resiliência da nossa estratégia a longo prazo. Temos uma presença firmemente estabelecida em Moçambique, dada a nossa história de 120 anos no país. O nosso posicionamento concede-nos a oportunidade única de efectuar parcerias com os nossos clientes, criando relações a longo prazo e bem coordenadas, e que os ajuda a cumprir os seus objectivos estratégicos. As nossas vantagens competitivas incluem o nosso vasto conhecimento e experiência local, a paixão dos nossos colaboradores e a nossa capacidade de associar as nossas operações em Moçambique a outros mercados africanos e aos mercados globais. Através da nossa forte reputação, experiência em produtos e especialização em recursos naturais, desfrutamos de uma posição competitiva única, sobre a qual construímos relações com os nossos clientes.

### Análise de 2014

Este ano foi marcado pela incerteza política no seguimento de conflitos armados esporádicos no centro de Moçambique, entre combatentes da RENAMO e forças governamentais. Este conflito teve um impacto negativo sobre a actividade económica geral, dado que a maioria das empresas adoptou uma abordagem de “esperar para ver”. A prevalência dos baixos preços dos recursos naturais nos mercados internacionais, especialmente o carvão, teve um efeito negativo sobre o investimento no sector extractivo.

Por outro lado, um contexto macroeconómico estável na maior parte de 2014 gerou um ambiente propício para o planeamento empresarial dos nossos clientes. No entanto, embora beneficiando os nossos clientes, as baixas taxas de juros vigentes exerceram pressão sobre a margem financeira.

Apesar deste contexto operacional desafiante e incerto, a nossa Banca de Grandes Empresas e Investimento teve um desempenho forte este ano. Com 28% a nossa carteira de empréstimo registou um crescimento robusto em relação ao ano anterior. Esta evolução contrabalançou o impacto das taxas de juro decrescentes na margem financeira. Adicionalmente, a relativa estabilidade da taxa de câmbio do metical face ao dólar teve um impacto positivo no nosso proveito cambial, que registou um crescimento de 36% em relação ao ano anterior.

Para além de apresentar um forte desempenho, o banco recebeu dois prémios internacionais este ano, o “Best Sub-custodian Bank in Mozambique” concedido pela Global Finance Magazine e um “Project Finance International (PFI) Award”, por ter assegurado um financiamento para um produtor independente de electricidade em Moçambique.

### Olhar para 2015

O sucesso das disputas pós-eleitorais é crítico para o ano vindouro. Esperamos também que a inflação suba ligeiramente e a taxa de câmbio do metical continue a sua volatilidade, com base num fortalecimento do dólar norte-americano. No entanto, apesar da incerteza, estamos confiantes no posicionamento e solidez subjacente dos nossos negócios e da qualidade dos nossos colaboradores. Acreditamos que a execução da nossa estratégia permitir-nos-á sustentar o nosso desempenho financeiro.



## Banca de Particulares e Negócio

### Visão Global

Disponibilizamos banca de retalho e outras soluções de serviços financeiros para clientes individuais e pequenas e médias empresas. Como parte do maior grupo bancário de África, aproveitamos a experiência profunda e o vasto conhecimento existente no seio do banco. Juntamente com os nossos 120 anos em Moçambique e uma história ainda mais longa em África, disponibilizamos para os nossos clientes produtos e serviços que oferecem resposta às suas necessidades, através de canais adequados. Em tudo o que fazemos esforçamo-nos por garantir que os nossos clientes desfrutem de uma experiência excelente e consistente, e que permaneçam a nossa principal prioridade.

### Destaques de 2014

- ▶ Focamo-nos nas relações com os nossos colaboradores com o objectivo de melhorar o desempenho empresarial através da proficiência em termos de processos e de serviço ao cliente. Introduzimos a Metodologia “connect” de fazer as coisas, demos continuidades ao projecto de Desenvolvimento de Competências e alterámos a estrutura do nosso segmento de banca de particulares do negócio. Através da “connect”, a nossa Banca de Particulares e Negócios visa criar uma cultura de alto desempenho que irá, entre outros resultados, capacitar os colaboradores para viver a visão e os valores do banco. O projecto Desenvolvimento de Competências visa identificar potenciais talentos e, consequentemente, um plano de acção para o desenvolvimento de competências de alto nível. Este ano, concentrámos os nossos esforços na banca de negócios e banca privada.
- ▶ O foco no cliente continua a ser a nossa prioridade. Durante 2014 procurámos activamente e recebemos feedback dos clientes sobre a qualidade e consistência da sua experiência do serviço que fornecemos. Somos claros sobre as nossas estratégias para continuar a melhorar com base nesse feedback.
- ▶ Nós temos esforço para construir uma cultura comercial dentro da empresa e tal ficou claro no facto do negócio ter superado as várias metas de vendas durante o ano.
- ▶ A nossa migração para a rede Ponto 24, uma plataforma da Interbancos, é um dos nossos principais destaques. Com esta plataforma em funcionamento somos actualmente capazes de oferecer aos nossos clientes uma vasta gama de produtos e serviços já existentes na rede, o que também aumentou a taxa de utilização das nossas ATMs.

### Uma análise do ano que acaba de findar

Em 2014 continuámos a focarmo-nos em fornecer aos nossos clientes canais convenientes e acessíveis, com maior experiência e facilidade de operação, contrabalançando ao mesmo tempo com uma gestão prudente de custos e de investimentos no sentido de um crescimento futuro. Melhorámos a segurança das transacções dos clientes através da introdução de cartões de débito EMV/CHIP com características avançadas de segurança, tal como assegurámos que os nossos

terminais ATM e POS são compatíveis com o sistema EMV. Aumentámos a nossa presença com a abertura de duas novas agências, instalámos trinta novas caixas automáticas (ATMs) e aumentámos significativamente o número de terminais de pontos de venda (POS). Em resposta às necessidades dos nossos clientes, também analisámos a acessibilidade aos nossos produtos de empréstimo e continuamos a focarmo-nos em garantir tempos de resposta rápidos. Estes processos geraram excelentes resultados, com a divisão a registar um desempenho significativamente melhor em toda a linha, em comparação com o ano anterior.

Um contexto macroeconómico robusto, impulsionado por um Banco Central focado, permitiu taxas de juro e de câmbio estáveis durante a maior parte do ano, dando desta forma certezas aos clientes. As margens permaneceram baixas, mas os volumes transaccionais cresceram à medida que implementámos com sucesso a nossa estratégia para o ano, aumentando a nossa base de clientes e promovemos a eficiência de custo, produzindo uma melhoria significativa dos nossos resultados, em termos homólogos. Isto levou ao crescimento do nosso rendimento, mais notavelmente nas taxas e comissões, e uma redução substancial nos encargos com imparidades.

A nossa estratégia a curto prazo continuará a ser focada em garantir uma experiência excelente e consistente aos nossos clientes, através da melhoria na disponibilização das nossas soluções e canais, aperfeiçoamento profissionalismo contínuo dos nossos colaboradores e actualizar os nossos processos e tecnologias, para garantir que façamos crescer o nosso negócio de forma sustentável.

### O próximo ano

Esperamos que a estabilidade macroeconómica continue em 2015 e que, nesse contexto, as baixas taxas de juro. Esperamos, portanto, que as nossas margens permaneçam sob pressão. Desta forma iremos continuar a procurar a diversificação das receitas e a fazer crescer a nossa carteira de crédito, ainda que de uma forma sustentável.

Os clientes são a razão pela qual existimos. Por conseguinte, a nossa prioridade para 2015 é continuar a encontrar formas inovadoras de antecipar e corresponder às necessidades dos nossos clientes, de forma rentável. Acreditamos que estabelecemos uma base sólida sobre a qual iremos alcançar este objectivo e fazer crescer o nosso negócio de forma sustentável.

Apesar de um contexto em rápida mutação, estamos bem posicionados para aproveitar as oportunidades emergentes. Faremos o possível para fornecer aos nossos clientes soluções, serviços e canais inovadores que correspondam às suas necessidades de forma rentável. Tal inclui investir continuamente nos nossos colaboradores e garantir que trabalhem num ambiente saudável, investindo em sistemas e infra-estrutura de uma forma que nos permita cumprir da melhor forma as promessas que fazemos aos nossos clientes.

# Análise de risco de crédito

Uma gestão eficaz de risco continua a ser fundamental para as actividades empresariais do banco. Os riscos são controlados ao nível da exposição individual, bem como de forma agregada no âmbito e entre as duas linhas de negócio e dos diferentes tipos de riscos.

## Introdução

As duas linhas de negócio do banco são:



## Responsabilidade do conselho

O conselho de administração (conselho) tem a responsabilidade final pela gestão de risco. Os comités dentro da estrutura de governação permitem que o conselho avalie os riscos enfrentados pelo banco e a eficácia da gestão de tais riscos por parte do banco.

O conselho baseia os seus relatórios trimestrais no trabalho destes comités, bem como em atestados periódicos elaborados por gestores de risco e de auditoria interna, para se certificar que os processos de gestão de riscos do banco estejam adequados à finalidade e estejam a funcionar de forma eficaz.

Durante o ano em análise as actividades empresariais do banco têm sido geridas dentro dos limites de propensão ao risco aprovados pelo conselho.

O conselho está convencido de que os processos de gestão de riscos do banco actuaram efectivamente no período em análise.

## Componentes de risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perdas resultantes da falha das contrapartes em cumprir as suas obrigações financeiras ou contratuais, aquando do pagamento.

O risco de crédito compreende o risco de contraparte, o risco de liquidação e o risco de concentração. Estes tipos de risco são definidos da seguinte forma:

- **Risco de contraparte:** O risco de perda de crédito para o banco em resultado do não cumprimento por parte de uma contraparte das suas obrigações financeiras e/ou contratuais perante o banco, à data de vencimento. Este tipo de risco tem três componentes:
  - **Risco de crédito primário:** A exposição ao incumprimento decorrente de empréstimos e actividades relativas a produtos bancários, incluindo a sua subscrição.
  - **Risco de crédito pré-liquidação:** decorrente de operações não liquidadas e de derivados em que o banco está a actuar a título principal ou como entidade de compensação. O risco é decorrente do incumprimento da contraparte no que respeita à transacção e medido como o custo de substituir a transacção a taxas de mercado.
  - **Risco de emissor:** decorrente da comercialização de produtos de crédito e de capital próprio, incluindo a subscrição da emissão destes produtos no mercado primário.
- **Risco de liquidação:** O risco de perda para o banco derivado de liquidar uma transacção em que o valor é transferido, mas em que o banco poderá não receber a totalidade ou parte do contravalor.
- **Risco de concentração de crédito:** O risco de perda para o banco em resultado da acumulação excessiva de exposição a uma contraparte ou grupo de contraparte específico, um sector, mercado, produto, instrumento financeiro ou tipo de título mobiliário, um país ou região, ou uma maturidade. Esta concentração normalmente existe quando várias contrapartes estão envolvidas em actividades semelhantes e possuem características semelhantes, que poderão fazer com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais seja afectada de forma semelhante por mudanças nas condições económicas ou outras.



## Resumo do ano

### Gestão de risco de crédito

O risco de crédito do banco inclui empréstimos principalmente a grosso e a retalho e adiantamentos, em conjunto com o risco de crédito de contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com os nossos clientes e contrapartes no mercado. Outras fontes de risco de crédito são decorrentes de actividades comerciais, incluindo títulos de dívida, saldos de liquidação com contrapartes do mercado e activos disponíveis para venda.

Os objectivos de gestão de risco de crédito passam por:

- manter uma forte cultura de empréstimo responsável e uma política de risco e estrutura de controlo robustas;
- identificar, avaliar e medir o risco de crédito com clareza e precisão em toda a estrutura do banco, começando ao nível dos instrumentos individuais até à totalidade da carteira;
- definir, implementar e reavaliar continuamente a nossa propensão para o risco, em condições reais e em cenários;
- monitorizar o risco de crédito e a adesão aos controlos acordados; e
- garantir que exista um escrutínio independente e especializado dos riscos de crédito, bem como da sua mitigação.

A responsabilidade primária pela gestão do risco de crédito para as nossas operações reside em cada linha de negócio. O Comité de Crédito do Conselho de Administração é o principal comité do conselho responsável pela supervisão do risco de crédito, em parceria com o Comité de Auditoria, que tem a responsabilidade de supervisão, de forma a analisar a adequação das imparidades de crédito.

O comité de gestão responsável pela supervisão do risco de crédito é o Comité de Crédito. O comité é responsável pela risco de crédito e pela tomada de decisão sobre o risco de concentração de crédito, e a delegação da mesma aos oficiais de crédito dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os aspectos fundamentais dos sistemas de classificação e dos modelos de risco de crédito são aprovados pelo Comité de Crédito.

## Desempenho em 2014

O crescimento da carteira de retalho foi mais brando este ano em comparação ao ano passado. No entanto, a qualidade da carteira melhorou consideravelmente com base em medidas-chave introduzidas em 2013, que incluíram a criação de uma Unidade de Verificação de Crédito (UVC), o investimento em sistemas de informação e melhor alocação de recursos à Unidade de Cobranças.

Tal como nos últimos anos, este foi impulsionado por empréstimos a prazo e estruturados. Contudo, um maior crescimento foi prejudicado pelo sentimento negativo em torno do risco político, devido ao conflito armado contínuo na região centro de Moçambique, bem como outras incertezas geradas pelas eleições em Outubro passado. No entanto, foi observado uma melhoria gradual à medida que o ano se aproximou do seu fim.

**Com 28%, o crescimento da carteira da Banca de Grandes Empresas e Investimento, impulsionou o crescimento geral da nossa carteira de crédito este ano.**

A qualidade da nossa carteira continua a melhorar, mesmo à medida que damos vida à nossa ambição de aumentar a quota de mercado no mercado de retalho. Contrabalançar este efeito com critérios robustos de provisionamento de crédito, que muitas vezes ultrapassam as normas mínimas exigidas pelo regulador, mas encontram – se em linha às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Em resultado, o nosso índice geral de cobertura por provisões aumentou de 86% em termos de créditos malparados em 2013 para 92% em 2014. Apesar disso, os créditos malparados totais deste ano diminuíram em 21,7% em relação ao ano anterior, resultando numa redução nos nossos encargos com imparidades de 326,3 milhões de meticais em 2013, para 193 milhões de meticais. Por sua vez, tal traduziu-se numa melhoria no nosso índice de perda de crédito de 1,7% em 2013 para 0,8%, o que é significativo tendo em conta um crescimento de 21,1% na nossa carteira de crédito. Estes números traduzem a eficácia das medidas iniciadas pela gestão em 2013.

## Análise de risco de crédito | continuação

## Análise de empréstimos e adiantamentos

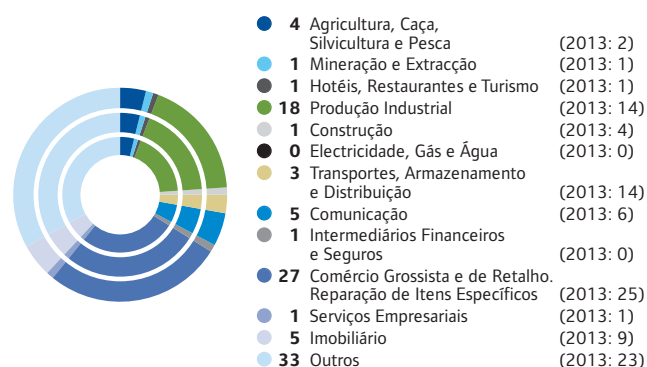
## Análise por sector

A diversificação continua a ser um princípio central na nossa filosofia de empréstimo. A mesma serve para garantir que exista uma redução ideal da exposição do banco aos diversos sectores da economia.

Excluindo a categoria "Outros", a concessão de crédito ao sector do comércio continuou a dominar a carteira com 27% (2013: 21%), seguido pelo sector fabril com 18%. A Comunicação e o Imobiliário seguem-se com alguma distância, com cerca de 5% cada (2013: 6% e 9%, respectivamente).

A figura abaixo fornece uma análise sectorial da carteira de crédito no final de 2014. A carteira de retalho representa a maior parte da categoria "Outros" e é, de forma intrínseca, altamente diversificada.

## Exposição bruta total, por tipo de sector (%)



## Análise por qualidade de crédito

## Empréstimos vencidos

Empréstimos vencidos são aqueles que não estão vencidos nem especificamente em situação de imparidade. Estes empréstimos são actuais e totalmente compatíveis com todos os termos e condições contratuais.

Os empréstimos de monitorização normal dentro desta categoria são geralmente classificados de 1 a 21 e os empréstimos de monitorização rigorosa são geralmente classificados de 22 a 25, usando a escala de classificação do banco. 1 a 7 pontos recai sob o grau A; 8 a 21 pontos recai sob o grau B e 21 a 25 pontos recai sob o grau C.

Empréstimos com atrasos iniciais, mas não especificamente em estado de imparidade incluem os empréstimos em que a contraparte não conseguiu efectuar os pagamentos contratualizados, que têm menos de 90 dias de atraso, e nos quais se espera que o valor contabilístico total seja recuperado, tendo em consideração os fluxos de caixa futuros, incluindo garantias. Não se espera uma perda definitiva, mas a mesma poderá ocorrer se as condições adversas persistirem.

## Crédito malparado/empréstimos em incumprimento

Crédito malparado são empréstimos nos quais:

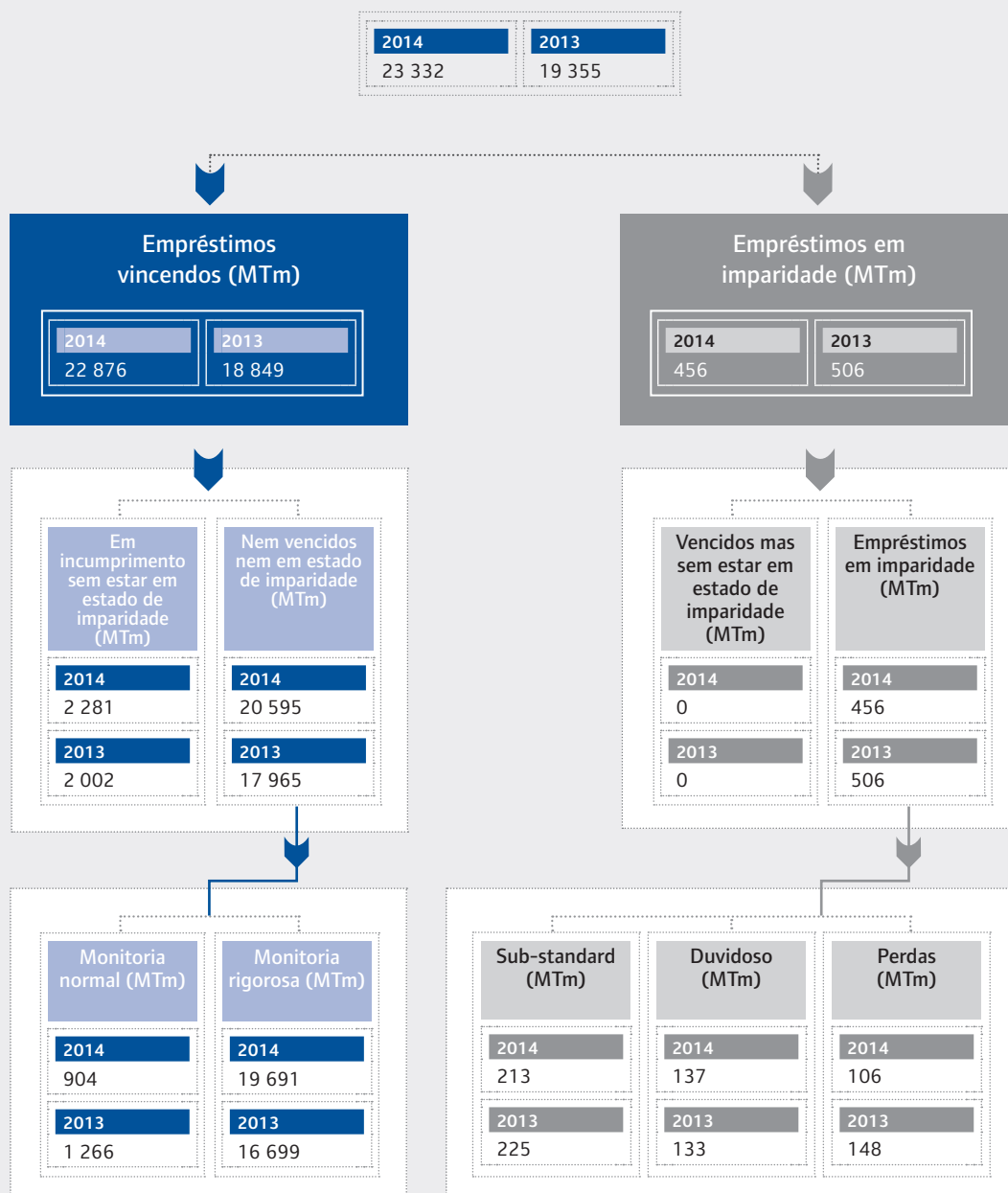
- O banco identificou provas objectivas de incumprimento, tais como uma violação de um convénio ou condição material de empréstimo; ou
- São devidas prestações que não permanecem por liquidar há 90 dias ou mais.

Empréstimos em incumprimento, mas que não estão especificamente em estado de imparidade, não estão especificamente em estado de imparidade devido à expectativa de recuperação do valor contabilístico completo, ao considerar os fluxos de caixa futuros, incluindo as garantias.

Empréstimos em incumprimento especificamente em estado de imparidade são os empréstimos que são considerados como malparados e nos quais se verificou uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros. Empréstimos especificamente em estado de imparidade são analisados em maior detalhe nas seguintes categorias:

- Itens insuficientes que apresentam fragilidades subjacentes bem definidas e são especificamente considerados como estando em estado de imparidade.
- Itens duvidosos que ainda não são considerados perdas finais devido a alguns factores pendentes que poderão fortalecer a qualidade dos itens.
- Itens de perda que são considerados como incobráveis, na totalidade ou em parte. O banco estabelece provisões completas para as suas perdas antecipadas, depois de contabilizar a garantia.

## Total de Empréstimos (MTm)



■ Imparidade – carteira.  
■ Imparidade – específica.

## Análise de risco de crédito | continuação

Exposição máxima ao risco de crédito por qualidade do crédito			
Categoria	Nem vencidos nem em estado de imparidade		
	A Grau 2014 MT	B Grau 2014 MT	C Grau 2014 MT
Empréstimos e adiantamentos a bancos	10 518 882 498	–	–
Empréstimos e adiantamentos a clientes	866 558 878	36 999 019	19 691 365 326
<b>Banca de Particulares e Pequenas e Médias Empresas</b>	866 558 878	36 999 019	2 588 977 064
Empréstimos Hipotecários	27 308 721	18 878 379	1 298 306 971
Vendas em prestações e arrendamentos financeiros	319 558 197	129 254	115 892 092
Devedores de cartões	–	–	93 276 400
Outros empréstimos e adiantamentos	519 691 960	17 991 386	1 081 501 601
<b>Banca de Empresas e de Investimentos</b>	–	–	17 102 388 262
Crédito a empresas	–	–	15 808 597 461
Financiamento de propriedades	–	–	1 293 790 801
<b>Em Dezembro de 2014</b>	<b>11 385 441 376</b>	<b>36 999 019</b>	<b>19 691 365 326</b>
Em Dezembro de 2013	15 295 569 161	147 647 368	16 698 961 985

**Empréstimos e adiantamentos renegociados**

Empréstimos e adiantamentos renegociados são exposições que foram refinanciadas, reagendadas, tramitadas ou modificadas após serem detectadas fragilidades na posição financeira da contraparte, e onde se estimou que provavelmente irá existir um reembolso normal após a reestruturação. Empréstimos renegociados em 2014 que, de outra forma, estariam vencidos ou com imparidade totalizaram 176,7 milhões de meticais (2013: 268,5 milhões de meticais).

**Áreas de foco para 2015**

O banco irá continuar a aplicar critérios de empréstimo adequados e responsáveis, de forma a assegurar práticas de empréstimo prudentes, em conformidade com condições económicas específicas que afectam o nosso mercado e a nossa predisposição em relação ao risco. O foco continuará a ser colocado sobre a harmonização das nossas metodologias e processos de risco de crédito com as do grupo e na melhoria das práticas de testes de esforço. Iremos igualmente continuar a investir nos nossos colaboradores para garantir que estejam devidamente familiarizados com a nossa estrutura de risco de crédito e instrumentos de apoio que lhes permitam gerir melhor o risco em relação à propensão e tolerância do risco de crédito.

Vencidos mas sem estar em estado de imparidade	Total de Empréstimos em Conformidade	Empréstimos com imparidades	Total Empréstimos	Garantia para Empréstimos com Imparidades	Empréstimos Líquidos com Imparidades
2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT
–	10 518 882 498	–	10 518 882 498	–	–
2 281 488 414	22 876 411 637	455 642 718	23 332 054 355	286 153 072	169 489 646
1 566 560 723	5 059 095 684	365 631 030	5 424 726 714	286 153 072	79 477 958
492 381 371	1 836 875 442	112 776 518	1 949 651 960	247 479 604	(134 703 086)
162 602 267	598 181 810	40 486 494	638 668 304	7 892 938	32 593 556
43 193 682	136 470 082	5 225 521	141 695 603	–	5 225 521
868 383 403	2 487 568 350	207 142 497	2 694 710 847	30 780 530	176 361 967
714 927 691	17 817 315 953	90 011 688	17 907 327 641	–	90 011 688
714 927 691	16 523 525 152	90 011 688	16 613 536 841	–	90 011 688
–	1 293 790 801	–	–	–	–
2 281 488 414	33 395 294 135	455 642 718	33 850 936 853	286 153 072	169 489 646
2 002 481 864	33 026 193 022	506 011 340	33 532 204 362	382 672 685	123 338 655

# Relatório sobre colaboradores

**Os nossos colaboradores estão no cerne da nossa estratégia. Reconhecemos que, para que possamos alcançar a nossa estratégia, temos de atrair e manter pessoal qualificado e motivado. Isto é o que nos diferencia dos nossos concorrentes.**

Apoiamos e permitimos que os nossos colaboradores dêem o seu melhor, proporcionando um ambiente cativante e gratificante. Também mantemos uma estratégia competitiva de recompensas e proporcionamos igualmente oportunidades de crescimento pessoal e profissional, melhorando continuamente as nossas práticas laborais.

Principais estatísticas		
	2013	2014
Número de colaboradores no final do ano	1 038	<b>1 083</b>
Taxa de rotatividade total (%)	7,61%	<b>7,66%</b>
Colaboradores do sexo feminino (%)	46,62%	<b>46,35%</b>
<b>Presença em programas de liderança e de pós-graduação</b>		
Participantes no programa de desenvolvimento de liderança	10	<b>47</b>
Participantes no programa de pós-graduação	3	<b>2</b>
<b>Desenvolvimento de competências</b>		
Gasto total em formação (milhões de MTN)	1 272	<b>6 535</b>
Gasto em formação em % dos custos totais com pessoal	0,99%	<b>0,43%</b>

## Destaques de 2014

Durante 2014 o nosso foco continua a ser na melhoria da eficiência, para ir cada vez mais ao encontro das necessidades do nosso negócio e também para nos alinharmos com o restante Grupo Standard Bank. Os destaques deste ano incluem:

- Implementámos vários projectos estratégicos, nomeadamente:
  - O projecto *connect* da Banca de Particulares e Negócio, que foi concebido para melhorar o desempenho empresarial através da proficiência de processos e de relação com os clientes e colaboradores;
  - O Projecto *client engagement* da Banca de Grandes Empresas e Investimento, cujo objectivo passou por desenvolver relações profundas e relevantes com clientes-alvo; integrar perspectivas de clientes e do mercado; e capitalizar oportunidades de venda cruzada. Outras iniciativas no âmbito deste projecto, que estão previstas para 2015, serão centradas no desenvolvimento dos colaboradores e na exposição de tendências de negócio actuais e novas;
  - O Projecto Ubuntu: a palavra “Ubuntu” denota colaboração e trabalho em equipa. É um conceito que foi introduzido no âmbito da Unidade de Negócio de Risco como parte da nova cultura operacional da equipa. Um levantamento realizado no início do projecto deu informação à gestão sénior para o seu desenvolvimento de um plano de acção a ser implementado durante 2015; e
  - O *RH Global Template*, que é uma iniciativa de grupo que promove a consolidação, automação e padronização de processos, políticas, fluxo de trabalho, formulários, relatórios, práticas de serviços partilhados e governação dentro do banco.

- O *Employee Engagement Survey* para todo o Grupo: esta promoção do envolvimento com os colaboradores, que ocorreu durante os meses de Novembro e Dezembro de 2014, foi destinado a ajudar a gestão a criar uma cultura onde os colaboradores estejam mais envolvidos e inspirados, de forma a darem o seu melhor.
- Melhoria do pacote de assistência médica para os colaboradores: o banco acredita que uma força de trabalho saudável é uma força de trabalho produtiva. Com isto em mente, o banco melhorou o seu pacote de assistência médica para os colaboradores e melhorou o modelo de contribuição com efeitos a partir de Julho de 2014. O mesmo garante ao colaborador uma lista alargada de serviços de saúde.
- O reconhecimento dos colaboradores no âmbito do programa para além da excelência do banco: este programa destina-se a premiar indivíduos ou equipas de trabalho por uma qualidade de trabalho que se encontre a um nível que supere as expectativas. O programa promove o envolvimento de nomeações de pares e permite que os gestores de linha reconheçam espontaneamente um desempenho excepcional em qualquer momento do ano. Este ano, 177 colaboradores foram formalmente reconhecidos.

## Desenvolvimento de colaboradores

O desenvolvimento de colaboradores continua a ser uma alta prioridade para o banco. Os principais destaques deste ano foram:

### Formação em liderança “Foundation”

A formação em liderança “Foundation” é um programa de desenvolvimento de liderança de 6 dias concebido para permitir que os colaboradores evoluam para se tornarem líderes credíveis e qualificados, que sejam capazes de representar uma diferença positiva, independentemente da sua posição dentro da organização. A frequência da formação ocorre por nomeação dos gestores de linha e é administrada pelo *Global Leadership Centre*, na África do Sul.

Pela primeira vez na história esta formação foi administrada a nível nacional durante o mês de Novembro. Isto facilitou um nível sem precedente de participação, com a presença de 27 delegados locais.

### Programa Investimento em excelência

Este programa foi introduzido para ajudar os gestores seniores a alcançar mais facilmente o seu potencial, alterando a sua percepção do que é possível e, posteriormente, aplicar as competências e conhecimentos para gerar uma mudança no que realmente conseguem alcançar.

Durante 2014 o programa atraiu 30 participantes e há planos para alargá-lo para o próximo nível de gestão em 2015.

### Athos de melhoria contínua

Este projecto visa introduzir uma metodologia de melhoria contínua no Banco. A implementação deste projecto foi encabeçada pela equipa de Operações através da implementação da metodologia Lean Six Sigma. Nesse sentido, foram administrados dois programas de formação durante o ano: o Yellow Belt com 15 participantes e o White Belt com 73 participantes. O objectivo foi dotar todas as unidades de negócio e permitir-lhes começar a fazer uso efectivo desta metodologia a partir de 2015.



De acordo com o mesmo princípio, foi introduzida uma campanha de incentivo voltada para recolha de ideias de colaboradores em todo o Banco. Esta, tem em vista a melhoria contínua dos processos e procedimentos e maximizar a utilização dos recursos existentes, sem ou com o mínimo de investimento financeiro adicional.

### SABA – e-Learning

A SABA é uma ferramenta online implementada para dar aos colaboradores o acesso a centenas de programas informáticos de conhecimento. Permite que os novos funcionários sejam equipados com os conhecimentos necessários a partir do primeiro dia e também permite à gestão de linha monitorizar os relatórios directos, aprovar, rejeitar, atribuir e reportar vários tipos de aprendizagem. Adicionalmente, o sistema permite que os gestores de linha vejam, agendem, aprovem e apresentem um relatório sobre formação realizado pelos seus colaboradores.

Até à data o sistema deu azo aos seguintes programas de formação:

- Anti-lavagem de dinheiro
- Gestão de Continuidade de Negócios
- Banca de seguros
- Força de Vendas
- Conformidade

### Programa compacto de indução e de reciclagem de RH

Os nossos programas de integração no banco de 5 dias continuaram este ano, tal como planeado. As duas sessões foram facilitadas para 49 novos colaboradores, o que representa 82% de taxa de participação, dos quais 20% oriundos do Centro e do Norte.

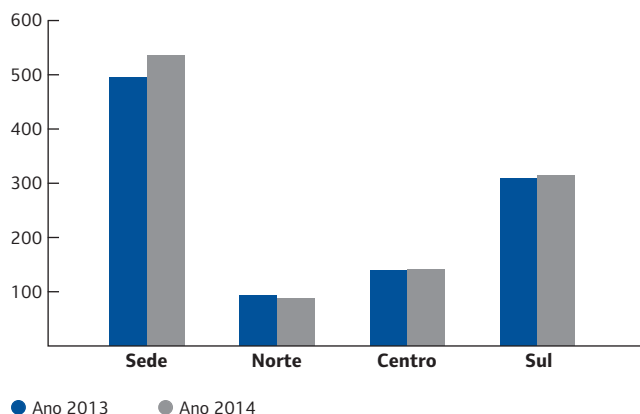
Além disso foi administrado um programa de reciclagem de RH de 1 dia para revitalizar colaboradores actuais e para informar novos colaboradores sobre as principais normas e políticas actuais de RH. Incluiu temas como a estrutura organizacional do banco, a estrutura e estratégia de RH, gestão de talentos, o programa para além da excelência, o código de indumentária e a política de remuneração e de benefícios. Esta sessão foi orientada apenas para a equipa da região sul. Foram planeadas sessões para o centro e norte para 2015.

### Dados estatísticos

#### Colaboradores por área geográfica

Excluindo os colaboradores da sede, o nosso capital humano continua a estar concentrado na região sul, dado que a maioria das agências estão localizadas nesta região.

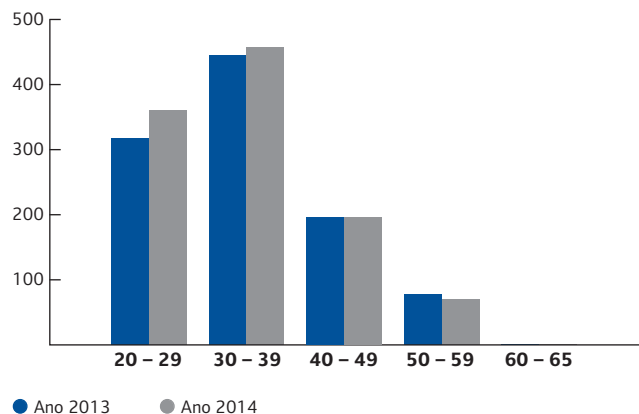
#### Proporção de Colaboradores – Moçambique



### Estrutura etária

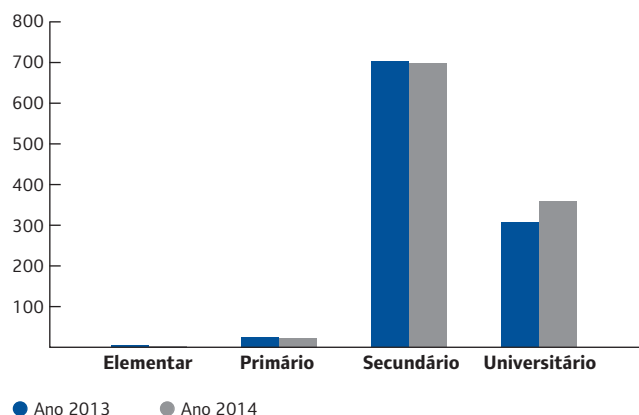
Cerca de três quartos da nossa equipa têm 39 anos ou menos, com a faixa etária dos 30 aos 39 a representar a maior percentagem.

#### Estrutura Etária



### Educação

#### Educação

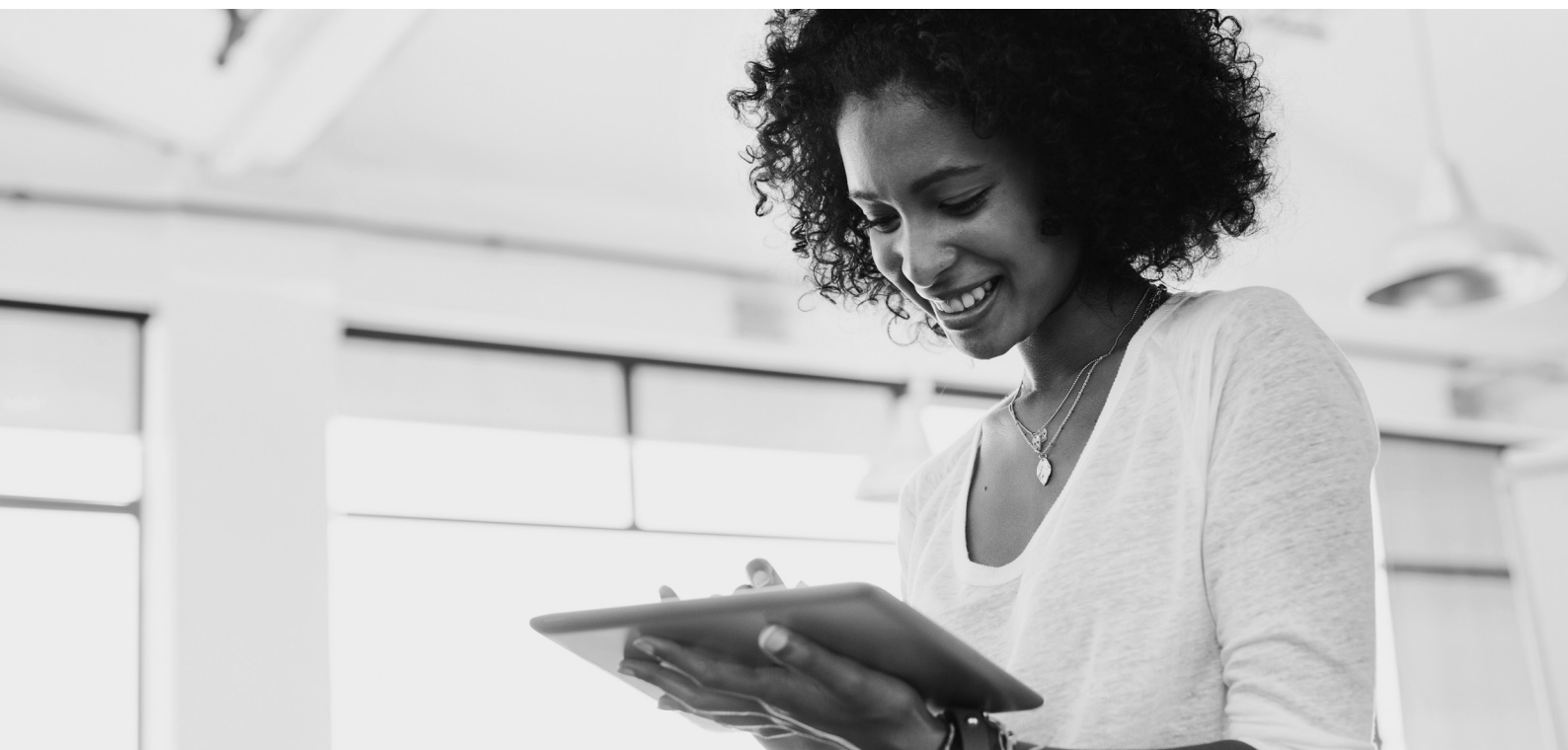


### Olhar para o futuro

O Standard Bank reconhece a importância do seu capital humano no cumprimento dos seus objectivos estratégicos. O desenvolvimento e retenção de talentos são alguns dos nossos principais temas recorrentes e 2015 será um ano de continuidade. Consequentemente continuaremos a preparar-nos para uma melhor parceria com as nossas partes interessadas. O nosso foco será a manutenção da sustentabilidade dos projectos que foram introduzidas este ano, bem como a implementação de ferramentas mais potenciadoras e de iniciativas que acrescentem valor, de forma a permitir aos nossos colaboradores abordar os desafios que enfrentamos no nosso contexto.



## Demonstrações Financeiras



## Índice



34	Declaração de responsabilidade dos Administradores
35	Relatório dos auditores independentes
36	Demonstração de lucros ou prejuízos
36	Demonstração de outros resultados compreensivos
37	Demonstração da situação financeira
38	Demonstração de alterações no capital próprio
40	Demonstração de fluxos de caixa
	Resumo das políticas contábilísticas e gestão
41	de risco financeiro
80	Notas às demonstrações financeiras

## Declaração de responsabilidade dos administradores

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais do Standard Bank, S.A. que compreendem a demonstração da situação financeira em 31 de Dezembro de 2014 e a demonstração de resultados ou prejuízos, resultados, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade do Banco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

## Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais do Standard Bank, S.A, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2015 e foram assinadas em seu nome por:



**Adimohanma Chukwuma Nwokocho**  
Administrador Delegado



**Gomezgani Neba**  
Director Financeiro

# Relatório dos auditores independentes

## Aos Accionistas do Standard Bank, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras do Standard Bank, SA, que compreendem a demonstração da situação financeira em 31 de Dezembro de 2014 e a demonstração de resultados ou prejuízos, a demonstração de outros resultados compreensivos, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas.

## Responsabilidade da administração em relação às demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pelos controlos internos que a administração determinar como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materialmente relevantes, quer devidas a fraude ou a erro.

## Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem, da nossa parte, o cumprimento de requisitos éticos pertinentes, bem como o planeamento e a execução da auditoria de forma a obter uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de quaisquer distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a aplicação de procedimentos que nos permitam obter evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, quer devidas a fraude ou erro. Ao procedermos à avaliação desses riscos, consideramos os controlos internos relevantes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras pela entidade, de modo a permitir o desenho de procedimentos de auditoria que sejam, nas circunstâncias, apropriados, mas não com a finalidade de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, assim como uma avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

## Opinião

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos aspectos materiais, a situação financeira do Standard Bank, SA, em 31 de Dezembro de 2014, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.



Maputo

26 de Fevereiro de 2015

# Demonstração de lucros ou prejuízos

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

	Nota	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Juros e rendimentos similares	5	2 841 214 614	2 572 337 523	90 607 001	85 459 718
Juros e encargos similares	5	(269 471 336)	(207 737 292)	(8 593 504)	(6 901 571)
<b>Margem financeira</b>		<b>2 571 743 278</b>	<b>2 364 600 231</b>	<b>82 013 497</b>	<b>78 558 147</b>
Rendimento de taxas e comissões	6	894 629 087	847 330 553	28 529 932	28 150 517
Gasto com taxas e comissões	6	(11 520 585)	(21 129 181)	(367 394)	(701 966)
<b>Rendimento líquido de taxas e comissões</b>		<b>883 108 502</b>	<b>826 201 372</b>	<b>28 162 538</b>	<b>27 448 551</b>
Resultado líquido em operações financeiras	7	1 894 466 122	1 394 439 211	60 414 969	46 326 884
<b>Receitas</b>		<b>5 349 317 902</b>	<b>4 585 240 814</b>	<b>170 591 004</b>	<b>152 333 582</b>
Outras receitas perdas		(1 503 271)	(875 455)	(47 940)	(29 085)
Custos operacionais	8	(2 919 003 197)	(2 493 120 362)	(93 087 697)	(82 827 919)
Perda por imparidade líquida no crédito	9	(193 006 574)	(326 339 656)	(6 155 025)	(10 841 849)
<b>Lucros antes do imposto</b>		<b>2 235 804 860</b>	<b>1 764 905 341</b>	<b>71 300 342</b>	<b>58 634 729</b>
Imposto sobre o rendimento	10	(658 216 228)	(518 466 168)	(20 990 670)	(17 224 790)
<b>Lucro</b>		<b>1 577 588 632</b>	<b>1 246 439 173</b>	<b>50 309 672</b>	<b>41 409 939</b>
<b>Ganhos por acção</b>					
– Básicos	11	MT6.10	MT4.82	USD0.19 cents	USD0.16 cents
– Diluídos	11	MT6.10	MT4.82	USD0.19 cents	USD0.16 cents

## Demonstração de outros resultados compreensivos

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Lucro	1 577 588 632	1 246 439 173	50 309 672	41 409 939
<b>Outros resultados compreensivos</b>				
<b>Itens que nunca serão reclassificados em lucros ou prejuízos</b>				
Remensuração do benefício definido (passivo/activo)	(20 688 000)	(74 452 000)	(659 745)	(2 473 488)
Excedente de revalorização	226 322 710	–	7 217 485	–
Itens que estão ou podem ser reclassificados em lucros ou prejuízos				
Variação líquida no justo valor	16 596 279	46 210 863	493 937	1 536 265
<b>Total de resultados compreensivos</b>	<b>1 799 819 621</b>	<b>1 218 198 036</b>	<b>57 361 349</b>	<b>40 472 716</b>



# Demonstração da situação financeira

em 31 de Dezembro de 2014

	Nota	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Activos</b>					
Caixa e depósitos no Banco Central	12	4 547 230 690	3 517 999 468	135 334 247	116 954 770
Activos derivados	13	68 966 772	1 656 577	2 052 583	55 072
Activos negociáveis	14	2 574 806 175	1 419 765 415	76 631 136	47 199 648
Activos financeiros disponíveis para venda	15	5 580 395 525	3 713 929 404	166 083 200	123 468 398
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.1	10 518 882 498	14 177 101 805	313 061 979	471 313 225
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16.2	22 911 169 928	18 921 149 360	681 880 057	629 027 572
Investimentos em capital	17	42 296 908	42 296 908	1 258 837	1 406 148
Propriedade e equipamento	18.1	2 824 547 656	1 843 061 120	84 063 918	61 271 979
Activos intangíveis	18.2	36 912 943	13 025 237	1 098 599	433 020
Imposto diferido		6 634 440	–	197 454	–
Outros activos	19	121 868 625	378 376 051	3 627 042	12 578 991
Activo do Fundo de Pensões	28	85 518 000	35 009 000	2 545 179	1 163 863
<b>Total de activos</b>		<b>49 319 230 160</b>	<b>44 063 370 345</b>	<b>1 467 834 231</b>	<b>1 464 872 686</b>
<b>Capital próprio</b>					
Capital social	20	1 294 000 000	1 294 000 000	54 054 195	54 054 195
Reserva legal	21	962 380 987	725 742 692	35 600 575	28 054 124
Outras reservas	22	2 320 988 541	2 019 266 073	23 674 662	40 174 164
Resultados acumulados	23	3 381 467 779	2 740 492 452	123 540 726	103 099 872
<b>Total do capital próprio</b>		<b>7 958 837 307</b>	<b>6 779 501 217</b>	<b>236 870 158</b>	<b>225 382 355</b>
<b>Passivos</b>					
Passivos negociáveis	24	1 400 000 000	–	41 666 667	–
Passivo derivado	13	89 699 397	–	2 669 625	–
Depósitos de clientes	25	38 423 597 759	35 716 612 487	1 143 559 456	1 187 387 383
Obrigações subordinadas	26	260 103 819	260 102 014	7 741 185	8 647 009
Passivo de imposto corrente	27	200 395 872	132 924 061	5 964 163	4 419 018
Passivo com a assistência médica pós-reforma	29	75 093 000	70 574 000	2 234 911	2 346 210
Passivo diferido	30	165 714 088	60 340 600	4 931 967	2 006 004
Outros passivos	31	745 788 918	1 043 315 966	22 196 099	34 684 707
<b>Total de passivos</b>		<b>41 360 392 853</b>	<b>37 283 869 128</b>	<b>1 230 964 073</b>	<b>1 239 490 331</b>
<b>Total do capital próprio e passivos</b>		<b>49 319 230 160</b>	<b>44 063 370 345</b>	<b>1 467 834 231</b>	<b>1 464 872 686</b>

# Demonstração de alterações no capital próprio (Meticais)

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

	Capital social MT	Reserva legal MT	Reserva de reavaliação MT
<b>Saldo em 1 de Janeiro 2013</b>	1 294 000 000	538 776 816	117 332 609
Lucro do exercício	–	–	–
Transferido para a reserva de risco geral de crédito	–	–	–
Transferido para a reserva legal	–	186 965 876	–
Dividendo ordinário	–	–	–
Ajustamento do justo valor em activos disponíveis para venda	–	–	–
Imposto diferido	–	–	–
Outras reservas	–	–	–
Plano de acções do Grupo	–	–	–
Remensuração do passivo do fundo de pensões	–	–	–
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	1 294 000 000	725 742 692	117 332 609
Lucro do exercício	–	–	–
Transferido para a reserva de risco geral de crédito	–	–	–
Transferido para a reserva legal	–	236 638 295	–
Dividendo ordinário	–	–	–
Ajustamento do justo valor em activos disponíveis para venda	–	–	–
Imposto diferido	–	–	(106 504 805)
Outras reservas	–	–	332 827 515
Plano de acções do Grupo	–	–	–
Remensuração do passivo do fundo de pensões	–	–	–
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2014</b>	1 294 000 000	962 380 987	343 655 319

# Demonstração de alterações no capital próprio (Dólares Norte-Americanos)

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

	Capital social USD	Reserva legal USD	Reserva de reavaliação USD	Reserva para o plano de acções do grupo USD
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2013</b>	54 054 195	21 842 633	5 396 948	794 622
Lucro do exercício	–	–	–	–
Transferido para a reserva de risco geral de crédito	–	–	–	–
Transferido para a reserva legal	–	6 211 491	–	–
Dividendo ordinário	–	–	–	–
Imposto diferido	–	–	–	–
Ajustamento do justo valor em activos disponíveis para venda	–	–	–	–
Plano de acções do Grupo	–	–	–	(190 638)
Outras reservas	–	–	–	–
Remensuração do passivo do fundo de pensões	–	–	–	–
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	54 054 195	28 054 124	5 396 948	603 984
Lucro do exercício	–	–	–	–
Transferido para a reserva de risco geral de crédito	–	–	–	–
Transferido para as reservas gerais	–	7 546 451	–	–
Dividendo ordinário	–	–	–	–
Imposto diferido	–	–	(3 396 463)	–
Ajustamento do justo valor em activos disponíveis para venda	–	–	–	–
Plano de acções do Grupo	–	–	–	81 864
Outras reservas	–	–	10 613 948	–
Remensuração do passivo do fundo de pensões	–	–	–	–
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	54 054 195	35 600 575	12 614 433	685 848

Reserva para o plano de acções do grupo MT	Reserva para riscos gerais de crédito MT	Outras reservas MT	Reserva do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda MT	Resultados acumulados MT	Capital próprio MT
24 255 921	774 779 817	3 273 857	(50 165 491)	3 481 564 415	6 183 817 945
-	-	-	-	1 246 439 173	1 246 439 173
-	1 111 693 022	-	-	(1 111 693 022)	-
-	-	-	-	(186 965 876)	-
-	-	-	-	(621 763 704)	(621 763 704)
-	-	-	67 957 152	-	67 957 152
-	-	-	(21 746 289)	-	(21 746 289)
-	-	(2 376 323)	-	-	(2 376 323)
(5 738 203)	-	-	-	7 363 466	1 625 263
-	-	-	-	(74 452 000)	(74 452 000)
18 517 718	1 886 472 839	897 535	(3 954 628)	2 740 492 452	6 779 501 217
-	-	-	-	<b>1 577 588 632</b>	<b>1 577 588 632</b>
-	<b>56 067 423</b>	-	-	<b>(56 067 423)</b>	-
-	-	-	-	<b>(236 638 295)</b>	-
-	-	-	-	<b>(623 219 587)</b>	<b>(623 219 587)</b>
-	-	-	21 617 694	-	21 617 694
-	-	-	<b>(5 021 414)</b>	-	<b>(111 526 219)</b>
-	-	<b>169 012</b>	-	-	<b>332 996 527</b>
<b>2 567 043</b>	-	-	-	-	<b>2 567 043</b>
-	-	-	-	<b>(20 688 000)</b>	<b>(20 688 000)</b>
<b>21 084 761</b>	<b>1 942 540 262</b>	<b>1 066 547</b>	<b>12 641 652</b>	<b>3 381 467 779</b>	<b>7 958 837 307</b>

Reserva para riscos gerais de crédito USD	Outras reservas USD	Reserva do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda USD	Reserva cambial USD	Resultados acumulados USD	Capital próprio USD
26 782 748	96 304	(1 439 449)	(27 402 349)	127 733 775	207 859 427
-	-	-	-	41 409 939	41 409 939
36 933 323	-	-	-	(36 933 323)	-
-	-	-	-	(6 211 491)	-
-	-	-	-	(20 670 336)	(20 670 336)
-	-	(722 948)	-	-	(722 948)
-	-	2 259 214	-	-	2 259 214
-	-	-	-	244 796	54 158
-	(78 947)	-	(2 254 664)	-	(2 333 611)
-	-	-	-	(2 473 488)	(2 473 488)
63 716 071	17 357	96 817	(29 657 013)	103 099 872	225 382 355
-	-	-	-	<b>50 309 672</b>	<b>50 309 672</b>
<b>1 788 003</b>	-	-	-	<b>(1 788 003)</b>	-
-	-	-	-	<b>(7 546 451)</b>	-
-	-	-	-	<b>(19 874 619)</b>	<b>(19 874 619)</b>
-	-	<b>(149 447)</b>	-	-	<b>(3 545 910)</b>
-	-	<b>643 385</b>	-	-	<b>643 385</b>
-	-	-	-	-	<b>81 864</b>
-	<b>5 030</b>	-	<b>(26 085 822)</b>	-	<b>(15 466 844)</b>
-	-	-	-	<b>(659 745)</b>	<b>(659 745)</b>
<b>65 504 074</b>	<b>22 387</b>	<b>590 755</b>	<b>(55 742 835)</b>	<b>123 540 726</b>	<b>236 870 158</b>

# Demonstração de fluxos de caixa

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

	Nota	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Fluxo de caixa de actividades operacionais</b>					
Caixa gerado pelas actividades operacionais	33	2 582 881 332	2 189 238 733	82 368 692	72 732 063
Variações no capital circulante	34	(3 180 890 788)	(653 507 570)	(95 024 733)	(21 718 467)
		(598 009 485)	1 535 731 163	(12 656 041)	51 013 596
Imposto pago	27	(603 531 588)	(383 551 577)	(19 246 764)	(12 742 577)
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais</b>		<b>(1 201 541 073)</b>	<b>1 152 179 586</b>	<b>(31 902 805)</b>	<b>38 271 019</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de investimento</b>					
Aquisição de propriedade e equipamento	18.2	(798 878 496)	(710 563 669)	(23 776 146)	(23 622 462)
Aquisição de activos intangíveis	18.2	(5 880 707)	(7 525 000)	(175 021)	(250 166)
Venda de propriedade e equipamento	18.1	531 749	–	16 959	–
<b>Caixa líquido utilizado em actividades de investimento</b>		<b>(804 227 454)</b>	<b>(718 088 669)</b>	<b>(23 934 208)</b>	<b>(23 872 628)</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>					
Dividendo pago		(623 219 587)	(621 763 704)	(19 874 619)	(20 656 601)
<b>Caixa líquido utilizado em actividades de financiamento</b>		<b>(623 219 587)</b>	<b>(621 763 704)</b>	<b>(19 874 619)</b>	<b>(20 656 601)</b>
<b>Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>					
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de Janeiro		17 695 101 273	17 882 774 060	588 267 994	601 101 649
Diferença cambial nos saldos de abertura		–	–	(64 160 136)	(6 575 444)
<b>Caixa e equivalentes de caixa 31 de Dezembro</b>	35	<b>15 066 113 188</b>	<b>17 695 101 273</b>	<b>448 396 226</b>	<b>588 267 995</b>

# Políticas contabilísticas significativas

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

## 1. Incorporação e actividades

O Standard Bank, SA é um Banco privado constituído em 1967, com sede na Av. 10 de Novembro Nº 420, Maputo. O Banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited (98,1%), um banco de investimento constituído no Reino Unido. O Stanbic Africa Holdings Limited é uma subsidiária integralmente detida do Standard Bank Group, um banco de investimento constituído na África do Sul. Os outros accionistas minoritários detêm os restantes 1,9% do banco. O Banco desenvolve actividades concernentes à banca comercial e à banca de investimentos e prestando serviços afins.

## 2. Base de preparação

### 2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs), emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Relato Financeiro.

### 2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas com base no princípio do custo histórico, com excepção das seguintes situações:

- instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor;
- terra e os edifícios são mensurados aos valores de reavaliação;
- activos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo justo valor;
- exigibilidade respeitante aos planos de benefícios definidos é reconhecida pelo valor actual da obrigação de benefícios definidos, menos o total líquido dos activos do plano acrescido dos ganhos actuariais não reconhecidos, menos o custo do serviço passado não reconhecido e as perdas actuariais não reconhecidas.

### 2.1.3 Moeda funcional e de apresentação

#### (a) Moeda funcional

A moeda funcional do Banco é o Metical, que é a moeda predominante do ambiente económico em que o Banco opera, e a moeda em que os seus registos contabilísticos são mantidos. As demonstrações financeiras são também apresentadas em Meticais arredondados para a unidade de Metical mais próxima.

#### (b) Outra moeda de apresentação

Para conveniência dos utilizadores, as demonstrações financeiras também são apresentadas em dólares americanos. A demonstração de lucros ou prejuízos e as respectivas notas são convertidas para dólares americanos mediante a utilização da taxa de câmbio média do ano, e as rubricas da demonstração da situação financeira mediante utilização da taxa de câmbio oficial em vigor no final do exercício. Todas as diferenças cambiais de conversão são reconhecidas directamente no capital próprio. As componentes do capital próprio existentes são convertidas para dólares norte-americanos, à taxa de câmbio de fecho em vigor nessa data.

### 2.1.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir das estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistas numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas prospectivamente.

Em particular, a informação respeitante às áreas significativas de incerteza da estimativa e os julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que tenham um efeito mais significativo no valor reconhecido nas demonstrações financeiras são descritos na Nota 4.

#### Principais fontes de incertezas de estimativas

O Comité de Auditoria aprova a aplicação de políticas contabilísticas e estimativas significativas desenvolvidas pela administração em consulta com o Grupo. Essas políticas contabilísticas e estimativas são divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As divulgações que se seguem suplementam os comentários a respeito da gestão do risco financeiro apresentados na Nota 3.

## Políticas contabilísticas significativas | continuação

### 2. Base de preparação continuação

#### 2.1.4 Uso de estimativas e julgamentos continuação

##### Principais fontes de incertezas de estimativas

##### Provisão para perdas por imparidade

Os activos contabilizados ao custo amortizado são avaliados em termos de imparidade de acordo e tendo por base a política contabilística descrita na Nota 2.2 (h).

A imparidade é relacionada com uma contraparte específica e toma como base a melhor estimativa da Administração acerca do valor actual dos fluxos de caixa esperados. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração faz um julgamento da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada activo sujeito a imparidade é avaliado quanto ao seu mérito e a estratégia e estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis que são independentemente aprovados pela função de risco de crédito.

A imparidade é avaliada colectivamente tendo em conta as perdas de crédito inerentes nas carteiras com características económicas semelhantes, quando há uma evidência objectiva a sugerir que as mesmas contêm perdas, mas cujos valores não podem ser identificados. Na avaliação da necessidade de imparidade colectiva para cobrir os prejuízos resultantes de empréstimos, a Administração considera factores, tais como, a qualidade do crédito, o tamanho da carteira, as concentrações e os factores económicos. Para estimar a imparidade necessária, pressupostos são feitos para definir a forma como as perdas inerentes são modeladas e para determinar os parâmetros de input requeridos, baseados na experiência histórica e nas condições económicas actuais. A exactidão das provisões depende de quão adequadas são as estimativas dos fluxos de caixa futuros para as provisões de uma contraparte específica e os pressupostos do modelo e parâmetros usados na determinação de imparidades colectivas.

##### Determinação do justo valor

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros, para os quais não exista preço de mercado disponível, requer a utilização de técnicas de avaliação, cuja base se encontra descrita na política contabilística definida na Nota 2.2 (h). Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da liquidez, concentração, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e de outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

#### 2.1.5 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos anuais iniciados após 31 de Dezembro de 2014, no entanto, o Banco ainda não aplicou as seguintes novas normas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Novas normas ou alterações	Resumo dos requisitos	Possível impacto nas demonstrações financeiras
<b>NIRF 9 Instrumentos Financeiros</b>	<p>A NIRF 9, publicada em Julho de 2014, substitui a orientação existente na NIC 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A NIRF 9 inclui a revisão da orientação sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de imparidade nos activos financeiros, e os novos requisitos de contabilidade de cobertura geral. Esta norma compreende igualmente a orientação sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da NIC 39.</p> <p>A NIRF 9 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.</p>	<p>O Banco está a avaliar o potencial impacto sobre as demonstrações financeiras resultantes da aplicação da NIRF9.</p> <p>Dada a natureza das operações do Banco, espera-se que esta norma tenha um impacto generalizado nas suas demonstrações financeiras. Em particular, o cálculo da imparidade de instrumentos financeiros numa base de perda de crédito esperada deverá resultar num aumento do nível global de imparidades.</p>
<b>NIRF 15 Rêdito proveniente de Contratos com Clientes</b>	<p>A NIRF 15 estabelece um estrutura compreensiva para determinar quanto e quando o rêdito é reconhecido, quando substitui a orientação de reconhecimento do rêdito existente, incluindo a NIC 18 Rêdito, NIC 11 Contratos de Construção e NIRF 13 Programas de Fidelidade de Clientes.</p> <p>A NIRF 15 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017, com adopção antecipada permitida.</p>	<p>O Banco está a avaliar o potencial impacto sobre as demonstrações financeiras resultantes da aplicação da NIRF 15.</p>



### 2.1.5 **Novas normas e interpretações ainda não adoptadas** continuação

Não se espera que as seguintes novas normas ou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

- Planos de benefícios definidos: Contribuições dos trabalhadores (Emenda à NIC 19).
- Melhorias anuais as NIRFs de 2010 – 2012.
- Melhorias anuais as NIRFs de 2011 – 2013.
- NIRF 14 Contas regulamentares diferidas.
- Classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente (Emenda à NIRF 11).
- Esclarecimento de critérios de Métodos de Aceitação de Depreciação e Amortização (Emenda à NIC 16 e NIC 38).
- Agricultura: Plantas Produtoras (Emenda à NIC 16 e NIC 41).
- Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (Emenda à NIC 27).
- Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Conjunto (Emenda à NIRF 10 e NIC 28).
- Melhorias Anuais as NIRF Ciclo de 2012 – 2014 – várias normas.

## 2.2 **Principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, excepto onde especificamente declarado o contrário.

### (a) **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano ajustado para juro efectivo e pagamentos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira convertida à taxa em vigor no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data que foi determinado o justo valor. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

### (b) **Juros**

Os proveitos e custos financeiros são reconhecidas em lucros ou prejuízos, mediante a utilização do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa estimados futuros durante a vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para a quantia escriturada do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa efectiva de juros, o banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros, mas não têm em consideração as perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro.

Os proveitos e despesas financeiras apresentados na demonstração de lucros ou prejuízos incluem e outros resultados compreensivos incluem:

- Os juros sobre os activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e calculados com base no método do juro efectivo;
- Os juros sobre títulos disponíveis para venda calculados com base no método do juro efectivo;
- A porção efectiva das variações do justo valor na qualificação de derivados de cobertura designados na variabilidade do fluxo de caixa de juros, no mesmo período em que as coberturas de fluxo de caixa afectam as receitas e despesas; e
- A porção efectiva das variações do justo valor na qualificação de derivados de cobertura designados na cobertura do justo valor do risco de taxa de juro.

Os proveitos e custos financeiros de todos os activos e passivos negociáveis são considerados acessórios às operações comerciais do banco e estão a ser apresentados em conjunto com todas as outras variações no justo valor dos activos e passivos negociáveis nos resultados em operações financeiras.

### (c) **Rendimento de taxas e comissões**

O rendimento de taxas e comissões que compõem a taxa efectiva de juro num activo ou passivo financeiro são incluídas na mensuração da taxa de juro efectiva.

Todas as outras receitas de taxas e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de corretagem, transacções financeiras projectadas e estruturadas, comissão de vendas, taxas de colocação e taxas de sindicância são, geralmente, reconhecidas de acordo com o princípio de acréscimos e diferimentos e à medida que os respectivos serviços forem executados.

As outras despesas de honorários e comissões referem-se, principalmente, aos custos de transacções e serviços, os quais são reconhecidos em lucros ou prejuízos, à medida que os serviços forem sendo recebidos.

## Políticas contabilísticas significativas | continuação

### 2. Base de preparação continuação

#### 2.2 Principais políticas contabilísticas continuação

##### (d) Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras em moeda estrangeira incluem os ganhos e perdas que resultarem de transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão de itens monetários denominados em moeda estrangeira, bem como da margem financeira dos activos negociáveis.

##### (e) Pagamentos em locações

Os pagamentos efectuados a título de locações operacionais são reconhecidos em lucros ou prejuízos numa base de quotas constantes durante o prazo do contrato de locação. Os incentivos de locação recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de locação durante o prazo do contrato de locação.

Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras são repartidos entre o custo financeiro e a redução do passivo pendente. A locação financeira é alocada a cada período durante os termos do contrato, de modo a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer pagamento necessário para ser efectuado ao locador a título de sanção é reconhecido como despesa no período em que a rescisão ocorre.

Os activos detidos pelo banco ao abrigo de contratos de locação que transferem para o banco substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como locações financeiras. O activo locado é mensurado pelo valor igual ao menor entre o justo valor e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Após o reconhecimento inicial, o activo é contabilizado de acordo com a política contabilística aplicável ao activo.

Os activos detidos ao abrigo de outros contratos de locação são classificados como locações operacionais e não são reconhecidos na demonstração da situação financeira do banco.

Se o banco é o locador, num contrato de locação que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo para o locatário, em seguida, o contrato é classificado como uma locação financeira e uma conta a receber igual ao investimento líquido na locação é reconhecida e apresentada nos empréstimos e adiantamentos.

##### (f) Imposto sobre o rendimento

O imposto a pagar sobre o lucro inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos no capital próprio ou noutros resultados compreensivos.

##### Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substantivamente previstas à data do relato.

##### Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido para diferenças temporárias entre as quantias escrituradas dos activos e passivos, para o propósito de preparação de relatórios financeiros, e os valores usados para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias no reconhecimento inicial de activos ou passivos numa transacção que não é uma concentração de actividades empresariais e que não afecte o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O valor do imposto diferido é mensurado com utilização das taxas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando as mesmas são revertidas, com base nas taxas prescritas por lei ou em vigor à data de relato. Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar os activos e passivos por impostos correntes, e dizem respeito a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em entidades fiscais diferentes, mas eles pretendem pagar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida ou os seus activos e passivos por impostos diferidos serão realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido quando a entidade tiver nas perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de relato e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

Os impostos adicionais que surgem a partir da distribuição de dividendos pelo banco são reconhecidos ao mesmo tempo que a responsabilidade de pagar o dividendo relacionado é reconhecida. Estes valores são geralmente reconhecidos nos lucros ou prejuízos, porque geralmente estão relacionados com receitas decorrentes de operações que foram originalmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

##### Exposições fiscais

Na determinação do montante do imposto corrente e diferido, o Banco leva em conta o impacto de posições fiscais incertas e se impostos adicionais e juros podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em pressupostos e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que fazem com que o Banco altere os seus julgamentos sobre a adequação de passivos fiscais existentes, sendo que tais mudanças para o passivo fiscal terão impacto no custo de imposto no período que tal determinação é feita.

**(g) Pagamentos com base em acções**

O justo valor na data de concessão de prémios de pagamento com base em acções – ou seja, opções de acções – concedido aos empregados é reconhecido como custos com o pessoal, com um correspondente aumento no capital próprio, ao longo do período em que os empregados tornam-se incondicionalmente no direito de gozar estes prémios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para reflectir o número de prémios para os quais os serviços relacionados e que não sejam condições de mercado e que se espera que sejam atingidos, de modo que o montante finalmente reconhecido como despesa tenha como base o número de prémios que satisfazem as condições relacionadas e que não sejam de mercado na data de aquisição. Para prémios de pagamento com base em acções com condições de não aquisição, o justo valor na data de concessão do pagamento com base em acções é mensurado para reflectir tais condições e não existem certezas para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

**(h) Activos e passivos financeiros**

**(i) Reconhecimento**

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

**(ii) Classificação**

**Activos Financeiros**

O Banco classifica os seus activos financeiros em uma das seguintes categorias:

- empréstimos e contas a receber;
- detidos até-à-maturidade;
- disponíveis-para-venda; e
- ao justo valor através de lucros ou prejuízos e nesta categoria:
  - detido para negociação; ou
  - designados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

**Passivos financeiros**

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

**(iii) Desreconhecimento**

**Activos financeiros**

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada à parte do activo desreconhecido) e a soma:

- da retribuição recebida (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e
- de qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em outros resultados compreensivos é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos na demonstração da situação financeira, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimos de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a terceiros, com uma taxa simultânea de retorno swap sobre os activos transferidos, a transacção será contabilizada como uma transacção de financiamento com garantia semelhante a transacções de venda e recompra porque o Banco mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de tais activos.

Nas operações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do activo financeiro e mantém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão a que está exposto as alterações no valor do activo transferido.

Em certas operações, o Banco mantém a obrigação de gerir o activo financeiro transferido em troca de honorários. O activo transferido é desreconhecido caso cumpra os critérios de desreconhecimento. Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de manutenção se a taxa de manutenção é mais que suficiente (activo) ou é menor do que adequada (passivo) para a realização da manutenção.

**Passivos financeiros**

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

## Políticas contabilísticas significativas | continuação

### 2. Base de preparação continuação

#### 2.2 Principais políticas contabilísticas continuação

##### (h) Activos e passivos financeiros continuação

###### (iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da situação financeira quando, e apenas quando, o Banco tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de pagar numa base líquida ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os proveitos e despesas são apresentados numa base líquida apenas quando permitido pelas NIRF, ou para ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes como na actividade comercial do Banco.

###### (v) Mensuração do custo amortizado

O “custo amortizado” de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer perda por imparidade.

###### (vi) Mensuração do justo valor

“Justo valor” é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso o qual o Banco tem acesso a essa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo caso as transacções para o activo ou passivo ocorram com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado tenham em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção – ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o justo valor é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em lucros ou prejuízos em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, mas o mais tardar quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou quando a transacção é concluída.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, então, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos e passivos financeiros que estão expostos ao risco de mercado e risco de crédito, que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida aos mercados ou o risco de crédito são mensurados com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma exposição de risco em particular. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior do que o valor a ser pago à ordem, descontado desde a primeira data em que o pagamento da quantia podia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor a partir do fim do período de relato no qual ocorre a mudança.

###### (vii) Identificação e mensuração de imparidade

A cada data de relato, o Banco avalia se há evidência objectiva de que os activos financeiros não escriturados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos estão em imparidade. Um activo financeiro ou um grupo de activos se encontra em imparidade quando existe evidência objectiva de que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do activo e que a perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros de um activo que pode ser mensurado com fiabilidade.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui:

- dificuldades financeiras significativas do mutuário ou emitente;
- incumprimento ou relaxe nos pagamentos por parte do mutuário;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco que de outra forma não consideraria;
- indicações de que um mutuário ou emitente entrará em falência;
- o desaparecimento de um mercado activo para um título; ou

- dados observáveis relativos a um grupo de activos, tais como alterações adversas no estado do pagamento dos mutuários ou emitentes no grupo, ou condições económicas que se correlacionam com os incumprimentos do grupo.

Além disso, para um investimento em títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado no seu justo valor abaixo do seu custo é evidência objectiva de imparidade. Em geral, o Banco considera um declínio de 20% como “significativo” e um período de nove meses como “prolongado”. No entanto, em determinadas circunstâncias uma descida inferior ou um período mais curto pode ser apropriado.

O Banco considera evidência de imparidade para os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade, para um activo específico e a nível colectivo. Todos os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos e títulos de investimento detidos até à maturidade são avaliados quanto à imparidade específica. Aqueles que não se encontram em situação de imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade que foi incorrida mas ainda não identificada. Os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade que não sejam individualmente significativos são avaliados colectivamente para imparidade por agrupando os empréstimos e adiantamentos e os títulos de investimento detidos até à maturidade com características de risco semelhantes.

Na avaliação da imparidade colectiva, o Banco utiliza modelo estatístico de tendências históricas da probabilidade de incumprimento, o prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, e faz um ajustamento, caso as condições económicas e de crédito correntes sejam tais que as perdas reais provavelmente sejam maiores ou menores do que o sugerido pelas tendências históricas. As taxas de incumprimento, taxas de perda e tempo estimado de recuperações futuras são regularmente comparadas com os resultados verificados para garantir que estas se mantenham adequadas.

As perdas por imparidade de activos mensurados pelo custo amortizado são calculadas como a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados os activos da taxa de juro efectiva original.

Se os termos de um activo financeiro são renegociados ou modificados ou de um activo financeiro existente é substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, em seguida, é feita uma avaliação sobre se o activo financeiro deve ou não ser reconhecido. Se os fluxos de caixa dos activos renegociados são substancialmente diferentes, em seguida, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são consideradas como expirados. Neste caso, os activos financeiros originais são desreconhecidos e o novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor. A perda por imparidade antes de uma reestruturação esperada é mensurada como segue.

- Se a reestruturação esperada não irá resultar no desreconhecimento do activo existente, em seguida, os fluxos de caixa estimados resultantes do activo financeiro modificado são incluídos na mensuração do activo existente com base no seu tempo esperado e valores descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.
- Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, o justo valor esperado do novo activo será tratado como sendo o fluxo de caixa final resultante do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é descontado desde a data esperada do desreconhecimento à data de reporte, usando a taxa de juro efectiva do instrumento existente.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos e reflectidas numa conta de provisão contra empréstimos e contas a receber ou títulos de investimento detidos até à maturidade. Os juros sobre os activos em imparidade continuam a ser reconhecidos através da reversão do desconto. Se um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento da imparidade faz com que a quantidade de perda por imparidade diminua, em seguida, a diminuição na imparidade de valor é revertida através de lucros ou prejuízos.

O Banco abate um empréstimo ou um título de dívida de investimento, parcialmente ou integralmente, e qualquer provisão para perdas por imparidade, quando a administração determina que não existe perspectiva realista de recuperação.

#### **Instrumentos específicos: Instrumentos financeiros derivados**

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura: Um derivado é um instrumento financeiro cujo valor altera em resposta a uma variável subjacente e não é necessário qualquer investimento líquido inicial e é liquidado numa data futura. Os derivados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor na data em que os derivados são contratados e subsequentemente remensurados ao seu justo valor.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem notas e moedas em mão, depósitos com o banco central (Banco de Moçambique), e activos financeiros de elevada liquidez com maturidades originais de três meses ou menos a partir da data de aquisição que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no seu justo valor, e são utilizados pelo banco na gestão de seus compromissos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa são contabilizados pelo custo amortizado na demonstração da situação financeira. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, os empréstimos e adiantamentos para Bancos estão incluídos como parte do caixa e equivalentes de caixa.

## Políticas contabilísticas significativas | continuação

### 2. Base de preparação continuação

#### 2.2 Principais políticas contabilísticas continuação

##### (h) Activos e passivos financeiros continuação

##### Activos e passivos negociáveis

Os activos e passivos negociáveis são aqueles activos e passivos que o banco adquire ou incorre principalmente para propósito de vender ou readquirir no curto termo, ou detém como parte do portfólio que é gerido em conjunto para lucrar no curto termo ou alcançar uma posição.

Os activos e passivos negociáveis são reconhecidos inicialmente e subsequentemente mensurados ao justo valor na demonstração da situação financeira, com os custos de transacção reconhecidos nos lucros ou prejuízos. Todas as mudanças no justo valor são reconhecidas como parte da margem financeira nos lucros ou prejuízos. Os activos e passivos negociáveis não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, excepto que activos negociáveis não derivados, que não sejam designados como sendo pelo justo valor através de lucros ou prejuízos no reconhecimento inicial, poderão ser reclassificados fora do justo valor através de lucros ou prejuízos – categoria de activos negociáveis, caso não estejam detidos com o propósito de venda ou recompra a curto prazo e quando são satisfeitas as seguintes condições:

- Se o activo financeiro teria satisfeito a definição de empréstimos e contas a receber (se o activo financeiro não tivesse que ser classificado como detido para negociação no reconhecimento inicial), então o activo poderia ser reclassificado se o banco tivesse a intenção e capacidade de deter o activo financeiro no futuro previsível ou até à maturidade.
- Se o activo financeiro não tivesse satisfeito a definição de empréstimos e contas a receber então o activo poderia ser reclassificado da categoria de negociação apenas em raras circunstâncias.

##### Empréstimos e adiantamentos

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, sem cotação num mercado activo, diferentes dos que são classificados pelo banco pelo justo valor através de lucros ou prejuízos ou disponíveis para venda.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos são classificados como empréstimos e contas a receber. Os empréstimos e adiantamentos a clientes incluem:

- empréstimos e contas a receber; e
- contas a receber de locações financeiras

Os empréstimos e adiantamentos são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transacção associados, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos e adiantamentos incluem igualmente as contas a receber de locações financeiras em que o banco é o locador. Os empréstimos e adiantamentos são apresentados líquidos de provisões para reflectir os valores recuperáveis estimados.

##### Activos e passivos negociáveis

Os títulos de investimento são inicialmente mensurados pelo justo valor e, no caso de títulos de investimento não são mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção incrementais associados, e, posteriormente, contabilizados dependendo da sua classificação como pelo justo valor através de lucros ou prejuízos ou como disponíveis para venda.

##### Justo valor através de lucros ou prejuízos

O banco designa alguns títulos de investimento como pelo justo valor, com variações de justo valor reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

##### Disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são investimentos não derivados que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados noutra outra categoria de activos financeiros. Investimentos disponíveis para venda incluem títulos de capital próprio e títulos de dívida. O capital próprio não cotado cujo justo valor não pode ser mensurado de forma fiável é registado pelo custo amortizado. Todos os outros investimentos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial. Os juros recebidos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. As receitas de dividendos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos quando o banco passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas cambiais para investimentos de títulos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. Outras variações de justo valor, com excepção das perdas por imparidade são reconhecidas em outros resultados compreensivos e apresentados na reserva de justo valor no capital próprio. Quando o investimento é vendido, os ganhos ou perdas acumuladas no capital próprio são reclassificados para lucros ou prejuízos. Os activos financeiros não derivados podem ser reclassificados da categoria disponíveis para venda para a categoria de contas a receber se de outra forma tivessem satisfeito a definição de empréstimos e contas a receber e se o banco tiver a intenção e capacidade de deter o activo financeiro no futuro previsível ou até à maturidade.

##### Depósitos, títulos de dívida e obrigações subordinadas

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são fontes de financiamento do banco.

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são inicialmente mensurados ao justo valor mais custos de transacção associados, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva, excepto aqueles que o banco designa passivos ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

##### Outros passivos financeiros

Outros passivos evidenciados por títulos negociáveis são classificados como passivos não negociáveis. Estes são reconhecidos ao justo valor incluindo os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando uma taxa de juro efectiva.



## (i) Propriedade e equipamento

### Activos próprios

#### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens de propriedade e equipamento são reconhecidos inicialmente pelo custo.

Subsequentemente, a propriedade é mensurada por quantias revalorizadas enquanto o equipamento é mensurado ao custo ou custo considerado menos a depreciação acumulada (ver abaixo) e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo de activos auto-construídos inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e proporção apropriada das despesas gerais de produção.

O Software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Nos casos em que um item de propriedade e equipamento incluir componentes significativos com períodos de vida útil estimada diferentes, os mesmos são contabilizados como itens separados de propriedade e equipamento.

Os edifícios são periodicamente reavaliados nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro. O excedente de reavaliação é reconhecido como reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até que seja realizado, altura em que é transferido directamente para resultados acumulados.

#### (ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do activo ou são reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, de apenas se for provável que dele resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do item puder ser mensurado de forma fiável. Os restantes custos com manutenção e reparação são registados noutros custos operacionais durante o período financeiro em que foram incorridos.

### Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, para imputar os custos de itens de propriedade e equipamento menos os seus valores residuais, ao longo do seu período de vida útil estimada. Os prazos de vida útil estimada para os períodos actual e comparativo, são os seguintes:

	Número de anos
Edifícios	50
Equipamento	3 – 10
Veículos	4
Mobiliário de escritório	10

Os métodos de depreciação, valores residuais e vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário à cada data de relato.

Os ganhos e perdas na alienações são determinados pela comparação da receita obtida com a quantia escriturada. Estes são reconhecidos noutros proveitos em lucros ou prejuízos.

## (j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pelo Banco são registados pelo seu custo histórico deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando a entidade é capaz de demonstrar a sua intenção e a capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que irá gerar futuros benefícios económicos, e pode mensurar com fiabilidade os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis para o desenvolvimento do software e custos de empréstimos capitalizados e são amortizados durante a sua vida útil. O Software desenvolvido internamente é mensurado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes em activos de software são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios económicos incorporados no activo específico a que se refere. Todos os outros custos são reconhecidos em lucros ou prejuízos quando incorridos.

### Amortização

A amortização é reconhecida em lucros ou prejuízos numa base de quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados por um período não superior a 5 anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada final do ano financeiro e ajustados, se apropriado.

## Políticas contabilísticas significativas | continuação

### 2. Base de preparação continuação

#### 2.2 Principais políticas contabilísticas continuação

##### (k) Imparidade de activos não financeiros

As quantias escrituradas dos activos não financeiros e dos activos por impostos diferidos são revistos à cada data de relato para apurar se há evidência objectiva de imparidade. Se houver tal indicação é estimado o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de vender. Ao avaliar o valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecta as avaliações correntes do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo.

Para activos que não sejam o trespasse, uma perda por imparidade é revertida somente na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação ou amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

##### (l) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como uma exigibilidade no período em que são declarados.

##### (m) Benefícios de reforma dos empregados – Obrigações com pensões

De acordo com os contratos de trabalho negociados com os trabalhadores, o Banco assumiu a responsabilidade de pagar pensões de reforma, incluindo benefícios às viúvas, órfãos e pessoas singulares, em conformidade com estabelecido por um acordo colectivo de trabalho.

###### Plano de benefícios definidos

No que diz respeito aos benefícios de reforma acima, o Banco criou um fundo interno para cobrir os custos futuros com pensões. Os activos do plano mantidos pelo fundo, são representados por investimentos em contas de depósito de alto rendimento, obrigações emitidas por empresas de qualidade e contas correntes, sendo que as receitas resultantes dos activos do plano servirão para cobrir a obrigação que pode ser determinada por meio de uma avaliação actuarial.

A contribuição para o activo do fundo é efectuada mensalmente e os juros e retornos gerados pelos activos do plano são capitalizados anualmente.

A avaliação actuarial da obrigação do benefício definido é efectuada com utilização do método de crédito da unidade projectada a intervalos regulares que a Administração julgar mais convenientes, de modo a assegurar que os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras não se apresentem materialmente diferentes dos valores que poderiam ser determinados à data de relato.

O passivo na demonstração da situação financeira respeitante às obrigações em planos de benefício definido é determinado pelo valor actual das obrigações e inclui ajustamentos por ganhos/perdas actuariais não reconhecidos (ver abaixo) e custos de serviços prestados no passado.

###### Ganhos e perdas actuariais

Os ganhos e perdas actuariais resultam das alterações nos pressupostos actuariais e dos efeitos das diferenças entre os pressupostos actuariais anteriores e o que realmente ocorreu (ajustamentos experienciais).

Os ganhos actuariais foram reconhecidos na demonstração de outros resultados compreensivos, de acordo com a emenda à NIC 19: Benefícios dos Empregados

###### Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, participação nos lucros, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bônus em dinheiro ou férias acumuladas, se o grupo tiver uma obrigação actual legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

###### Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

###### Plano de contribuição definida

As contribuições para os planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços relacionados são prestados e reconhecidos como custos com pessoal em lucros ou prejuízos.

**(n) Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação actual legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo mais provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado de forma fiável.

As provisões são mensuradas com base no valor actual dos custos que se espera que venham a incorrer para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual do mercado do valor do dinheiro no tempo e quando necessário, o risco específico do passivo.

**(i) Reestruturação**

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o banco aprova um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente. As perdas futuras não são provisionadas.

**(ii) Contratos onerosos**

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que se espera obter pelo banco a partir de um contrato forem inferiores do que os custos inevitáveis de satisfazer as suas obrigações nos termos do contrato. A provisão é mensurada pelo valor presente do mais baixo entre os custos do término do contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. Antes de estabelecer uma provisão, o banco reconhece qualquer perda por imparidade dos activos associados a esse contrato.

**(iii) Taxas bancárias**

A provisão para taxas bancárias é reconhecida quando a condição que desencadeia o pagamento da taxa é satisfeita. Se uma taxa está sujeita a um limite mínimo de operações para que o factor gerador da obrigação seja o alcance de uma actividade mínima, então, uma provisão é reconhecida quando o limite mínimo de actividade é alcançado.

**(o) Empréstimos que rendem juros**

Os empréstimos que rendem juros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, deduzido dos custos de transacção atribuíveis. Após reconhecimento inicial, os empréstimos que rendem juros são mensurados pelo custo amortizado, com todas as diferenças entre o custo e o valor de resgate reconhecidas em lucros ou prejuízos, no decurso do período dos empréstimos, com base no método da taxa de juro efectiva.

**(p) Ganhos por acção**

O banco apresenta ganhos por acção básicos e diluídos (EPS) para as suas acções ordinárias. Os ganhos por acção básicos são calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período. Os ganhos por acção diluídos são determinados ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação pelos efeitos de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, que compreendem opções sobre acções concedidas aos empregados.

# Gestão de risco financeiro

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

## 3. Gestão de Risco Financeiro

As actividades do Banco expõem a instituição a riscos financeiros de diversa ordem, sendo que essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de riscos ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros, e os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é o de atingir um equilíbrio adequado entre risco e o retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.

Pela sua natureza, as actividades do banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros, incluindo instrumentos derivados. O Banco aceita depósitos de clientes nas duas modalidades de taxas, fixas ou flutuantes, bem como para diversos períodos, e tenta ganhar margens de juro acima da média, investindo estes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar essas margens, consolidando os fundos de curto prazo e fazendo empréstimos por períodos mais longos a taxas mais altas, mantendo liquidez suficiente para atender a todas as necessidades que possam surgir.

Assim, as políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco foram desenvolvidas no sentido de permitir a identificação e a análise dos riscos, estabelecer limites e controlos de risco apropriados e supervisionar os riscos e o grau de adesão aos limites fixados mediante a implementação de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados, por forma a considerar as alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

A gestão do risco é realizada pelo Departamento de Risco no âmbito das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este Departamento identifica, avalia e salvaguarda os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco. O Conselho de Administração fornece princípios por escrito para a gestão global de risco, bem como políticas escritas que abrangem áreas específicas, tais como, o risco cambial, risco da taxa de juro, risco de crédito, a utilização de instrumentos financeiros derivados e de instrumentos financeiros não-derivados. Além disso, a auditoria interna é responsável pela revisão independente da gestão de risco e pelo ambiente de controlo. Dentre os tipos de riscos mais importantes a que o Banco está exposto contam-se, o risco de liquidez, risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial, risco da taxa de juros e outros riscos de preço.

### 3.1 Risco de crédito

O Banco está exposto ao risco de crédito, que é o risco de uma contraparte causar um prejuízo financeiro ao banco por falta de quitação de uma obrigação contratual. Provisões para perdas pós imparidade são constituídas para cobrir os prejuízos que forem incorridos à data de relato. Mudanças significativas na economia, ou na saúde de um determinado segmento da indústria que representa uma concentração da carteira do Banco, poderiam resultar em perdas, porém diferentes das previstas à data de relato. Consequentemente, a Administração tem-se empenhado em gerir cuidadosamente a exposição do Banco ao risco de crédito.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito a que está exposto, colocando limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário ou grupos de mutuários e com os segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes. Os limites no nível de risco de crédito por produto, sector da indústria e por país são aprovados pelo Conselho de Administração.

A exposição a qualquer mutuário, incluindo bancos, é restringida por sublimites, abrangendo exposições do balanço e extrapatrimoniais e limites de risco estabelecidos diariamente com relação aos itens negociáveis, tais como, contratos de operações cambiais a prazo. Exposições reais contra os limites são monitoradas numa base diária.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários atenderem aos juros e reembolso de capital, e através da alteração dos limites de crédito, se for caso disso. A exposição ao risco de crédito também é gerida, em parte, pela obtenção de cauções e garantias pessoais e corporativas.

Os administradores criaram um Comité de Crédito que implementou a política de crédito do Banco. É esta política que exige garantias adequadas aos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados. Cauções aceitáveis são geralmente obtidas sob a forma de dinheiro, existências, investimentos cotados em Bolsa ou outros bens.

#### 3.1.1 Mensuração do risco de crédito

##### Empréstimos e adiantamentos

As mensurações operacionais podem ser contrastadas com as provisões para imparidade exigidas pela IAS 39, que se baseiam nas perdas incorridas à data de relato (o “modelo da perda incorrida”) e não das perdas esperadas.

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais, usando ferramentas internas de apreciação adaptadas às diferentes categorias da contraparte. As mesmas foram desenvolvidas internamente e combinam a análise estatística com julgamento do gestor do crédito e são validadas, se for caso disso, por comparação com os dados disponíveis externamente. Os clientes do Banco estão segmentados em cinco classes de avaliação. A escala de avaliação do Banco, conforme se pode ver a seguir, reflecte o âmbito das probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as classes, de acordo com as mudanças na avaliação da sua probabilidade de incumprimento.

Escala de avaliação interna do Banco

##### Empréstimos em conformidade

1. Monitoria padrão
2. Monitoria especial

##### Empréstimos não em conformidade

3. Sub-padrão
4. Duvidosos
5. Prejuízo

Os incumprimentos observados de acordo com a categoria de classificação variam de ano para ano, especialmente durante um ciclo económico.

- (i) A exposição no incumprimento baseia-se nos valores que o Banco espera que sejam devidos no momento do incumprimento. Por exemplo, para um empréstimo, este é representado pelo valor facial. Para um compromisso, o Banco inclui todos os valores já levantados, acrescidos do montante que pode ter sido levantado na altura do incumprimento, caso o mesmo ocorra.
- (ii) A perda devida a um incumprimento ou severidade da perda representa a expectativa do Banco da extensão da perda numa reclamação, no caso de ocorrer algum incumprimento. Esta é expressa como percentagem da perda por unidade de exposição e normalmente varia por tipo de contraparte, tipo e antiguidade da reclamação e disponibilidade de garantias ou outra mitigação de crédito.

Para além do acima exposto, o banco classifica os empréstimos em duas classes, nomeadamente, nem vencidos nem em imparidade e vencidos mas sem imparidade.

#### 1. Nem vencido nem em imparidade

Esta categoria é composta por 3 classes ou seja A, B e C e o critério utilizado é de 25 pontos do sistema de classificação de crédito onde os pontos 1 – 7 situam-se na classe A, pontos 8 – 21 situam-se na classe B e os pontos 21 – 25 situam-se na classe C.

#### 2. Vencidos mas sem imparidade

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo sofrido imparidade, a menos que haja informação a indicar o contrário.

### 3.1.2 Controlo do limite do risco e políticas de mitigação

O Banco gere limites e concentração de controlos de risco de crédito onde quer que os mesmos sejam identificados - em particular, para contrapartes individuais e grupos, e para indústrias e países.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito, colocando limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. Os limites no nível de risco de crédito, por produto, sector da indústria e por país são aprovados trimestralmente pelo Conselho de Administração.

As cartas de crédito são também sujeitas a avaliações rigorosas de crédito antes de serem fornecidas. Os acordos especificam os limites monetários para as obrigações do Banco.

Outros controlos específicos e medidas de mitigação apresentam-se como segue.

#### (a) Garantias

O Banco utiliza uma série de políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de adiantamentos de fundos de segurança, que é uma prática comum. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre propriedades residenciais;
- Encargos sobre bens comerciais, tais como instalações, equipamentos, existências e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida e acções.

O financiamento e empréstimos de longo prazo a entidades empresariais são geralmente garantidos; as facilidades rotativas de crédito individual são geralmente concedidas sem se exigir garantia. Além disso, a fim de minimizar a perda de crédito, o Banco procurará obter garantias adicionais da contraparte, logo que forem observados indicadores de imparidade para empréstimos e adiantamentos individuais pertinentes.

A garantia detida como segurança de activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos é determinada pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Banco detém os seguintes tipos de garantias dentro de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Banca de retalho e negócio</b>				
Empréstimos hipotecários	3 171 594 235	2 845 807 331	94 392 686	94 607 956
Vendas a prestações e locações financeiras	813 977 911	560 615 578	24 225 533	18 637 486
Outros empréstimos e adiantamentos	6 157 250	7 006 322 231	183 251	232 922 946
<b>Banca de grandes empresas e investimentos</b>				
Empréstimos a grandes empresas	788 994 963	2 016 304 146	23 481 993	67 031 388
Operações de locação financeira imobiliária	1 974 287 952	293 207 808	58 758 570	9 747 600
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>6 755 012 311</b>	<b>12 722 257 094</b>	<b>201 042 033</b>	<b>422 947 376</b>

## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.1 Risco de crédito continuação

## 3.1.2 Controlo do limite do risco e políticas de mitigação continuação

## (b) Derivados

O Banco mantém limites de controlo rigorosos sobre as posições líquidas abertas derivadas (isto é, a diferença entre contratos de compra e venda), no que se refere ao valor e prazo. Em qualquer altura, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao justo valor actual dos instrumentos que sejam favoráveis para o Banco (ou seja, activos em que o seu justo valor seja positivo), o qual, em relação aos instrumentos derivados, constitui apenas uma pequena fracção do contrato, ou valores fictícios utilizados para exprimir o volume de instrumentos pendentes. Esta exposição ao risco de crédito é gerida como parte do conjunto de limites de crédito com os clientes, em conjunto com potenciais exposições dos movimentos do mercado. Cauções ou outras garantias não são normalmente obtidas para exposições ao risco de crédito, sobre estes instrumentos, excepto nos casos em que o Banco exige depósitos de margem das contrapartes.

O risco de liquidação surge em qualquer situação em que o Banco efectue um pagamento em dinheiro, valores mobiliários ou acções na expectativa de um recebimento correspondente em dinheiro, valores mobiliários ou acções. Diariamente, são estabelecidos limites de liquidação para cada uma das contrapartes para cobrir o agregado de todos os riscos decorrentes da liquidação das transacções de mercado do Banco num único dia.

## (c) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo destes instrumentos é assegurar que os fundos estejam sempre disponíveis para o cliente, sempre que necessário. As garantias e as cartas de crédito de apoio correm o mesmo risco de crédito que os empréstimos. As cartas de crédito documentais e comerciais que representam compromissos escritos pelo Banco em nome de um cliente, autorizando um terceiro a responsabilizar o Banco, até um montante estipulado sob termos e condições específicas, são garantidas por remessas de mercadorias subjacentes a que dizem respeito e, por isso, correm menos riscos do que um empréstimo directo.

Os compromissos para aumentar o crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações visando aumentar o crédito, quer sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito nos compromissos que visam aumentar o crédito, o Banco fica potencialmente exposto à perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável da perda é inferior ao total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar o crédito se subordina aos clientes, mantendo normas de crédito específicas. O Banco controla o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, porque os compromissos de longo prazo assumidos têm de um modo geral, um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de prazo mais curto.

## 3.1.3 Imparidade e políticas de provisionamento

Os sistemas de classificação interno e externo descritos na Nota 3.1.1 estão mais focados no mapeamento da qualidade do crédito desde inserção das actividades de concessão de empréstimos e de investimento. Em contrapartida, as provisões para cobrir a imparidade são reconhecidas para efeitos de informação financeira apenas para as perdas que tenham sido incorridas à data de relato, com base em evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante das perdas de crédito incorridas, previstas nas demonstrações financeiras, é geralmente mais baixo do que o montante determinado a partir do modelo da perda esperada, que é utilizado para gestão operacional interna e propósitos de regulamentação bancária.

A provisão para imparidade evidenciada na demonstração da situação financeira no final do exercício é obtida a partir de cada uma das quatro classes de classificação interna. No entanto, a maior parte da provisão para imparidade provém das duas classes inferiores. A tabela na página 31 mostra o percentual das rubricas da demonstração da posição financeira do Banco referente aos empréstimos e adiantamentos e à provisão de imparidade associada, para cada uma das categorias de classificação interna do Banco.

A ferramenta de classificação interna ajuda os gestores a determinarem se existem evidências objectivas de imparidade nos termos da NIC 39, com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Banco:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital, percentagem do rendimento líquido de vendas);
- Violação de acordos ou condições do empréstimo;
- Início do processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia; e
- Desclassificação abaixo do nível do investimento.

A política do Banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano ou mais regularmente, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas à data de relato, numa análise caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas (incluindo a reconfirmação da sua aplicabilidade) e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em moldes colectivos, é efectuada relativamente a: (i) carteiras de activos homogêneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e (ii) perdas que tenham sido incorridas, mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiência histórica disponível, com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

### 3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou outros facilitadores de crédito

Exposições ao risco de crédito relativo a rubricas da demonstração situação financeira:

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Activos financeiros disponíveis para venda	5 580 395 525	3 713 929 404	166 083 200	123 468 398
Empréstimos e adiantamentos a bancos	10 518 882 498	14 177 101 805	313 061 979	471 313 225
Empréstimos a clientes – pessoais e banca de retalho	5 422 804 030	5 359 927 331	161 392 977	178 189 074
– Empréstimos hipotecários	1 941 421 994	1 558 025 211	57 780 416	51 796 051
– Vendas a prestações e locações financeiras	638 668 304	560 615 578	19 007 985	18 637 486
– Empréstimos – cartão	141 696 512	164 544 908	4 217 158	5 470 243
– Outros empréstimos e adiantamentos	2 701 017 220	3 076 741 634	80 387 418	102 285 294
Empréstimos a grandes empresas e investimentos	17 909 250 325	13 995 175 226	533 013 403	465 265 133
– Empréstimos a grandes empresas	17 909 250 325	13 995 175 226	533 013 403	465 265 133
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:				
Cartas de crédito	561 727 116	503 598 670	16 718 069	16 741 977
Garantias financeiras	5 564 232 815	6 127 491 976	165 602 167	203 706 515
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>45 557 292 309</b>	<b>43 877 224 412</b>	<b>1 355 871 795</b>	<b>1 458 684 322</b>

A tabela na página 58 representa o pior cenário de exposição do Banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro, não tendo sido considerado o justo valor das garantias obtidas ou de outros facilitadores de crédito. Relativamente aos activos apresentados na demonstração da situação financeira, a exposição acima apresentada é feita com base na quantia escriturada na demonstração da situação financeira.

Tal como acima demonstrado, 74% do total da exposição máxima é obtido a partir de empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes (2013: 76%); 12% representam os activos financeiros disponíveis-para-venda (2013: 8%).

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos, em termos do risco de crédito decorrente da sua carteira de empréstimos e adiantamentos e dos investimentos financeiros, com base no seguinte:

- 98% da carteira de empréstimos e adiantamentos estão categorizados nas duas primeiras posições do sistema de avaliação interno (2013: 97%);
- Empréstimos hipotecários, vendas a prestações e locações financeiras são suportados por garantias;
- As grandes empresas têm gestores de acompanhamento do desempenho do Banco e outros factores que podem indicar potenciais incumprimentos.

No conjunto dos activos financeiros disponíveis para venda, 69% dizem respeito aos instrumentos emitidos pelo Banco Central e Governo de Moçambique, tendo o remanescente sido emitido pelas grandes empresas do País.

#### Empréstimos e adiantamentos

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>				
<b>Categoria</b>				
Nem vencido nem em imparidade	20 555 881 352	16 846 609 353	611 782 183	560 060 151
Vencido mas sem imparidade	2 302 151 665	2 002 481 864	68 516 419	66 571 870
Em imparidade individual	474 021 338	506 011 340	14 107 778	16 822 186
Valor bruto	23 332 054 355	19 355 102 557	694 406 380	643 454 207
Imparidade	(420 884 427)	(433 953 197)	(12 526 323)	(14 426 635)
Net	22 911 169 928	18 921 149 360	681 880 057	629 027 572
<b>Empréstimos e adiantamentos a bancos</b>				
<b>Categoria</b>				
Nem vencido nem em imparidade	10 518 882 498	14 177 101 805	313 061 979	471 313 225
Valor bruto	10 518 882 498	14 177 101 805	313 061 979	471 313 225
Imparidade	–	–	–	–
Adiantamentos líquidos a bancos	10 518 882 498	14 177 101 805	313 061 979	471 313 225



## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.1 Risco de crédito continuação

## 3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou outros facilitadores de crédito continuação

## (a) Empréstimos e adiantamentos nem vencidos nem em imparidade

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos e adiantamentos não vencidos e sem imparidade pode ser avaliada por referência ao sistema de avaliação interna adoptado pelo Banco (consulte a nota 3.1.1).

## (b) Empréstimos e adiantamentos vencidos mas não em imparidade

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo sofrido imparidade, a menos que haja informação a indicar o contrário (consulte a nota 3.1.1).

Categoria	Nem vencido nem em imparidade		
	Classe A	Classe B	Classe C
	2014 MT	2014 MT	2014 MT
Empréstimos e a adiantamentos a bancos	10 518 882 498	–	–
Empréstimos e adiantamentos s clientes	866 558 878	36 999 019	19 691 365 326
<b>Banca de retalho e negócio</b>	<b>866 558 878</b>	<b>36 999 019</b>	<b>2 588 977 064</b>
Empréstimos hipotecários	27 308 721	18 878 379	1 298 306 971
Vendas a prestações e locações financeiras	319 558 197	129 254	115 892 092
Empréstimos - cartões	–	–	93 276 400
Outros empréstimos e adiantamentos	519 691 960	17 991 386	1 081 501 601
<b>Banca de grandes empresas e investimentos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>17 102 388 262</b>
Empréstimos a grandes empresas	–	–	15 808 597 461
Operações de locação financeira imobiliária	–	–	1 293 790 801
<b>Em Dezembro de 2014</b>	<b>11 385 441 376</b>	<b>36 999 019</b>	<b>19 691 365 326</b>
Em Dezembro de 2013	15 295 569 161	147 647 368	16 698 961 985

Categoria	Nem vencido nem em imparidade		
	Classe A	Classe B	Classe C
	2014 USD	2014 USD	2014 USD
Empréstimos e adiantamentos a bancos	313 061 979	–	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	25 790 443	1 101 161	586 052 539
<b>Banca de retalho e negócio</b>	<b>25 790 443</b>	<b>1 101 161</b>	<b>77 052 889</b>
Empréstimos hipotecários	812 760	561 856	38 640 088
Vendas a prestações e locações financeiras	9 510 660	3 847	3 449 169
Cartões de Débito	–	–	2 776 084
Outros empréstimos e adiantamentos	15 467 023	535 458	32 187 548
<b>Banca de grandes empresas e investimentos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>508 999 650</b>
Empréstimos a grandes empresas	–	–	470 493 971
Operações de locação financeira imobiliária	–	–	38 505 679
<b>Em Dezembro de 2014</b>	<b>338 852 422</b>	<b>1 101 161</b>	<b>586 052 539</b>
Em Dezembro de 2013	508 496 315	4 908 490	555 151 662

Vencido mas sem imparidade	Total de Empréstimos em cumprimento	Empréstimos com imparidade	Total de empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidades	Empréstimos líquidos com imparidade
2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT
–	10 518 882 498	–	10 518 882 498	–	–
2 281 488 414	22 876 411 637	455 642 718	23 332 054 355	286 153 072	169 489 646
<b>1 566 560 723</b>	<b>5 059 095 684</b>	<b>365 631 030</b>	<b>5 424 726 714</b>	<b>286 153 072</b>	<b>79 477 958</b>
492 381 371	1 836 875 442	112 776 518	1 949 651 960	247 479 604	(134 703 086)
162 602 267	598 181 810	40 486 494	638 668 304	7 892 938	32 593 556
43 193 682	136 470 082	5 225 521	141 695 603	–	5 225 521
868 383 403	2 487 568 350	207 142 497	2 694 710 847	30 780 530	176 361 967
<b>714 927 691</b>	<b>17 817 315 953</b>	<b>90 011 688</b>	<b>17 907 327 641</b>	–	<b>90 011 688</b>
714 927 691	16 523 525 152	90 011 688	16 613 536 841	–	90 011 688
–	1 293 790 801	–	–	–	–
<b>2 281 488 414</b>	<b>33 395 294 135</b>	<b>455 642 718</b>	<b>33 850 936 853</b>	<b>286 153 072</b>	<b>169 489 646</b>
2 002 481 864	33 026 193 022	506 011 340	33 532 204 362	382 672 685	123 338 655
Vencido mas sem imparidade	Total de Empréstimos em cumprimento	Empréstimos com imparidade	Total de empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidades	Empréstimos líquidos com imparidade
2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD
–	313 061 979	–	313 061 979	–	–
67 901 442	680 845 585	13 560 795	694 406 380	8 516 460	5 044 335
<b>46 623 831</b>	<b>150 568 324</b>	<b>10 881 876</b>	<b>161 450 200</b>	<b>8 516 460</b>	<b>2 365 416</b>
14 654 207	54 668 911	3 356 444	58 025 355	7 365 464	(4 009 020)
4 839 354	17 803 030	1 204 955	19 007 985	234 909	970 046
1 285 526	4 061 610	155 522	4 217 132	–	155 522
25 844 744	74 034 773	6 164 955	80 199 728	916 087	5 248 868
<b>21 277 611</b>	<b>530 277 261</b>	<b>2 678 919</b>	<b>532 956 180</b>	–	<b>2 678 919</b>
21 277 611	491 771 582	2 678 919	494 450 501	–	2 678 919
–	38 505 679	–	38 505 679	–	–
<b>67 901 442</b>	<b>993 907 564</b>	<b>13 560 795</b>	<b>1 007 468 359</b>	<b>8 516 460</b>	<b>5 044 335</b>
66 571 870	1 135 128 337	16 822 186	1 151 950 523	12 721 831	4 100 354

## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.1 Risco de crédito continuação

## 3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou outros facilitadores de crédito continuação

	Padrão	Menção especial	Total de empréstimos em cumprimento	Sub-Padrão
	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20 594 923 224	2 281 488 413	22 876 411 637	213 100 646
<b>Banca de retalho e negócio</b>	<b>3 492 534 962</b>	<b>1 566 560 722</b>	<b>5 059 095 684</b>	<b>123 088 958</b>
Empréstimos hipotecários	1 344 494 071	492 381 371	1 836 875 442	49 946 117
Vendas a prestações e locações financeiras	435 579 543	162 602 267	598 181 810	5 615 407
Cartões de Débito	93 276 400	43 193 682	136 470 082	4 284 287
Outros empréstimos e adiantamentos	1 619 184 948	868 383 402	2 487 568 350	63 243 147
<b>Banca de grandes empresas e investimentos</b>	<b>17 102 388 262</b>	<b>714 927 691</b>	<b>17 817 315 953</b>	<b>90 011 688</b>
Empréstimos a grandes empresas	15 808 597 461	714 927 691	16 523 525 152	90 011 688
Operações de locação financeira imobiliária	1 293 790 801	–	1 293 790 801	–
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>20 594 923 224</b>	<b>2 281 488 413</b>	<b>22 876 411 637</b>	<b>213 100 646</b>
Em 31 de Dezembro de 2013	16 846 609 352	2 002 481 864	18 849 091 216	224 574 371

	Padrão	Menção especial	Total de empréstimos em cumprimento	Sub-Padrão
	2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD
Empréstimos e adiantamentos a clientes	612 944 144	67 901 441	680 845 585	6 342 281
<b>Banca de retalho e negócio</b>	<b>103 944 493</b>	<b>46 623 831</b>	<b>150 568 324</b>	<b>3 663 362</b>
Empréstimos hipotecários	40 014 704	14 654 207	54 668 911	1 486 491
Vendas a prestações e locações financeiras	12 963 676	4 839 354	17 803 030	167 125
Cartões de Débito	2 776 084	1 285 526	4 061 610	127 509
Outros empréstimos e adiantamentos	48 190 029	25 844 744	74 034 773	1 882 237
<b>Banca de grandes empresas e investimentos</b>	<b>508 999 651</b>	<b>21 277 610</b>	<b>530 277 261</b>	<b>2 678 912</b>
Empréstimos a grandes empresas	470 493 972	21 277 610	491 771 582	2 678 919
Operações de locação financeira imobiliária	38 505 679	–	38 505 679	–
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>612 944 144</b>	<b>67 901 441</b>	<b>680 845 585</b>	<b>6 342 281</b>
Em 31 de Dezembro de 2013	560 060 151	66 571 870	626 632 022	7 465 903

Duvidoso	Prejuízos	Total de empréstimos em incumprimento	Total de empréstimos	Garantia com empréstimos em imparidade	Empréstimos líquidos com imparidade
2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT
137 002 686	105 539 386	455 642 718	23 332 054 355	286 153 072	23 045 901 283
<b>137 002 686</b>	<b>105 539 386</b>	<b>365 631 030</b>	<b>5 424 726 714</b>	<b>286 153 072</b>	<b>5 138 573 642</b>
12 590 779	50 239 622	112 776 518	1 949 651 960	247 479 604	1 702 172 356
34 871 087	–	40 486 494	638 668 304	7 892 938	630 775 366
937 808	3 426	5 225 521	141 695 603	–	145 695 603
88 603 012	55 296 338	207 142 497	2 694 710 847	30 780 530	2 663 930 317
–	–	<b>90 011 688</b>	<b>17 907 327 641</b>	–	<b>17 907 327 641</b>
–	–	90 011 688	16 613 536 840	–	16 613 536 840
–	–	–	1 293 790 801	–	1 293 790 801
<b>137 002 686</b>	<b>105 539 386</b>	<b>455 642 718</b>	<b>23 332 054 355</b>	<b>286 153 072</b>	<b>23 045 901 283</b>
133 040 890	148 396 079	506 011 340	19 355 102 556	382 672 685	18 972 429 871

Duvidoso	Prejuízos	Total de empréstimos em incumprimento	Total de empréstimos	Garantia com empréstimos em imparidade	Empréstimos líquidos com imparidade
2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD
4 077 461	3 141 053	13 560 795	694 406 380	8 516 460	685 889 920
<b>4 077 461</b>	<b>3 141 053</b>	<b>10 881 876</b>	<b>161 450 200</b>	<b>8 516 460</b>	<b>152 933 740</b>
374 726	1 495 227	3 356 444	58 025 355	7 365 464	50 659 891
1 037 830	–	1 204 955	19 007 985	234 909	18 773 076
27 911	102	155 522	4 217 132	–	4 217 132
2 636 994	1 645 724	6 164 955	80 199 728	916 087	79 283 641
–	–	<b>2 678 919</b>	<b>532 956 180</b>	–	<b>532 956 180</b>
–	–	2 678 919	494 450 501	–	494 450 501
–	–	–	38 505 679	–	38 505 679
<b>4 077 461</b>	<b>3 341 053</b>	<b>13 560 795</b>	<b>694 406 380</b>	<b>8 516 460</b>	<b>685 889 920</b>
4 422 902	4 933 380	16 822 185	643 454 206	12 721 831	630 732 375

## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.1 Risco de crédito continuação

## 3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou outros facilitadores de crédito continuação

## (c) Empréstimos e adiantamentos a bancos

O total do valor bruto dos empréstimos e adiantamentos individuais com imparidade à data de 31 de Dezembro de 2014 foi nulo (2013: Nulo). O Banco não possui garantias contra os empréstimos e adiantamentos a Bancos.

## (d) Empréstimos renegociados

As actividades de reestruturação incluem acordos de pagamento, planos de gestão externa aprovados, modificação e deferimento de pagamentos. Após a reestruturação, uma conta anteriormente vencida do cliente é restabelecida a um estado normal e gerida conjuntamente com outras contas semelhantes. As políticas e práticas de reestruturação baseiam-se em indicadores ou critérios que, no julgamento dos gestores locais, indicam que o pagamento irá, muito provavelmente, continuar. Estas políticas são mantidas sob permanente controlo. É mais comum a reestruturação ser aplicada aos empréstimos a prazo, em particular empréstimos para financiamento de clientes. Os empréstimos renegociados totalizaram MT176 709 757 (2013: MT268 548 473) como segue:

Categoria	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Empréstimos e adiantamentos a clientes	176 709 757	268 548 473	5 259 219	8 927 808
<b>Banca de retalho e negócio</b>	176 709 757	268 548 473	5 259 219	8 927 808
Vendas a prestações e locações financeiras	659 714	21 857 455	19 634	726 644
Outros empréstimos e adiantamentos	176 050 043	246 691 018	5 239 585	8 201 164
<b>Banca de grandes empresas e investimento</b>	–	–	–	–
Empréstimos a grandes empresas	–	–	–	–
Operações de locação financeira imobiliária	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>176 709 757</b>	<b>268 548 473</b>	<b>5 259 219</b>	<b>8 927 808</b>

## 3.1.5 Concentração de riscos dos activos financeiros com exposição ao risco de crédito

## (a) Sectores geográficos

O Banco atribuiu exposições às regiões, com base no país de domicílio das suas contrapartes. Todas as exposições de crédito relacionadas a empréstimos e adiantamentos aos clientes estão baseados em Moçambique.

## (b) Sectores Industriais (Empréstimos e adiantamentos a clientes)

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	870 404 888	348 679 558	25 904 907	11 591 741
Mineração e Pedreiras	144 718 942	150 283 703	4 307 111	4 996 134
Hotéis, restaurantes e turismo	208 753 776	287 964 661	6 212 910	9 573 293
Indústria transformadora	4 078 122 760	2 653 006 864	121 372 701	88 198 366
Construção	323 810 607	723 746 850	9 637 220	24 060 733
Electricidade, gás e água	93 628 042	108 054 877	2 786 549	3 592 250
Transporte, Armazenamento e Distribuição	737 802 432	2 658 322 134	21 958 406	88 375 071
Comunicação	1 208 632 713	1 269 688 629	35 971 212	42 210 393
Intermediários Financeiros & Seguros	276 496 875	–	8 229 074	–
Comércio a grosso e a retalho/ Reparação de itens específicos	6 316 481 172	4 864 058 351	187 990 511	161 704 068
Serviços	192 390 847	138 899 027	5 725 918	4 617 654
Indústria Imobiliária	1 109 229 346	1 661 970 518	33 012 778	55 251 679
Outros	7 771 581 955	4 490 427 385	231 297 082	149 282 825
<b>Total</b>	<b>23 332 054 355</b>	<b>19 355 102 557</b>	<b>694 406 379</b>	<b>643 454 207</b>

### 3.1.6 Imparidade de crédito para empréstimos e adiantamentos

Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de empréstimos e adiantamentos

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Cartões de débito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT	2014 MT
<b>Empréstimos em incumprimento: Imparidade específica</b>						
Saldo de abertura	7 938 309	35 227 269	8 168 606	167 181 040	55 000 022	273 515 246
Contas com imparidade anuladas	(454 994)	(20 164 456)	(24 907 244)	(186 587 003)	–	(232 113 697)
Provisões líquidas constituídas	(1 987 408)	16 085 321	20 090 053	143 998 521	–	178 186 487
<b>Saldo no fim do ano</b>	<b>5 495 907</b>	<b>31 148 134</b>	<b>3 351 415</b>	<b>124 592 558</b>	<b>55 000 022</b>	<b>219 588 036</b>
<b>Empréstimos em cumprimento: Imparidade colectiva</b>						
Saldo de abertura	27 277 709	13 849 590	6 508 648	52 921 989	59 880 015	160 437 951
Provisões líquidas constituídas	(22 936 466)	(3 313 287)	(697 637)	27 541 365	40 264 465	40 858 440
<b>Saldo de fecho</b>	<b>4 341 243</b>	<b>10 536 303</b>	<b>5 811 011</b>	<b>80 463 354</b>	<b>100 144 480</b>	<b>201 296 391</b>
<b>Total</b>	<b>9 837 150</b>	<b>41 684 437</b>	<b>9 162 426</b>	<b>205 055 912</b>	<b>155 144 502</b>	<b>420 884 427</b>

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Cartões de débito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD	2014 USD
<b>Empréstimos em incumprimento: Imparidade específica</b>						
Saldo de abertura	263 907	1 171 119	271 563	5 557 880	1 828 458	9 092 927
Contas com imparidade anuladas	(13 542)	(600 132)	(741 288)	(5 553 184)	–	(6 908 146)
Provisões líquidas constituídas	(59 149)	478 730	597 918	4 285 670	–	5 303 169
Movimentos cambiais e outros	(27 647)	(122 689)	(28 449)	(582 254)	(191 553)	(952 592)
<b>Saldo de fecho</b>	<b>163 569</b>	<b>927 028</b>	<b>99 744</b>	<b>3 708 112</b>	<b>1 636 905</b>	<b>6 535 358</b>
<b>Empréstimos em cumprimento: Imparidade colectiva</b>						
Saldo de abertura	906 839	460 425	216 378	1 759 375	1 990 692	5 333 709
Provisões líquidas constituídas	(682 633)	(98 610)	(20 763)	819 683	1 198 348	1 216 025
Movimentos cambiais e outros	(95 002)	(48 235)	(22 668)	(184 315)	(208 549)	(558 769)
<b>Saldo de fecho</b>	<b>129 204</b>	<b>313 580</b>	<b>172 947</b>	<b>2 394 743</b>	<b>2 980 491</b>	<b>5 990 965</b>
<b>Total</b>	<b>292 773</b>	<b>1 240 608</b>	<b>272 691</b>	<b>6 102 855</b>	<b>4 617 396</b>	<b>12 526 323</b>

## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.1 Risco de crédito continuação

## 3.1.6 Imparidade de crédito para empréstimos e adiantamentos continuação

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Cartões de débito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT	2013 MT
<b>Empréstimos em incumprimento:</b>						
<b>Imparidade específica</b>						
Saldo de abertura	5 512 231	27 555 954	8 332 182	197 404 109	18 320	238 822 796
Contas com imparidade anuladas	–	–	(5 181 672)	(221 386 715)	–	(226 568 387)
Provisões líquidas constituídas	2 426 078	7 671 315	5 018 096	191 163 646	54 981 702	261 260 837
<b>Saldo de fecho</b>	<b>7 938 309</b>	<b>35 227 269</b>	<b>8 168 606</b>	<b>167 181 040</b>	<b>55 000 022</b>	<b>273 515 246</b>
<b>Empréstimos em cumprimento:</b>						
<b>Imparidade colectiva</b>						
Saldo de abertura	7 032 666	5 998 709	6 196 725	11 161 124	47 528 706	77 917 930
Provisões líquidas constituídas	20 245 043	7 850 881	311 923	41 760 864	12 351 310	82 520 021
<b>Saldo de fecho</b>	<b>27 277 709</b>	<b>13 849 590</b>	<b>6 508 648</b>	<b>52 921 988</b>	<b>59 880 016</b>	<b>160 437 951</b>
<b>Total</b>	<b>35 216 018</b>	<b>49 076 859</b>	<b>14 677 254</b>	<b>220 103 028</b>	<b>114 880 038</b>	<b>433 953 197</b>

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Cartões de débito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD	2013 USD
<b>Empréstimos em incumprimento:</b>						
<b>Imparidade específica</b>						
Saldo de abertura	185 285	926 251	280 073	6 635 432	616	8 027 657
Contas com imparidade anuladas	–	–	(172 263)	(7 359 931)	–	(7 532 194)
Provisões líquidas constituídas	80 654	255 030	166 825	6 355 174	1 827 849	8 685 532
Movimentos cambiais e outros	(2 032)	(10 162)	(3 072)	(72 795)	(7)	(88 068)
<b>Saldo de fecho</b>	<b>263 907</b>	<b>1 171 119</b>	<b>271 563</b>	<b>5 557 880</b>	<b>1 828 458</b>	<b>9 092 927</b>
<b>Empréstimos em cumprimento:</b>						
<b>Imparidade colectiva</b>						
Saldo de abertura	236 392	201 637	208 293	375 164	1 597 604	2 619 090
Provisões líquidas constituídas	673 040	261 000	10 370	1 388 327	410 615	2 743 352
Movimentos cambiais e outros	(2 593)	(2 212)	(2 285)	(4 116)	(17 527)	(28 733)
<b>Saldo de fecho</b>	<b>906 839</b>	<b>460 425</b>	<b>216 378</b>	<b>1 759 375</b>	<b>1 990 692</b>	<b>5 333 708</b>
<b>Total</b>	<b>1 170 746</b>	<b>1 631 544</b>	<b>487 941</b>	<b>7 317 255</b>	<b>3 819 150</b>	<b>14 426 635</b>



### 3.1.7 Análise sectorial de imparidade de crédito

A análise sectorial da imparidade de crédito é apresentada no quadro abaixo

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Análise sectorial</b>				
Agricultura	55 000 000	61 972 667	1 636 905	2 060 262
Construção	30 779 520	25 569 837	916 057	850 061
Indústria transformadora	–	177 810	–	5 911
Indústria transformadora	–	5 006 641	–	166 444
Outros serviços	115 259 709	163 055 297	3 430 348	5 420 721
Transporte	9 496 642	3 657 873	282 638	121 605
Comércio a grosso	9 052 165	14 075 121	269 410	467 923
	219 588 036	273 515 246	6 535 358	9 092 927

## 3.2 Risco de Mercado

O Banco encontra-se exposto ao risco de mercado, o qual consiste no risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sofram flutuações causadas por alterações dos preços de mercado. Os riscos de mercado advêm de posições, taxas de juro, moeda e produtos de capital em aberto, todas elas expostas a movimentações de Mercado gerais e específicas e a alterações no nível de volatilidade das taxas e preços de mercado, tais como taxas de juros, margens de juros de crédito, taxas de câmbio e preços de acções.

### 3.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

Serão as seguintes as principais técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco para mensurar e controlar o risco de mercado.

### 3.2.2 Risco cambial

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diurnas, as quais são monitoradas numa base diária. A nota 3.3 abaixo resume a exposição do Banco em termos de risco cambial, à data de 31 de Dezembro de 2014. O quadro inclui os instrumentos financeiros detidos pelo Banco, à sua quantia escriturada, categorizados por moeda.

### 3.2.3 Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro do fluxo de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem em virtude de alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado instrumento financeiro se altere devido a variações nas taxas de juro do mercado. O Banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis das taxas de juro do mercado, em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar como consequência desse tipo de flutuações, podendo, também, ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração fixa limites relativos aos níveis de alteração das taxas de juro permitidos, os quais são controlados diariamente pela Sala de Mercados do Banco.

A nota 3.4 resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro. A mesma inclui os instrumentos financeiros do Banco às quantias escrituradas, categorizados pelo preço contratual recém fixado ou datas de vencimento.

## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.3 Risco cambial

## Risco cambial (MT)

	USD MT	EUR MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>		
<b>Activos</b>		
Caixa e depósitos com o banco central	657 537 668	318 175 721
Activos financeiros disponíveis-para-venda	847 273 622	–
Activos negociáveis	–	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	9 062 973 640	468 483 821
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 921 614 208	694 688 543
Investimentos	–	–
Activos derivados	53 998 787	11 489 137
	<b>17 543 397 925</b>	<b>1 492 837 222</b>
<b>Passivos</b>		
Depósitos de clientes	15 658 338 897	1 175 152 177
Passivos negociáveis e outros passivos financeiros	–	–
Obrigações subordinadas	–	–
Passivo derivado	77 785 843	11 193 243
	<b>15 736 124 740</b>	<b>1 186 345 420</b>
<b>N Valor líquido et</b>	<b>1 807 273 185</b>	<b>306 491 802</b>
Em 31 de Dezembro de 2013	(400 953 036)	23 895 158

## Risco cambial (USD)

	USD USD	EUR USD
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>		
<b>Activos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	19 569 573	9 469 517
Activos financeiros disponíveis para venda	25 216 477	–
Activos negociáveis	–	–
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	269 731 358	13 942 970
Empréstimos e adiantamentos a clientes	206 000 423	20 675 254
Investimentos	–	–
Activos derivados	1 607 107	341 939
	<b>522 124 938</b>	<b>44 429 680</b>
<b>Passivos</b>		
Depósitos de clientes	466 021 991	34 974 767
Passivos negociáveis e outros	–	–
Obrigações subordinadas	–	–
Passivo derivado	2 315 056	333 132
	<b>468 337 047</b>	<b>35 307 899</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>53 787 891</b>	<b>9 121 781</b>
Em 31 de Dezembro de 2013	(13 329 556)	794 387

GBP MT	MT MT	ZAR MT	Outras moedas MT	Total MT
2 204 982	3 516 636 108	52 676 211	–	4 547 230 690
–	4 733 121 903	–	–	5 580 395 525
–	2 574 806 175	–	–	2 574 806 175
52 447 070	(11 588 715)	300 693 720	645 872 962	10 518 882 498
7 358	15 268 471 748	26 388 071	–	22 911 169 928
–	42 296 908	–	–	42 296 908
–	–	3 478 848	–	68 966 772
54 659 410	26 123 744 127	383 236 850	645 872 962	46 243 748 496
53 689 056	19 138 801 493	400 848 432	1 996 767 704	38 423 597 759
–	1 400 000 000	–	–	1 400 000 000
–	260 103 819	–	–	260 103 819
14	–	720 297	–	89 699 397
53 689 070	20 798 905 312	401 568 729	1 996 767 704	40 173 400 975
970 340	5 324 838 815	(18 331 879)	(1 350 894 742)	6 070 347 521
(265 529)	5 935 044 558	30 425 430	19 375 692	5 607 522 273

GBP USD	MZM USD	ZAR USD	Outras moedas USD	Total USD
65 624	104 661 789	1 567 744	–	135 334 247
–	140 866 723	–	–	166 083 200
–	76 631 136	–	–	76 631 136
1 560 925	(344 902)	8 949 218	19 222 410	313 061 979
219	454 418 802	785 359	–	681 880 057
–	1 258 837	–	–	1 258 837
–	–	103 537	–	2 052 583
1 626 768	777 492 385	11 405 858	19 222 410	1 376 302 039
1 597 889	569 607 187	11 930 013	59 427 609	1 143 559 456
–	41 666 667	–	–	41 666 667
–	7 741 185	–	–	7 741 185
–	–	21 437	–	2 669 625
1 597 889	619 015 039	11 951 450	59 427 609	1 195 636 933
28 879	158 477 346	(545 592)	(40 205 199)	180 665 106
(8 827)	196 144 799	1 011 484	644 139	185 256 426

## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.4 Sensibilidade dos itens do balanço às variações da taxa de juro (MT)

## Sensibilidade dos itens do balanço às variações da taxa de juro (MT)

	Até 1 mês	1 – 3 meses
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>		
<b>Activos</b>		
Caixa e depósitos com o banco central	–	–
Activos financeiros disponíveis para venda	–	1 033 059 391
Activos negociáveis	–	99 632 162
Empréstimos e adiantamentos a bancos	2 254 589 232	2 816 434 319
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 837 466 908	1 960 803 008
Títulos de investimento	–	–
Activos derivados	–	–
	12 092 056 140	5 909 928 880
<b>Passivos</b>		
Depósitos de clientes	16 900 917 569	1 232 307 449
Passivos derivados	–	–
Passivos negociáveis	1 400 000 000	–
Obrigações subordinadas	–	–
	18 300 917 569	1 232 307 449
<b>Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro</b>	<b>(6 208 861 429)</b>	<b>4 677 621 431</b>
Em 31 de Dezembro de 2013	(5 084 502 936)	4 848 218 151

## Sensibilidade dos itens do balanço às variações da taxa de juro (USD)

	Até 1 mês	1 – 3 meses
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>		
<b>Activos</b>		
Caixa e depósitos com o banco central	–	–
Activos financeiros disponíveis para venda	–	30 745 815
Activos negociáveis	–	2 965 243
Empréstimos e adiantamentos a bancos	67 100 870	83 822 450
Empréstimos e adiantamentos a clientes	292 781 753	58 357 232
Títulos de investimento	–	–
Activos derivados	–	–
	359 882 623	175 890 740
<b>Passivos</b>		
Depósitos de clientes	503 003 499	36 675 817
Passivos derivados	–	–
Passivos negociáveis	41 666 667	–
Obrigações subordinadas	–	–
	544 670 166	36 675 817
<b>Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro</b>	<b>(184 787 543)</b>	<b>139 214 923</b>
Em 31 de Dezembro de 2013	(169 032 677)	161 177 466

3 – 12 meses	1 – 3 anos	+3 de anos	Sem juros	Total
–	–	–	4 547 230 690	4 547 230 690
2 431 989 081	1 203 166 837	912 180 216	–	5 580 395 525
1 556 860 642	918 313 371	–	–	2 574 806 175
3 407 916 902	–	–	2 039 942 045	10 518 882 498
1 910 044 726	2 821 760 530	6 346 336 466	34 758 290	22 911 169 928
–	–	–	42 296 908	42 296 908
–	–	–	68 966 772	68 966 772
9 306 811 351	4 943 240 738	7 258 516 682	6 733 194 705	46 243 748 496
1 009 319 234	–	–	19 281 053 507	38 423 597 759
–	–	–	89 699 397	89 699 397
–	–	–	–	1 400 000 000
–	–	260 000 000	103 819	260 103 819
1 009 319 234	–	260 000 000	19 370 856 723	40 173 400 975
8 297 492 117	4 943 240 738	6 998 516 682	(12 637 662 018)	6 070 347 521
5 680 359 226	3 456 549 170	7 638 315 980	(10 931 417 318)	5 607 522 273

3 – 12 meses	1 – 3 anos	+3 de anos	Sem juros	Total
–	–	–	135 334 247	135 334 247
72 380 627	35 808 537	27 148 221	–	166 083 200
46 335 138	27 330 755	–	–	76 631 136
101 426 098	–	–	60 712 561	313 061 979
56 846 569	83 980 968	188 879 062	1 034 473	681 880 057
–	–	–	1 258 837	1 258 837
–	–	–	2 052 583	2 052 583
276 988 432	147 120 260	216 027 283	200 392 701	1 376 302 039
30 039 263	–	–	573 840 877	1 143 559 456
–	–	–	2 669 625	2 669 625
–	–	–	–	41 666 667
–	–	7 738 095	3 090	7 741 185
30 039 263	–	7 738 095	576 513 592	1 195 636 933
246 949 169	147 120 260	208 289 188	(376 120 891)	180 665 106
188 491 730	114 911 874	253 933 376	(363 411 480)	186 420 289

## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco do banco encontrar dificuldade em liquidar obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados pela entrega de caixa ou outros activos financeiros.

## 3.5.1 Processo de gestão do risco de liquidez

O processo de gestão de liquidez do Banco é levado a cabo dentro do Banco e monitorado por uma equipa separada na Sala de Mercados do Banco e comporta o seguinte:

- Financiamento do dia a dia, gerido pela monitoria dos fluxos de caixa futuros, por forma a assegurar que as exigências possam ser atendidas. Nisto se inclui a reposição de fundos conforme os mesmos forem vencendo ou emprestados pelos clientes. O Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários globais para permitir que isto aconteça;
- Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
- Monitorar os rácios de liquidez do balanço, por confrontação das exigências internas e reguladoras; e
- Gerir a concentração e o perfil das maturidades das dívidas.

## Maturidade dos activos e passivos (MT)

Em 31 de Dezembro de 2014	Até 1 mês	1 – 3 meses
<b>Activos</b>		
Caixa e depósitos com o banco central	4 547 230 690	–
Activos financeiros disponíveis para venda	–	1 033 059 391
Activos negociáveis	–	99 632 162
Empréstimos e adiantamentos a bancos	4 294 531 277	2 816 434 319
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 837 466 908	1 960 803 008
Títulos de investimento	–	–
Activos derivados	56 336 676	11 633 306
	18 735 565 551	5 921 562 186
<b>Passivos</b>		
Depósitos de clientes	36 181 971 076	1 232 307 449
Passivos derivados	21 960 772	123 271
Passivos negociáveis	1 400 000 000	–
Obrigações subordinadas	–	103 819
	37 603 931 848	1 232 534 539
<b>Diferencial de maturidade do balanço</b>	<b>(18 868 366 297)</b>	<b>4 689 027 647</b>
Em 31 de Dezembro de 2013	(16 025 096 450)	4 853 469 366

## Maturidade de activos e passivos (USD)

Em 31 de Dezembro de 2014	Até 1 mês	1 – 3 meses
<b>Activos</b>		
Caixa e depósitos com bancos	135 334 247	–
Activos financeiros disponíveis para venda	–	30 745 815
Activos negociáveis	–	2 965 243
Empréstimos e adiantamentos a bancos	127 813 431	83 822 450
Empréstimos e adiantamentos a clientes	292 781 753	58 357 232
Investimento	–	–
Activos derivados	1 676 687	346 230
	557 606 118	176 236 970
<b>Passivos</b>		
Depósitos de clientes	1 076 844 377	36 675 817
Passivo derivado	653 594	3 669
Passivos negociáveis	41 666 667	–
Obrigações subordinadas	–	3 090
	1 119 164 638	36 682 576
<b>Diferencial de maturidade do balanço</b>	<b>(561 558 520)</b>	<b>139 554 394</b>
Em 31 de Dezembro de 2013	(532 749 118)	161 352 041

O acompanhamento e o reporte assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e de projecções para o dia, semana e meses seguintes, respectivamente, uma vez que os mesmos constituem os períodos-chave de gestão da liquidez. O ponto de partida dessas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de cobrança esperada dos activos financeiros.

A tesouraria do Banco também controla os activos de médio prazo não correspondentes, o nível e o tipo de cometimentos de empréstimos não utilizados, a utilização de descobertos bancários e o impacto das exigibilidades contingentes, tais como, cartas de crédito e garantias.

### 3.5.2 Abordagem de financiamento

As fontes de liquidez são periodicamente revistas por uma equipa que não actue na tesouraria do Banco, por forma a manter uma grande diversificação por moedas, por sector geográfico, por provedor, por produto e por prazo.

### 3.5.3 Fluxos de caixa derivados

Os derivados do Banco, que serão liquidados com base no seu valor bruto incluem contratos cambiais derivados. No quadro abaixo são analisados os instrumentos financeiros derivados do Banco, a serem liquidados numa base bruta em grupos de maturidade baseados no período remanescente à data de relato da maturidade contratual. Os montantes divulgados no quadro representam fluxos de caixa contratuais não-descontados.

3 – 12 meses	1 – 3 anos	+3 de anos	Sem período	Total
–	–	–	–	4 547 230 690
2 431 989 082	1 203 166 837	912 180 215	–	5 580 395 525
1 556 860 642	918 313 371	–	–	2 574 806 175
3 407 916 902	–	–	–	10 518 882 498
1 910 044 726	2 821 760 529	6 346 336 467	34 758 290	22 911 169 928
–	–	–	42 296 908	42 296 908
996 790	–	–	–	68 966 772
9 307 808 142	4 943 240 737	7 258 516 682	77 055 198	46 243 748 496
1 009 319 234	–	–	–	38 423 597 759
67 615 354	–	–	–	89 699 397
–	–	–	–	1 400 000 000
–	–	260 000 000	–	260 103 819
1 076 934 588	–	260 000 000	–	40 173 400 975
8 230 873 554	4 943 240 737	6 998 516 682	77 055 198	6 070 347 521
5 557 057 220	3 484 315 171	7 707 941 758	29 832 207	5 607 522 272

3 – 12 meses	1 – 3 anos	+3 de anos	Sem período	Total
–	–	–	–	135 334 247
72 380 627	35 808 537	27 148 221	–	166 083 200
46 335 138	27 330 755	–	–	76 631 136
101 426 098	–	–	–	313 061 979
56 846 569	83 980 968	188 879 062	1 034 473	681 880 057
–	–	–	1 258 837	1 258 837
29 666	–	–	–	2 052 583
277 018 098	147 120 260	216 027 283	2 293 310	1 376 302 039
30 039 262	–	–	–	1 143 559 456
2 012 362	–	–	–	2 669 625
–	–	–	–	41 666 667
–	–	7 738 095	–	7 741 185
32 051 624	–	7 738 095	–	1 195 636 933
244 966 474	147 120 260	208 289 188	2 293 310	180 665 106
184 743 594	115 834 946	256 248 064	991 763	186 421 340



## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.5 Risco de liquidez continuação

## 3.5.3 Fluxos de caixa derivados continuação

## Exposição ao risco de liquidez

A principal medida utilizada pelo banco para gerir o risco de liquidez é o rácio dos activos líquidos para depósitos de clientes. Para este efeito, os activos líquidos são considerados como incluindo valores monetários e fundos de curto prazo e títulos de dívida de grau de investimento para o qual existe um mercado activo e liquidez de mercado, menos todos os depósitos de bancos, títulos de dívida, outros empréstimos e compromissos com vencimento no mês seguinte. Um cálculo semelhante, mas não idêntico, é utilizado para mensurar a conformidade do banco com o limite de liquidez estabelecido pelo regulador, o Banco de Moçambique. Detalhes do rácio reportado dos activos líquidos do banco para depósitos de clientes, à data do relato e durante o período de relato foram os seguintes:

	Nota	Quantia escriturada MT	Entrada/saída nominal bruta MT
<b>31 de Dezembro de 2014</b>			
Passivos não derivados		1 186 991 878	1 186 991 878
Passivos derivados	13	89 699 397	89 699 397
Passivos negociáveis	24	1 400 000 000	1 400 000 000
Depósitos de bancos	25	154 307 238	154 307 238
Depósitos de clientes	25	38 269 290 521	38 269 290 521
Obrigações subordinadas	26	260 103 819	260 103 819
		<b>41 360 392 853</b>	<b>41 360 392 853</b>
<b>Passivos negociáveis</b>			
Negociáveis:			
Saída		1 400 000 000	1 400 000 000
		<b>1 400 000 000</b>	<b>1 400 000 000</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>			
Passivos não derivados		1 307 154 626	1 307 154 626
Passivos derivados	13	–	–
Passivos negociáveis	24	–	–
Depósitos de bancos	25	154 307 238	154 307 238
Depósitos de clientes	25	35 562 305 250	35 562 305 250
Títulos de dívida emitidos	26	260 102 014	260 102 014
		<b>37 283 869 128</b>	<b>37 283 869 128</b>
	Nota	Quantia escriturada USD	Entrada/saída nominal bruta USD
<b>31 de Dezembro de 2014</b>			
Passivos não derivados		35 327 139	35 327 139
Passivos derivados	13	2 669 625	2 669 625
Passivos negociáveis	24	41 666 667	41 666 667
Depósitos de bancos	25	4 592 477	4 592 477
Depósitos de clientes	25	1 138 966 980	1 138 966 980
Obrigações subordinadas	26	7 741 185	7 741 185
		<b>1 230 964 073</b>	<b>1 230 964 073</b>
<b>Passivos negociáveis</b>			
Negociáveis:			
Saída		41 666 667	41 666 667
		<b>41 666 667</b>	<b>41 666 667</b>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>			
Passivos não derivados	24	43 455 938	43 455 938
Depósitos de bancos	25	5 129 895	5 129 895
Depósitos de clientes	25	1 182 257 488	1 182 257 488
Obrigações subordinadas	26	8 647 008	8 647 008
		<b>1 239 490 330</b>	<b>1 239 490 330</b>

	Menos de 1 mês MT	1 a 3 meses MT	3 meses a 1 ano MT	1 – 5 anos MT	Mais de 5 anos MT
	–	–	–	–	–
89 699 397	–	–	–	–	–
1 400 000 000	–	–	–	–	–
154 307 238	–	–	–	–	–
36 027 663 838	1 232 307 448	1 009 319 235	–	–	–
–	103 819	–	–	–	260 000 000
37 671 670 473	1 232 411 267	1 009 319 235	–	–	260 000 000
1 400 000 000	–	–	–	–	–
1 400 000 000	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–
154 307 238	–	–	–	–	–
33 903 816 833	1 024 226 837	634 261 580	–	–	–
–	102 014	–	–	–	260 000 000
34 058 124 071	1 024 328 851	634 261 580	–	–	260 000 000
	Menos de 1 mês USD	1 a 3 meses USD	3 meses a 1 ano USD	1 – 5 anos USD	Mais de 5 anos USD
–	–	–	–	–	–
2 669 625	–	–	–	–	–
41 666 667	–	–	–	–	–
4 592 477	–	–	–	–	–
1 072 251 900	36 675 817	30 039 263	–	–	–
–	3 090	–	–	–	7 738 095
1 121 180 669	36 678 907	30 039 263	–	–	7 738 095
41 666 667	–	–	–	–	–
41 666 667	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–
5 129 895	–	–	–	–	–
1 127 121 570	34 050 094	21 085 824	–	–	–
–	3 391	–	–	–	8 643 617
1 132 251 465	34 053 486	21 085 824	–	–	8 643 617

## Gestão de risco financeiro | continuação

## 3. Gestão de Risco Financeiro continuação

## 3.5 Risco de liquidez continuação

## 3.5.3 Fluxos de caixa derivados continuação

(a) Derivados liquidados numa base líquida detidos para negociação

	Justo valor de activos 2014 MT	Contrato/ valor nacional 2014 MT	1 ano 2014 MT	1 – 5 anos 2014 MT	Acima de 5 anos 2014 MT
<b>31 de Dezembro de 2014</b>					
<b>Derivados</b>					
Taxa de câmbio a prazo de activos derivados	68 966 772	68 966 772	68 966 772	–	–
Taxa de câmbio a prazo de passivos derivados	89 699 397	89 699 397	89 699 397	–	–
	(20 732 625)	(20 732 625)	(20 732 625)	–	–

<b>31 de Dezembro de 2013</b>					
<b>Derivados</b>					
Taxa de câmbio a prazo de activos derivados	1 656 577	28 825 030	1 656 577	–	–
Taxa de câmbio a prazo de passivos derivados	–	–	–	–	–
	1 656 577	28 825 030	1 656 577	–	–

	Justo valor de activos 2014 USD	Contrato/ valor nacional 2014 USD	1 ano 2014 USD	1 – 5 anos 2014 USD	Acima de 5 anos 2014 USD
<b>31 de Dezembro de 2014</b>					
<b>Derivados</b>					
Taxa de câmbio a prazo de activos derivados	2 052 583	2 052 583	2 052 583	–	–
Taxa de câmbio a prazo de passivos derivados	2 669 625	2 669 625	2 669 625	–	–
	(617 042)	(617 042)	(617 042)	–	–

<b>31 de Dezembro de 2013</b>					
<b>Derivados</b>					
Taxa de câmbio a prazo de activos derivados	55 072	958 279	55 072	–	–
Taxa de câmbio a prazo de passivos derivados	–	–	–	–	–
	55 072	958 279	55 072	–	–

## 3.5.4 Itens fora do Balanço

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Os itens fora do balanço do Banco em 31 de Dezembro:				
Garantias	5 564 232 815	6 127 491 976	165 602 167	203 706 515
Cartas de crédito	561 727 116	503 598 670	16 718 069	16 741 977
	6 125 959 931	6 631 090 646	182 320 236	220 448 492

### 3.6 Risco operacional

O risco operacional é o risco do Banco incorrer em perdas financeiras potenciais causadas pelos seus funcionários, por especificidades contratuais e documentação, tecnologias, falhas das infra-estruturas e desastres, projectos, influências externas e relações comerciais. O risco operacional inclui o risco legal, excluindo os riscos de reputação, estratégicos e de negócio. O risco operacional pode aparecer de processos, pessoas, sistemas e acontecimentos externos.

O risco operacional pode-se dividir por eventos de frequência elevada/severidade baixa que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e eventos de baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são normalmente raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se por reduzir estes riscos através da manutenção de uma estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementadas por um sistema de valor saudável. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, encontrando-se estes documentados em diversos manuais, os quais são objecto de revisão periódica, por forma a contemplar alguma necessidade de alteração. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão, sempre que tal seja aplicável.

### 3.7 Risco de solvência

O Capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência é medido pelo rácio de solvabilidade, que requer que o capital seja mantido em as classificações de activos ponderados pelo risco. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima do mínimo de 8% exigido pelo Banco de Moçambique. O rácio de solvabilidade do Banco em 31 de Dezembro de 2014 era de 9,74% (2013: 13,29%).

### 3.8 Gestão de capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço, são:

- ▶ Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, a instituição reguladora do sector de actividade em que o Banco opera;
- ▶ Salvar a capacidade do Banco em termos de continuidade das suas operações, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas; e
- ▶ Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorados regularmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal. O Banco de Moçambique exige que cada banco ou Grupo financeiro:

- (a) mantenha um valor mínimo de capital para efeitos de regulação no valor de 70 000 000 Meticais; e,
- (b) mantenha um rácio do total do capital regulamentar para o activo ponderado por risco (o rácio de solvabilidade) igual ou superior ao mínimo de 8%.

O capital regulamentar do Banco é gerido pelo Departamento de Gestão de Risco e divide-se em duas categorias:

- ▶ **Categoria 1:** Capital social (líquido dos saldos de todas acções próprias detidas), interesses minoritários resultantes da consolidação dos interesses no capital social permanente, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação dos lucros acumulados. O saldo do trespasse é deduzido, de acordo com o capital de risco I; e
- ▶ **Categoria 2:** capital de empréstimos subordinado que qualifica, provisões para imparidades colectivas e ganhos não realizados resultantes do justo valor dos instrumentos de capital mantidos como disponíveis para venda.

Os investimentos nas associadas são deduzidos do capital de risco I e II para estar em concordância com o capital regulamentador.

O risco ponderado dos activos é mensurado de acordo com uma classificação hierárquica de cinco níveis de ponderação, classificados de acordo com a natureza de – e reflectindo uma estimativa do crédito, mercado e outros riscos associados – de cada activo e de cada contraparte, tomando ainda em consideração qualquer garantia ou colateral elegível. Tratamento idêntico é adoptado para as contas extrapatrimoniais, com ligeiros ajustamentos, por forma a reflectirem as perdas potenciais face à natureza da contingência. O quadro abaixo resume a composição do capital regulamentar e os rácios do Banco. Durante esses dois anos, o Banco cumpriu integralmente todos os requisitos, em termos de capital, que lhe são impostos do exterior e a que se encontra sujeito.

	2014 MT	2013 MT
Capital que qualifica		
Categoria I	3 859 820 000	3 418 022 000
Categoria II	173 148 000	260 000 000
Capital Regulamentar	4 032 968 000	3 678 022 000
Risco de Crédito	40 410 394 000	27 673 297 000
Risco Operacional	620 087 000	–
Risco de Mercado	356 733 000	–
Activo ponderado por risco	41 387 214 000	27 673 297 000
Rácio de adequação do capital próprio	9,74%	13,29%

A partir de 1 de Janeiro de 2014, o rácio de adequação do capital próprio é calculado através das regras de Basileia II comparativamente ao período em que eram usadas as regras de Basileia I.

# Justo valor dos investimentos financeiros

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

## 4. Valorização dos instrumentos financeiros

O Banco mensura o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor, que reflecte a importância dos “inputs” utilizados na sua mensuração:

**Nível 1:** Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

**Nível 2:** Técnicas de valoração baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;

**Nível 3:** Técnicas de valoração utilizando inputs não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui “inputs” não baseados em dados observáveis e os “inputs” não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de valoração incluem o valor actual líquido e modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Pressupostos e “inputs” utilizados em técnicas de avaliação incluem as taxas de juro nulo e de referência, os “spreads” de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, preços de obrigações e Bilhetes do Tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data de relato, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor de instrumentos financeiros comuns e mais simples, como taxas de juro e permutas de moeda que utilizam apenas dados de mercado observáveis e exigem pouco julgamento e estimativa da administração. Normalmente, o mercado dispõe de preços observáveis e “inputs” do modelo para derivados transaccionados em bolsa e derivados simples negociáveis tais como, permutas de taxas de juro. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e “inputs” do modelo reduz a necessidade do julgamento e estimativa da gerência, reduzindo, também, a incerteza associada à determinação dos justos valores. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de “inputs” varia, dependendo dos produtos e dos mercados, sendo propensa às bases das mudanças em eventos específicos e às condições gerais dos mercados financeiros.

### Informação do justo valor

#### Empréstimos e adiantamentos a clientes

Na opinião da Administração, não é praticável determinar o justo valor dos empréstimos e adiantamentos devido ao facto do sistema não suportar e de não haver um sistema de avaliação de crédito externo para avaliar de forma independente o risco de crédito individual, de modo a determinar as taxas de desconto adequadas a serem usadas.

As características da carteira de empréstimos e adiantamentos são, contudo, apresentadas na Nota 15 e a gestão acredita que a quantia escriturada dos empréstimos se aproxima do seu justo valor devido ao facto de que:

- (a) Mais de 44% dos empréstimos vencerem dentro de 1 ano.
- (b) Imparidades prudentes e adequadas foram reconhecidas, numa base individual e de carteira, na determinação da quantia escriturada dos empréstimos e adiantamentos.

### Depósitos de bancos e clientes

Para os depósitos à ordem e depósitos sem maturidades definidas, o justo valor é assumido como sendo o valor pagável à ordem à data do relato.

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor em que a mensuração do justo valor é categorizada.

	Nota	2014 Nível 2 MT	2013 Nível 2 MT	2014 Nível 2 USD	2013 Nível 2 USD
<b>31 de Dezembro de 2014</b>					
Activos negociáveis	14	2 574 806 175	1 419 765 415	76 631 136	47 199 648
Activos derivados	13	68 966 772	1 656 577	2 052 583	55 072
Activos financeiros disponíveis para venda	15	5 580 395 525	3 713 929 404	166 083 200	123 468 398
		8 224 168 472	5 135 351 396	244 766 919	170 723 118
Passivos negociáveis	24	1 400 000 000	–	41 666 667	–
Passivos derivados detidos para gestão de riscos		89 669 397	–	2 669 625	–
		1 489 669 397	–	44 336 292	–

### Classificação de activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias.

Na classificação dos activos ou passivos financeiros como “detido para negociação” o Banco determinou que os mesmos satisfazem a descrição dos activos e passivos para negociação estabelecidos na política contabilística expressa na Nota 2.2 (h).

Ao se designarem os activos e passivos financeiros pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, o Banco determina que os mesmos satisfazem um dos critérios para esta designação, como estabelecido na política contabilística expressa na Nota 2.2 (h).

Na classificação dos activos financeiros como detidos-até-à maturidade, o Banco determinou que tem a intenção positiva e a capacidade de manter os activos até à data da sua maturidade, como exigido pela política contabilística definida na Nota 2.2 (h).

Na classificação dos activos financeiros como disponíveis-para-venda, o Banco determinou que os mesmos não satisfazem outra classificação, como referido na política contabilística definida na Nota 2.2 (h).

**Justo valor dos investimentos financeiros** | continuação**4. Valorização dos instrumentos financeiros** continuação

As tabelas apresentadas nas páginas seguintes resumem o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros:

	Nota	Detido para negociação MT	Empréstimos e contas a receber MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>			
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e depósitos no banco central	12	–	4 547 230 690
Activos derivados	13	68 966 772	–
Activos financeiros disponíveis para venda	15	–	–
Activos negociáveis	14	2 574 806 175	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.1	–	10 518 882 498
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16.2	–	22 911 169 928
Investimentos em capital próprio	17	–	–
Outros activos	19	–	–
		<b>2 643 772 947</b>	<b>37 977 283 116</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Depósitos de clientes	25	–	–
Outros passivos	31	–	–
Passivos derivados	13	89 699 397	–
Passivos negociáveis	24	1 400 000 000	–
Obrigações subordinadas	26	–	–
		<b>1 489 699 397</b>	<b>–</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>			
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e depósitos com banco central	12	–	3 517 999 468
Activos derivados	13	1 656 577	–
Activos financeiros disponíveis para venda	14	–	–
Activos negociáveis	15	1 419 765 415	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.1	–	14 177 101 805
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16.2	–	18 921 149 360
Investimentos financeiros	17	–	–
Outros activos	19	–	–
		<b>1 656 577</b>	<b>36 616 250 633</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Depósitos de clientes	25	–	–
Outros passivos	31	–	–
Obrigações subordinadas	26	–	–
		<b>–</b>	<b>–</b>



Disponíveis para venda MT	Outro custo amortizado MT	Outros activos/passivos não financeiros MT	Total da quantia escriturada MT	Justo valor MT
-	-	-	4 547 230 690	4 547 230 690
-	-	-	68 966 772	68 966 772
5 580 395 525	-	-	5 580 395 525	5 580 395 525
-	-	-	2 574 806 175	2 574 806 175
-	-	-	10 518 882 498	10 518 882 498
-	-	-	22 911 169 928	22 911 169 928
42 296 908	-	-	42 296 908	42 296 908
-	-	121 868 625	121 868 625	121 868 625
5 622 692 433	-	121 868 625	46 365 617 121	46 365 617 121
-	38 423 597 759	-	38 423 597 759	38 423 597 759
-	409 650 000	340 657 918	750 307 918	750 307 918
-	-	-	89 699 397	89 699 397
-	-	-	1 400 000 000	1 400 000 000
-	260 103 819	-	260 103 819	260 103 819
-	39 093 351 578	340 657 918	40 923 708 893	40 923 708 893
-	-	-	3 517 999 468	3 517 999 468
-	-	-	1 656 577	1 656 577
3 713 929 404	-	-	3 713 929 404	3 713 929 404
-	-	-	1 419 765 415	1 419 765 415
-	-	-	14 177 101 805	14 177 101 805
-	-	-	18 921 149 360	18 921 149 360
-	-	42 296 908	42 296 908	42 296 908
-	-	378 376 051	378 376 051	378 376 051
3 713 929 404	-	420 672 959	42 172 274 988	45 577 659 450
-	35 716 612 487	-	35 716 612 487	35 716 612 487
-	409 650 000	633 665 966	1 043 315 966	1 043 315 966
-	260 102 014	-	260 102 014	260 102 014
-	36 386 364 501	633 665 966	37 020 030 467	37 020 030 467

## Justo valor dos investimentos financeiros | continuação

### 4. Valorização dos instrumentos financeiros continuação

	Nota	Devido para negociação USD	Empréstimos e contas a receber USD
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>			
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e depósitos no banco centra	12	–	135 334 247
Activos derivados	13	2 052 583	–
Activos financeiros disponíveis para venda	14	–	–
Activos negociáveis	15	76 631 136	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.1	–	313 061 979
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16.2	–	681 880 057
Investimentos em capital próprio	17	–	–
Outros activos	19	–	–
		<b>78 683 719</b>	<b>1 130 276 283</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Depósitos de clientes	25	–	–
Outros passivos	31	–	–
Passivos derivados	13	2 669 625	–
Passivos negociáveis	24	41 666 667	–
Obrigações subordinadas	26	–	–
		<b>44 336 292</b>	<b>–</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>			
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e depósitos no banco central	12	–	116 954 770
Activos derivados	13	55 072	–
Activos financeiros disponíveis para venda	15	–	–
Activos negociáveis	14	47 199 648	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.1	–	471 313 225
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16.2	–	–
Investimentos em capital próprio	17	–	–
Outros activos	19	–	–
		<b>47 254 720</b>	<b>588 267 995</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Depósitos de clientes	25	–	–
Outros passivos	31	–	–
Obrigações subordinadas	26	–	–
		<b>–</b>	<b>–</b>

Disponíveis para venda USD	Outro custo amortizado USD	Outros activos/passivos não financeiros USD	Total da quantia escriturada USD	Justo valor USD
-	-	-	135 334 247	135 334 247
-	-	-	2 052 583	2 052 583
166 083 200	-	-	166 083 200	166 083 200
-	-	-	76 631 136	76 631 136
-	-	-	313 061 979	313 061 979
-	-	-	681 880 057	681 880 057
-	-	1 258 837	1 258 837	1 258 837
-	-	3 627 042	3 627 042	3 627 042
166 083 200	-	4 885 879	1 379 929 081	1 379 929 081
-	1 143 559 457	-	1 143 559 457	1 143 559 457
-	12 191 964	10 138 629	22 330 593	22 330 593
-	-	-	2 669 625	2 669 625
-	-	-	41 666 667	4 666 667
-	7 741 185	-	7 741 185	7 741 185
-	1 163 492 606	10 138 629	1 217 967 527	1 180 967 527
-	-	-	116 954 770	116 954 770
-	-	-	55 072	55 072
123 468 398	-	-	123 468 398	123 468 398
-	-	-	47 199 648	47 199 648
-	-	-	471 313 225	471 313 225
-	-	-	629 027 572	629 027 572
-	-	1 406 148	1 406 148	1 406 148
-	-	12 578 991	12 578 991	12 578 991
123 468 398	-	13 985 139	1 402 003 824	1 402 003 824
-	1 187 387 383	-	1 187 387 383	1 187 387 383
-	13 618 684	21 066 023	34 684 706	34 684 706
-	8 647 008	-	8 647 008	8 647 008
-	1 209 653 075	21 066 023	1 230 719 097	1 230 719 097

# Notas às demonstrações financeiras

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

5. Margem financeira	81
6. Rendimento líquido de taxas e comissões	81
7. Receitas líquidas em operações financeiras	81
8. Custos operacionais	81
9. Custos com imparidade do crédito	82
10. Imposto sobre o rendimento	82
11. Ganhos por acção	82
12. Caixa e depósitos com o Banco Central	82
13. Activos/passivos derivados	82
14. Activos negociáveis	83
15. Activos financeiros disponíveis para venda	84
16. Empréstimos e adiantamentos	86
17. Investimentos em capital próprio	87
18. Propriedade e equipamento	88
19. Outros activos	92
20. Capital autorizado	92
21. Reserva legal	92
22. Outras reservas	93
23. Resultados acumulados	93
24. Passivos negociáveis	93

25. Depósitos de clientes	94
26. Obrigações subordinadas	94
27. Passivo de imposto corrente	94
28. Activo do fundo de pensões	95
29. Passivo com assistência médica pós-reforma	97
30. Imposto diferido	98
31. Outros passivos	98
32. Transacções com partes relacionadas	99
33. Caixa gerado pelas operações	100
34. Variações no capital circulante	100
35. Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa	100
36. Taxas de conversão	100
37. Eventos subsequentes	100

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>5. Margem financeira</b>				
<b>Juro e rendimentos similares</b>				
Operações do mercado monetário	297 740 758	271 481 968	9 495 022	9 019 334
Empréstimos e adiantamentos	2 301 173 739	2 104 102 059	73 384 971	69 903 723
Títulos de investimento	242 300 117	196 753 496	7 727 008	6 536 661
	2 841 214 614	2 572 337 523	90 607 001	85 459 718
<b>Juros e encargos similares</b>				
Depósitos de clientes	(251 068 662)	(195 206 640)	(8 006 638)	(6 485 270)
Obrigações subordinadas	(18 402 674)	(12 530 652)	(586 866)	(416 301)
	(269 471 336)	(207 737 292)	(8 593 504)	(6 901 571)
<b>Margem financeira</b>	<b>2 571 743 278</b>	<b>2 364 600 231</b>	<b>82 013 497</b>	<b>78 558 147</b>
<b>6. Rendimento líquido de taxas e comissões</b>				
<b>Rendimento de taxas e comissões</b>				
Pagamento e taxas de transacção	359 978 916	344 206 595	11 479 812	11 435 435
Taxas de documentação e administração	74 798 567	70 328 522	2 385 344	2 336 496
Honorários de serviços aos clientes	459 851 604	432 795 436	14 664 776	14 378 586
	894 629 087	847 330 553	28 529 932	28 150 517
<b>Gastos com taxas e comissões</b>				
Taxa de cartão de crédito	(7 042 215)	(17 657 830)	(224 578)	(586 639)
Honorários de garantias	(4 478 370)	(3 471 351)	(142 816)	(115 327)
	(11 520 585)	(21 129 181)	(367 394)	(701 966)
<b>Rendimento líquido de taxas e comissões</b>	<b>883 108 502</b>	<b>826 201 372</b>	<b>28 162 538</b>	<b>27 448 551</b>
<b>7. Receitas líquidas em operações financeiras</b>				
Ganhos líquidos em transacções cambiais	1 894 466 122	1 394 439 211	60 414 969	46 326 884
	1 894 466 122	1 394 439 211	60 414 969	46 326 884
<b>8. Custos operacionais</b>				
Custos administrativos	1 099 359 867	856 259 585	35 058 844	28 447 163
Custos de locação operacional	79 234 154	68 612 858	2 526 796	2 279 497
Custos com o pessoal (nota 8.1)	1 606 184 148	1 451 062 215	51 221 589	48 208 047
Depreciação e amortização	130 177 426	113 207 011	4 151 389	3 761 030
Honorários dos Administradores	4 047 602	3 978 693	129 079	132 182
Honorários pelos serviços prestados como administradores	4 047 602	3 978 693	129 079	132 182
	2 919 003 197	2 493 120 362	93 087 697	82 827 919
<b>8.1 Custos com o pessoal</b>				
Salários e subsídios	1 520 590 106	1 296 400 430	48 491 975	43 069 782
Benefícios de pensão e reforma	29 488 943	124 168 232	940 409	4 125 190
Plano de acções do grupo	11 646 948	3 746 198	371 424	124 458
Outros custos relacionados com o pessoal	44 458 151	26 747 355	1 417 781	888 617
	1 606 184 148	1 451 062 215	51 221 589	48 208 047

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>9. Custos com imparidade do crédito</b>				
<b>Abates</b>				
Imparidade dos empréstimos em conformidade	40 858 440	82 520 021	1 302 985	2 741 529
Imparidade específica nos empréstimos em inconformidade	178 186 485	261 260 837	5 682 409	8 679 762
Reversões e recuperações	(26 038 351)	(17 441 202)	(830 369)	(579 442)
<b>Imparidade líquida em empréstimos</b>	<b>193 006 574</b>	<b>326 339 656</b>	<b>6 155 025</b>	<b>10 841 849</b>
<b>10. Imposto sobre o rendimento</b>				
Imposto corrente (Nota 27)	671 003 398	512 568 399	21 398 456	17 028 851
Imposto diferido	(12 787 170)	5 897 769	(407 786)	195 939
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>658 216 228</b>	<b>518 466 168</b>	<b>20 990 670</b>	<b>17 224 790</b>
<b>Reconciliação da taxa efectiva de cobrança de impostos</b>				
<b>Lucro antes de impostos</b>	<b>2 235 804 860</b>	<b>1 764 905 341</b>	<b>71 300 342</b>	<b>58 634 729</b>
Imposto à taxa em vigor de 32%	715 457 555	564 769 710	22 816 109	18 763 114
Ajustamentos ao imposto:				
Efeito do rendimento sujeito a taxas de imposto diferentes	(73 905 262)	(75 127 571)	(2 356 856)	(2 495 933)
Impacto dos custos e rendimentos não dedutíveis	16 663 935	28 824 029	531 417	957 608
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>658 216 228</b>	<b>518 466 168</b>	<b>20 990 670</b>	<b>17 224 789</b>

**11. Ganhos por acção****Ganhos por acção básicos e diluídos**

Os ganhos por acção básicos e diluídos de MT6.10 (2013: MT4.82) baseiam-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários de MT1 577 588 632 (2013: MT1 246 439 173) e são calculados com base na média ponderada do número das acções ordinárias emitidas de 258 800 000 (2013: 258 800 000).

**Número médio ponderado de acções ordinárias**

	2014	2013
Número médio ponderado de acções ordinárias (básico)	258 800 000	258 800 000
Número médio ponderado de acções ordinárias (diluídos)	258 800 000	258 800 000

**12. Caixa e depósitos com o Banco Central**

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Saldos de caixa	1 365 252 825	1 250 950 030	40 632 525	41 587 435
Depósitos no Banco de Moçambique	3 181 977 865	2 267 049 438	94 701 722	75 367 335
	<b>4 547 230 690</b>	<b>3 517 999 468</b>	<b>135 334 247</b>	<b>116 954 770</b>

O depósito detido no Banco de Moçambique inclui um saldo restrito para permitir que o banco possa satisfazer os requisitos da reserva estatutária para um mínimo de 8% do total dos depósitos, nos termos do Aviso nr. 01/GBM/2012 emitido em 26 Abril 2012. As reservas obrigatórias não rendem juros. Os saldos de caixa representam as notas e moedas detidas no final do ano.

**13. Activos/passivos derivados**

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>13.1 Activos/passivos derivados</b>				
Contratos cambiais – Activo	68 966 772	1 656 577	2 052 583	55 072
Contratos cambiais – Passivo	89 699 397	–	2 669 625	–

Os derivados são Contratos Cambiais a prazo. Informações adicionais estão incluídas na secção respeitante a Gestão de Risco Financeiro (consulte a nota 3.3).

## 14. Activos negociáveis

Os instrumentos negociáveis comportam os Bilhetes do Tesouro que são adquiridos com o propósito de obter ganhos a curto-prazo. Estes activos são classificados como instrumentos mantidos para negociação.

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Obrigações</b>				
Companhia de Moçambique/2013 Série I	21 335 055	21 467 505	634 972	713 680
Companhia de Moçambique/2013 Série II	50 337 523	50 308 057	1 498 141	1 672 475
Obrigações do Governo (OT/2013 Série III)	204 275 715	203 995 939	6 079 634	6 781 780
Obrigações do Governo (OT/2011 )	379 841 611	446 099 995	11 304 810	14 830 452
Obrigações do Governo (OT 2014/ série)	262 523 468	–	7 813 198	–
Obrigações Comerciais da Petromoc 2012 Série V	–	213 864 004	–	7 109 841
Obrigações Comerciais da Petromoc 2013 Série V	–	282 325 256	–	9 385 813
Obrigações Comerciais da Petromoc 2014 Série I	99 632 162	–	2 965 243	–
Obrigações Comerciais da Petromoc 2014 Série II	353 435 160	–	10 518 904	–
<b>Investimentos a curto prazo</b>				
Crédito interbancário	–	201 704 659	–	6 705 607
Bilhetes do Tesouro	1 203 425 481	–	35 816 234	–
	<b>2 574 806 175</b>	<b>1 419 765 415</b>	<b>76 631 136</b>	<b>47 199 648</b>

Até à data de relato um valor de MT54 331 550 (2013: nulo) não tinha sido reconhecido nos lucros ou prejuízos sendo rendimentos financeiros não realizados nos Bilhetes do Tesouro.

### Análise de maturidade dos activos negociáveis

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Maturidade entre 1<6 meses	342 876 425	861 668 658	10 204 655	28 645 900
Maturidade entre 6<12 meses	1 313 616 379	282 325 256	39 095 726	9 385 813
Maturidade superior a 12 meses	918 313 371	275 771 501	27 330 755	9 167 935
	<b>2 574 806 175</b>	<b>1 419 765 415</b>	<b>76 631 136</b>	<b>47 199 648</b>

### Companhia de Moçambique 2013 – Série I

Trata-se de obrigações comerciais de 4 anos emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos têm uma taxa de cupão fixa de 13%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%.

### Companhia de Moçambique 2013 – Série II

Trata-se de obrigações comerciais de 4 anos emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos apresenta uma taxa de cupão fixa de 12,75%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%.

### Obrigações do Governo (OT/2011)

Representam as Obrigações de 5 anos emitidas em 7 de Dezembro de 2011, com o valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no final do ano era de MT100. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os primeiros 30 meses apresentam uma taxa de cupão fixa de 17%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de crédito interbancário acrescida de 0,5%. O reembolso do capital é efectuado no final do período em 07 Dezembro de 2016, mas há uma opção de compra que pode ser exercida no final dos primeiros 30 meses.

### Obrigações do Governo (OT/2013 Série 3)

Representam as Obrigações do Tesouro de 5 anos subscritas em 19 de Setembro de 2013, com o valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 9,875%. A Obrigação rende juros a cada 6 meses.

### Obrigações do Governo (OT/2014 Série 5)

Representam as Obrigações do Tesouro de 4 anos emitidas em 21 de Agosto de 2014 com o valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT100. A taxa de cupão é a taxa fixa de 10,00%. A Obrigação rende juros a cada 6 meses.

### Obrigações Comerciais da Petromoc 2013 – Série 4

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 20 de Maio de 2013, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 12,5%. O capital será reembolsado no final do período contratual.

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

## 14. Activos negociáveis continuação

**Obrigações Comerciais da Petromoc 2013 – Série 5**

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 28 de Junho de 2013, com o valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT100. A taxa de cupão é a Facilidade Permanente de Cedência acrescida de uma margem de 3% com o pagamento de juros mensal. O capital será reembolsado no final do período contratual.

**Obrigações Comerciais da Petromoc 2014 – Série I**

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 22 de Fevereiro de 2014 com o valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 11,25%. O capital será reembolsado no final do período contratual.

**Obrigações Comerciais da Petromoc 2014 – Série 5**

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 30 de Junho de 2014 com o valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 11,25%. O capital será reembolsado no final do período contratual.

## 15. Activos financeiros disponíveis para venda

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Obrigações de empresas</b>				
Petromoc 2013 série I	–	295 915 988	–	9 837 633
Petromoc 2014 série I	<b>198 706 141</b>	–	<b>5 913 873</b>	–
EMATUM	<b>912 180 215</b>	868 451 905	<b>27 148 221</b>	28 871 406
<b>Obrigações do governo</b>				
Governo (OT 2005 série III)	<b>199 438 779</b>	197 674 216	<b>5 935 678</b>	6 571 616
Governo (OT/2009 I)	–	409 477 050	–	13 612 934
Governo (OT 2011)	<b>623 496 466</b>	619 947 529	<b>18 556 442</b>	20 609 958
Governo (OT 2012)	<b>137 595 028</b>	136 741 573	<b>4 095 090</b>	4 545 930
Governo (OT 2013 série III)	<b>604 811 577</b>	–	<b>18 000 345</b>	–
Governo (OT 2014 série VI)	<b>397 716 446</b>	–	<b>11 836 799</b>	–
Governo (OT 2014 série VII)	<b>63 043 786</b>	–	<b>1 876 303</b>	–
<b>Obrigações do tesouro</b>				
Emitidas pelo Governo	<b>2 443 407 087</b>	1 185 721 143	<b>72 720 449</b>	39 418 921
	<b>5 580 395 525</b>	3 713 929 404	<b>166 083 200</b>	123 468 398

**(Obrigações Comerciais da Petromoc 2013 – Série I)**

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 25 de Fevereiro de 2013 com o valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 12,5% com pagamentos de juros mensais. O capital será reembolsado no final do período contratual.

**(Obrigações Comerciais da Petromoc 2014 – Série I)**

Trata-se de obrigações comerciais de 1 ano emitidas ao público em 24 de Fevereiro de 2014 com o valor nominal de MT100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 11,25% com pagamentos de juros mensais. O capital será reembolsado no final do período contratual.

**(Obrigações da Empresa Moçambicana de Atum S.A. – EMATUM)**

Trata-se de obrigações comerciais de 7 anos denominadas em USD emitidas ao público em 11 de Setembro de 2013 com o valor nominal de USD 92.051 cada. No final do ano o valor nominal era de USD 92.051. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 6,305% com pagamentos de juros semestrais.

**Obrigações do Governo (OT/2005 série III)**

Trata-se de obrigações comerciais de 10 anos emitidas em 22 de Novembro de 2005 com o valor nominal de MT100 cada. No final do ano o valor nominal era de MT67.01. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das últimas 6 emissões de 1 ano dos Bilhetes do Tesouro (TBS) + 0,75% e os juros são recebidos semestralmente.

**Obrigações do Governo (OT/2009)**

Estas são obrigações de 5 anos e foram emitidas em 19 Maio de 2009 com o valor nominal de MT100 cada. No final do ano esta garantia tinha atingido a maturidade. A obrigação vence juros a cada 6 meses e a primeira taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 12,5% subsequentemente esta taxa do cupão será a maior da taxa de juro média ponderada das últimas 6 emissões dos bilhetes do tesouro de mais de 60 dias e 180 dias acrescidas de uma margem de 0,5%. Os juros são calculados sobre o ciclo 360 dias com 30 dias como número correspondente a um mês. O reembolso de capital foi efectuado no final do período de 19 de Maio de 2014.



### Obrigações do Governo (OT/2012)

Representam as Obrigações do Tesouro de emitidas em 22 de Agosto de 2012 com o valor nominal de MT100 cada. No final do ano o valor nominal da obrigação era de MT100. A taxa de cupão representa a taxa de juro media ponderada dos últimos 6 bilhetes do tesouro emitidos para mais de 60 dias e 180 dias acrescidas de uma margem de 2,5%. O juro é recebido a cada seis meses.

### Obrigações do Governo (OT/2013 Série III)

Representam obrigações do tesouro de 4 anos emitidas em 19 de Setembro de 2013 com valor nominal de MT100 cada. No final do ano o valor nominal da obrigação era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 9,875%. O juro é pago a cada seis meses.

### Obrigações do Governo (OT/2014 Série 6)

Representam obrigações do tesouro de 4 anos emitidas em 5 de Novembro de 2014 com valor nominal de MT100 cada. No final do ano o valor nominal da obrigação era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 10,75%. O juro é pago a cada seis meses.

### Obrigações do Governo (OT/2014 Série 7)

Representam obrigações do tesouro de 4 anos emitidas em 19 de Novembro de 2014 com valor nominal de MT100 cada. No final do ano o valor nominal da obrigação era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 10,25%. O juro é pago a cada seis meses.

### Obrigações do Governo (OT/2014 Série 8)

Representam obrigações do tesouro de 4 anos emitidas em 3 de Dezembro de 2014 com valor nominal de MT100 cada. No final do ano o valor nominal da obrigação era de MT100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 10,125%. O juro é pago a cada seis meses.

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Bilhetes do Tesouro e obrigações</b>				
O perfil da maturidade dos investimentos financeiros à data de relato apresenta-se como segue:				
Maturidade entre 1 < 6 meses	2 500 652 133	1 428 527 428	74 424 170	47 490 938
Maturidade entre 6 < 12 meses	964 396 340	462 586 660	28 702 272	15 378 546
Maturidade superior a 12 meses	2 115 347 052	1 822 815 316	62 956 758	60 598 914
	5 580 395 525	3 713 929 404	166 083 200	123 468 398

O desconto nos Bilhetes de Tesouro varia de 6,67% para 7,40% (2013: 2,71% para 7,2%) sendo reconhecido em juros e rendimentos similares. Até à data de relato o valor de MT51 271 851 (2013: MT48 494 079) não havia sido reconhecido em lucros ou prejuízos sendo rendimentos financeiros não realizados.

Os Bilhetes do Tesouro não têm cotação na Bolsa. Tanto as Obrigações das Empresas, como as Obrigações do Governo estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique.

## 15.1 Mensurações subseqüentes de activos disponíveis para venda

O ganho no justo valor de MT21 617 694 (2013: perda de MT67 957 152) resultante da reavaliação para o justo valor de activos financeiros disponíveis para venda foi reconhecido directamente no capital próprio de acordo com a NIC 39. As taxas de desconto base dos Bilhetes de Tesouro, acrescidas de uma margem de lucro contratual para obrigações de empresas e do governo e um spread de 0% para os Bilhetes de Tesouro, foram usadas na reavaliação do justo valor.

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

## 16. Empréstimos e adiantamentos

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>16.1 Empréstimos e adiantamentos a bancos</b>				
Contas correntes de compensação	2 039 942 045	1 423 862 279	60 712 561	47 335 847
Depósitos a prazo	8 478 940 453	12 753 239 526	252 349 418	423 977 378
	10 518 882 498	14 177 101 805	313 061 979	471 313 225
As maturidades dos depósitos noutros bancos apresentam-se como se segue:				
1 mês	4 294 531 277	6 453 989 813	127 813 431	214 560 832
1 mês a 3 meses	2 816 434 319	4 764 519 832	83 822 450	158 394 941
3 meses > 6 meses	2 621 539 949	2 352 254 297	78 022 022	78 199 943
6 meses > 12 meses	786 376 953	606 337 863	23 404 076	20 157 509
	10 518 882 498	14 177 101 805	313 061 979	471 313 225
<b>16.2 Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>				
<b>Empréstimos a prazo</b>				
Moeda local	10 313 412 331	8 664 841 998	306 946 796	288 059 907
Moeda estrangeira	5 739 216 720	5 481 168 348	170 810 021	182 219 692
	16 052 629 051	14 146 010 346	477 756 817	470 279 599
<b>Descobertos bancários</b>				
Moeda local	5 117 072 746	3 362 860 602	152 293 832	111 797 227
Moeda estrangeira	1 706 709 840	1 340 220 269	50 794 936	44 555 195
	6 823 782 586	4 703 080 871	203 088 768	156 352 422
<b>Empréstimos em incumprimento</b>				
Moeda local	323 730 416	461 180 741	9 634 834	15 331 807
Moeda estrangeira	131 912 302	44 830 599	3 925 961	1 490 379
	455 642 718	506 011 340	13 560 795	16 822 186
<b>Total</b>	<b>23 332 054 355</b>	<b>19 355 102 557</b>	<b>694 406 380</b>	<b>643 454 207</b>
Menos: provisões para imparidade				
– Imparidade colectiva	(201 296 391)	(160 437 951)	(5 990 965)	(5 333 708)
– Imparidade individual	(219 588 036)	(273 515 246)	(6 535 358)	(9 092 927)
<b>Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes</b>	<b>22 911 169 928</b>	<b>18 921 149 360</b>	<b>681 880 057</b>	<b>629 027 572</b>
<b>16.3 Maturidade dos empréstimos</b>				
1 mês	9 837 466 908	8 064 954 487	292 781 753	268 116 838
1 mês a 3 meses	1 960 803 008	514 133 108	58 357 232	17 092 191
3 meses a 1 ano	1 910 044 726	924 118 252	56 846 569	30 722 016
1 ano a 5 anos	9 168 096 996	9 345 885 370	272 860 030	310 700 976
Sem maturidade fixa	455 642 717	506 011 340	13 560 796	16 822 186
	23 332 054 355	19 355 102 557	694 406 380	643 454 207
Os empréstimos sem maturidade fixa representam os empréstimos vencidos (consulte a nota 16.2).				
<b>Imparidade de empréstimos e adiantamentos</b>				
Saldo no início do ano	433 953 197	316 740 726	14 426 635	10 646 747
Reversão da imparidade	(26 038 351)	(17 441 202)	(830 369)	(579 442)
Empréstimos anulados	(206 075 344)	(209 127 185)	(6 077 777)	6 952 752
Imparidade do ano				
– específica	178 186 485	261 260 837	5 682 409	8 679 762
– carteira	40 858 440	82 520 021	1 302 985	2 741 529
Diferenças cambiais	–	–	(1 977 560)	(109 209)
<b>Saldo no fim do ano</b>	<b>420 884 427</b>	<b>433 953 197</b>	<b>12 526 323</b>	<b>14 426 635</b>
Compreendendo:				
Dedução por imparidade individual	219 588 036	273 515 246	6 535 358	9 092 927
Dedução por imparidade colectiva	201 296 391	160 437 951	5 990 965	5 333 708
<b>Saldo do fim do ano</b>	<b>420 884 427</b>	<b>433 953 197</b>	<b>12 526 323</b>	<b>14 426 635</b>

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>16.4 Locações financeiras</b>				
Perfil da maturidade dos activos em locação financeira a partir da data do relato				
Investimento bruto em prestações financeiras	<b>1 266 770 694</b>	1 532 869 105	<b>37 701 509</b>	50 959 744
Rendimento financeiro não obtido	<b>(173 264 394)</b>	(197 331 295)	<b>(5 156 678)</b>	(6 560 216)
Investimento líquido em prestações financeiras	<b>1 093 506 300</b>	1 335 537 810	<b>32 544 831</b>	44 399 528
A receber em 1 ano	<b>595 092 213</b>	753 434 395	<b>17 711 078</b>	25 047 686
A receber depois de 1 ano e até 5 anos	<b>671 678 481</b>	779 434 710	<b>19 990 431</b>	25 912 058
	<b>1 266 770 694</b>	1 532 869 105	<b>37 701 509</b>	50 959 744
<b>17. Investimentos em capital próprio</b>				
<b>Investimentos em capital próprio e outros investimentos sem rendimento fixo</b>				
Não cotados	<b>43 387 058</b>	43 387 058	<b>1 291 281</b>	1 442 389
Prejuízos acumulados de investimentos não-cotados em Bolsa	<b>(1 090 150)</b>	(1 090 150)	<b>(32 444)</b>	(36 242)
	<b>42 296 908</b>	42 296 908	<b>1 258 837</b>	1 406 148
<b>17.1 Incluem-se nos investimentos não cotados na Bolsa de Valores, os seguintes:</b>				
a. Obrigações	<b>2 500</b>	2 500	<b>74</b>	83
b. Participação no capital social:				
– Parque Industrial da Matola (PIM)	<b>1 121 306</b>	1 121 306	<b>33 372</b>	37 277
– Interbancos S.A.	<b>1 090 150</b>	1 090 150	<b>32 445</b>	36 242
– SIMO	<b>41 173 102</b>	41 173 102	<b>1 225 390</b>	1 368 787
	<b>43 387 058</b>	43 387 058	<b>1 291 281</b>	1 442 389
<b>17.2 Interbancos SA</b>				
O investimento na Interbancos SARL representa uma participação de 17% no capital social da associada (16% de forma directa e 1% de forma indirecta).				
A parcela de prejuízos acumulados que compete ao Banco após aquisição da Interbancos, SARL foi limitada ao valor do investimento de MT1 090 150. A administração do Banco não dispõe de informação suficiente que permita justificar a anulação dos prejuízos reconhecidos.				

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

## 18. Propriedade e equipamento

## 18.1 Propriedade e equipamento

	Edifícios MT	Equipamento MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>		
Quantia escriturada	552 446 313	216 215 417
Reavaliação	332 827 515	–
Adições	270 097 596	27 390 762
Transferências	655 659 474	34 906 751
Abates	–	(460 997)
Depreciação	(14 591 589)	(80 505 605)
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1 796 439 309</b>	<b>197 546 328</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>		
Custo/avaliação	1 960 320 641	726 664 821
Depreciação acumulada	(163 881 332)	(529 118 493)
<b>Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1 796 439 309</b>	<b>197 546 328</b>

O Banco realizou a reavaliação de todos os seus edifícios, em Agosto de 2014. A reavaliação foi realizada por avaliadores profissionais independentes, tendo resultado num excedente de reavaliação de MT332 827 515. Este valor é superior ao valor apurado na reavaliação anterior de Novembro 2011 com o justo valor de MT168 219 251. Aprovação do valor reavaliado para fins fiscais ainda está a ser analisada pelo Ministério da Economia e Finanças. Após a aprovação, os valores reavaliados passaram a ser a quantia escriturada dos edifícios para fins fiscais. Os administradores não têm nenhuma razão para acreditar que tal aprovação não seja concedida.

	Edifícios MT	Equipamento MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>		
Quantia escriturada	496 342 618	197 293 542
Adições	61 989 648	66 052 100
Transferências	356 064	30 089 759
Abates	–	(681 482)
Depreciação	(6 242 017)	(76 538 501)
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>552 446 313</b>	<b>216 215 418</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>		
Custo/avaliação	701 736 056	664 828 306
Depreciação acumulada	(149 289 743)	(448 612 888)
<b>Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>552 446 313</b>	<b>216 215 418</b>

<b>Veículos MT</b>	<b>Mobiliário de escritório MT</b>	<b>Obras em curso MT</b>	<b>Total MT</b>
22 521 941	120 693 741	931 183 708	<b>1 843 061 120</b>
–	–	–	<b>332 827 515</b>
5 601 840	39 832 430	455 955 868	<b>798 878 496</b>
–	3 538 340	(721 335 983)	<b>(27 231 418)</b>
(531 778)	(1 042 275)	–	<b>(2 035 050)</b>
(11 056 730)	(14 799 083)	–	<b>(120 953 007)</b>
<b>16 535 273</b>	<b>148 223 153</b>	<b>665 803 593</b>	<b>2 824 547 656</b>
107 521 817	254 951 061	665 803 593	<b>3 715 261 933</b>
(90 986 544)	(106 727 908)	–	<b>(890 714 277)</b>
<b>16 535 273</b>	<b>148 223 153</b>	<b>665 803 593</b>	<b>2 824 547 656</b>

<b>Veículos MT</b>	<b>Mobiliário de escritório MT</b>	<b>Obras em curso MT</b>	<b>Total MT</b>
23 605 719	110 454 933	413 411 258	<b>1 241 108 070</b>
10 926 497	20 401 566	551 193 857	710 563 668
–	2 975 584	(33 421 407)	–
(120 417)	(73 557)	–	(875 455)
(11 889 858)	(13 064 786)	–	(107 735 163)
<b>22 521 941</b>	<b>120 693 740</b>	<b>931 183 708</b>	<b>1 843 061 120</b>
102 451 755	212 622 565	931 183 708	2 612 822 390
(79 929 814)	(91 928 825)	–	(769 761 270)
<b>22 521 941</b>	<b>120 693 740</b>	<b>931 183 708</b>	<b>1 843 061 120</b>

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

## 18. Propriedade e equipamento continuação

## 18.1 Propriedade e equipamento continuação

	Edifícios MT	Equipamento MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>		
Quantia escriturada	<b>18 365 901</b>	<b>7 188 013</b>
Reavaliação	9 905 581	–
Adições	8 038 619	815 201
Transferências	19 513 675	1 038 891
Abates/Reavaliação	9 905 581	(13 720)
Depreciação	(465 329)	(2 567 343)
Ajustamento cambial	(1 892 991)	(581 687)
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>53 465 456</b>	<b>5 879 355</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>		
Custo/reavaliação	58 342 877	21 626 929
Depreciação acumulada	(4 877 421)	(15 747 574)
<b>Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>53 465 456</b>	<b>5 879 355</b>
	Edifícios MT	Equipamento MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>		
Quantia escriturada	<b>16 683 785</b>	<b>6 631 717</b>
Adições	2 060 826	2 195 881
Transferências	11 837	1 000 324
Abates	–	(22 656)
Depreciação	(207 376)	(2 542 807)
Ajustamento cambial	(183 171)	(74 446)
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>18 365 901</b>	<b>7 188 013</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>		
Custo/reavaliação	23 328 991	22 102 005
Depreciação acumulada	(4 963 090)	(14 913 992)
<b>Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>18 365 901</b>	<b>7 188 013</b>

<b>Veículos MT</b>	<b>Mobiliário de escritório MT</b>	<b>Investimentos em curso MT</b>	<b>Total MT</b>
<b>748 734</b>	<b>4 012 426</b>	<b>30 956 905</b>	<b>61 271 979</b>
–	–	–	<b>9 905 581</b>
166 721	1 185 489	13 570 115	<b>23 776 145</b>
–	105 308	(21 468 333)	<b>(810 459)</b>
(15 827)	(31 020)	–	<b>(60 567)</b>
(352 602)	(471 946)	–	<b>(3 857 220)</b>
(54 907)	(388 852)	(3 243 104)	<b>(6 161 541)</b>
<b>492 119</b>	<b>4 411 405</b>	<b>19 815 583</b>	<b>84 063 918</b>
3 200 052	7 587 831	19 815 583	<b>110 573 272</b>
(2 707 933)	(3 176 426)	–	<b>(26 509 354)</b>
<b>492 119</b>	<b>4 411 405</b>	<b>19 815 583</b>	<b>84 063 918</b>
<b>Veículos MT</b>	<b>Mobiliário de escritório MT</b>	<b>Investimentos em curso MT</b>	<b>Total MT</b>
<b>793 469</b>	<b>3 712 771</b>	<b>13 896 176</b>	<b>41 717 918</b>
363 248	678 243	18 324 264	23 622 462
–	98 923	(1 111 084)	–
(4 003)	(2 445)	–	(29 104)
(395 012)	(434 046)	–	(3 579 241)
(8 968)	(41 020)	(152 451)	(460 056)
<b>748 734</b>	<b>4 012 426</b>	<b>30 956 905</b>	<b>61 271 979</b>
3 405 976	7 068 570	30 956 905	86 862 447
(2 657 242)	(3 056 144)	–	(25 590 468)
<b>748 734</b>	<b>4 012 426</b>	<b>30 956 905</b>	<b>61 271 979</b>

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

## 18. Propriedade e equipamento continuação

			MT Software	USD Software
18.2	<b>Activos intangíveis</b>			
	<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>			
	Quantia escriturada de abertura		13 025 237	433 020
	Adições		5 880 707	175 021
	Transferências		27 231 418	810 459
	Amortização		(9 224 419)	(274 536)
	Diferenças cambiais		–	(45 365)
	<b>Quantia escriturada de fecho</b>		<b>36 912 943</b>	<b>1 098 599</b>
	Custo		183 337 219	5 456 464
	Amortização acumulada		(146 424 276)	(4 357 865)
	<b>Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2014</b>		<b>36 912 943</b>	<b>1 098 599</b>
	<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>			
	Quantia escriturada		10 972 086	368 810
	Adições		7 525 000	250 166
	Amortização		(5 471 849)	(181 910)
	Diferenças cambiais		–	(4 046)
	<b>Quantia escriturada de fecho</b>		<b>13 025 237</b>	<b>433 020</b>
	Custo		150 225 094	4 994 185
	Amortização acumulada		(137 199 857)	(4 561 165)
	<b>Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>13 025 237</b>	<b>433 020</b>
		<b>2014 MT</b>	<b>2013 MT</b>	<b>2014 USD</b>
				<b>2013 USD</b>
19.	<b>Outros activos</b>			
	Outras contas a receber	69 260 953	42 382 872	2 061 337
	Receitas acrescidas	–	3 079 589	–
	Custos pré-pagos	52 607 672	41 801 810	1 565 705
	Contas de compensação	–	291 111 780	–
		121 868 625	378 376 051	3 627 042
				12 578 991
20.	<b>Capital autorizado</b>			
20.1	<b>Autorizado</b>			
	258 800 000 acções ordinárias de MT5 cada	1 294 000 000	1 294 000 000	54 054 195
20.2	<b>Emitido e pago integralmente</b>			
	258 800 000 acções ordinárias de MT5 cada	1 294 000 000	1 294 000 000	54 054 195
	Todas as acções estão igualmente qualificadas para o pagamento de dividendos.			
21.	<b>Reserva legal</b>			
	No início do ano	725 742 692	538 776 816	28 054 124
	Transferências durante o ano	236 638 295	186 965 876	7 546 451
		962 380 987	725 742 692	35 600 575
				28 054 124

Nos termos da Legislação Moçambicana, o Banco tem de reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem não inferior a 15% dos seus lucros líquidos de impostos, até que a reserva atinja um valor igual ao do capital social emitido.



	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>22. Outras reservas</b>				
Reserva de reavaliação (22.1)	343 655 319	117 332 609	12 614 433	5 396 948
Plano de acções do grupo	21 084 761	18 517 719	685 848	603 984
Reserva para riscos gerais de crédito (22.2)	1 942 540 262	1 886 472 838	65 504 074	63 716 071
Reserva de reavaliação dos activos disponíveis para venda (22.3)	12 641 652	(3 954 628)	590 755	96 819
Reverva de conversão cambial	–	–	(55 742 835)	(29 657 015)
Outras reservas	1 066 547	897 535	22 387	17 357
	<b>2 320 988 541</b>	<b>2 019 266 073</b>	<b>23 674 662</b>	<b>40 174 164</b>

**22.1** A reserva de reavaliação foi criada a partir do excedente apurado na reavaliação dos edifícios do Banco, de acordo com a Nota 2.2 (i) das políticas contabilísticas. A última reavaliação teve lugar em 31 de Agosto de 2014 e foi realizada por avaliadores independentes com utilização do Valor de Mercado Livre. A reserva é transferida directamente para lucros acumulados quando o excedente é realizado na venda dos respectivos edifícios.

**22.2** A reserva para riscos gerais de crédito representa o valor pelo qual as provisões gerais exigidas, de acordo com a circular 07/ GGBM/2007 do Banco de Moçambique, excederam o total da imparidade dos empréstimos em carteira, nos termos da NIC 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 2.2 (h)).

**22.3 Reserva de reavaliação dos activos disponíveis para venda**

Esta reserva foi criada para representar os ganhos e perdas resultantes da reavaliação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

**22.4 Plano de acções do Grupo**

Estas são acções atribuídas a alguns membros do pessoal, conforme detalhado na política contabilística 2.2 (e)

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>23. Resultados acumulados</b>				
No início do ano	2 740 492 452	3 481 564 416	103 099 872	127 733 775
Resultado líquido do ano	1 577 588 632	1 246 439 173	50 309 672	41 409 939
Dividendos declarados	(623 219 587)	(621 763 704)	(19 874 619)	(20 670 336)
Remensuração do fundo de pensões	(20 688 000)	(74 452 000)	(659 745)	(2 473 488)
Transferências líquidas durante o ano	(292 705 718)	(1 291 295 433)	(9 334 454)	(42 900 018)
	<b>3 381 467 779</b>	<b>2 740 492 452</b>	<b>123 540 726</b>	<b>103 099 872</b>
<b>24. Passivos negociáveis</b>	<b>1 400 000 000</b>	–	<b>41 666 667</b>	–
Os passivos negociáveis dizem respeito aos empréstimos interbancários de curto prazo que são usados para financiar os activos negociáveis. Estes são garantidos por um penhor sobre os bilhetes do tesouro com o Banco central.				
<b>Maturidade de passivos negociáveis</b>				
1 mês	<b>1 400 000 000</b>	–	<b>41 666 667</b>	–

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>25. Depósitos de clientes</b>				
<b>À ordem</b>				
Em moeda local	17 227 367 563	14 099 676 493	512 719 272	468 739 245
Em moeda estrangeira	17 771 629 480	18 136 812 264	528 917 544	602 952 535
	<b>34 998 997 043</b>	32 236 488 757	<b>1 041 636 816</b>	1 071 691 780
<b>A prazo</b>				
Em moeda local	2 456 075 224	2 418 078 218	73 097 477	80 388 239
Em moeda estrangeira	968 525 492	1 062 045 512	28 825 163	35 307 364
	<b>3 424 600 716</b>	3 480 123 730	<b>101 922 640</b>	115 695 603
<b>Total</b>	<b>38 423 597 759</b>	35 716 612 487	<b>1 143 559 456</b>	1 187 387 383
<b>Maturidade dos depósitos a prazo</b>				
1 mês	1 182 974 034	1 821 635 314	35 207 560	60 559 685
1 mês a 3 meses	1 232 307 448	1 024 226 837	36 675 817	34 050 094
3 meses a 1 ano	1 009 319 234	634 261 579	30 039 263	21 085 824
	<b>3 424 600 716</b>	3 480 123 730	<b>101 922 640</b>	115 695 603

**26. Obrigações subordinadas**

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
Obrigações	260 103 819	260 102 014	7 741 185	8 647 009
	<b>260 103 819</b>	260 102 014	<b>7 741 185</b>	8 647 009

No dia 29 de Junho de 2007, o Banco emitiu obrigações subordinadas por 10 anos com maturidade em 29 de Junho de 2017. O valor nominal é MT260 000 000 e é composto de 2 600 000 unidades de MT100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 16,5%. A Taxa de cupão subsequente é a taxa média ponderada das últimas 6 edições de Bilhetes do Tesouro (BTs) com maturidade em mais de 60 dias + 0,5% arredondado para o último 1/6 por cento. Os juros são pagos trimestralmente e o capital é reembolsado no prazo da maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2012). O banco não recorreu a esta opção. Os juros são pagos em 29 de Março, 29 de Junho, 29 de Setembro e 29 de Dezembro de cada ano.

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>27. Passivo de imposto corrente</b>				
Saldo em de 1 Janeiro	132 924 061	3 907 239	4 419 014	131 336
<b>Imposto do ano</b>				
Imposto sobre o rendimento do ano (consulte a nota 10)	671 003 398	512 568 399	21 398 456	17 028 850
	<b>803 927 459</b>	516 475 638	<b>25 817 470</b>	17 160 186
<b>Pagamentos/transferências</b>				
Pagamentos antecipados respeitantes ao período em curso	(603 531 587)	(383 551 577)	(19 246 764)	(12 742 577)
Diferenças cambiais	–	–	(606 543)	1 409
Saldo em 31 de Dezembro	<b>200 395 872</b>	132 924 061	<b>5 964 163</b>	4 419 018

## 28. Activo do fundo de pensões

### Plano do Fundo de Pensões

Nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho celebrado pelo Banco com os seus empregados, o Banco contribui voluntariamente com um certo montante para o Fundo de Pensões de Reforma que é administrado pelos representantes do Banco e dos empregados. Em 31 de Dezembro de 2014 foi realizada uma avaliação actuarial por uma firma de Actuários independentes que indicou existir uma exigibilidade de MT85 518 000 (2013: MT35 009 000). Os ganhos actuariais foram reconhecidos na demonstração de resultados compreensivos de acordo com a emenda à NIC 19: Benefícios dos Empregados que entrou em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2013.

A legislação moçambicana obriga todas as empresas a contribuírem para um fundo nacional de pensões. Todavia, uma vez que a indústria dos fundos de pensões está actualmente em revisão, a indústria de serviços financeiros celebrou um acordo colectivo exigindo a criação de planos de pensão privados. Os detalhes do plano de pensões do Banco, estabelecido de acordo com os requisitos do acordo colectivo, estão estabelecidos na nota (m). Contudo, o registo e a aprovação final do plano de pensões do Banco, assim como a aprovação do acordo colectivo da indústria de serviços financeiros ainda não foram recebidos das autoridades pertinentes. Nestas circunstâncias, existe uma incerteza quanto à obrigatoriedade do Banco continuar, ou não, a contribuir para o plano do Estado. De qualquer modo, desde Janeiro de 2008 todos os novos empregados estão a ser registados no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e a pagar a respectiva contribuição.

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Obrigações com benefícios pós-reforma dos empregados</b>				
<b>a. Demonstração da situação financeira</b>				
Valor presente das obrigações	(470 620 000)	(456 874 000)	(14 006 548)	(15 188 631)
Justo valor dos activos do plano	556 138 000	491 883 000	16 551 727	16 352 494
Activo líquido do fundo de pensões	85 518 000	35 009 000	2 545 179	1 163 863
<b>b. Demonstração de lucros ou prejuízos</b>				
Custo do serviço corrente	81 000	83 000	2 583	2 757
Juros líquidos sobre o passivo dos benefícios definidos líquidos	(7 678 000)	(7 226 000)	(244 853)	(240 066)
Custo de serviços	–	28 818 000	–	957 409
	(7 597 000)	21 675 000	(242 270)	720 100
<b>c. Outros resultados compreensivos (OCI)</b>				
Ganhos/(perdas) actuariais	20 688 000	(167 450 000)	615 714	(5 563 123)
Retorno sobre os activos do plano não incluído nos lucros ou prejuízos	–	39 679 000	–	1 318 239
Diferenças cambiais	–	–	–	(252 511)
Montante reconhecido na demonstração de outros resultados compreensivos	20 688 000	(127 771 000)	615 714	(4 497 395)
<b>d. Reconciliação do balanço</b>				
Saldo de abertura	35 009 000	39 191 000	1 163 863	1 317 345
Custo líquido de pensões	7 597 000	7 143 000	–	237 309
Ganhos/perdas actuariais reconhecidas	(20 688 000)	(64 418 000)	242 270	(2 141 556)
Contribuições da entidade	63 600 000	53 093 000	(615 714)	1 765 060
Diferenças cambiais	–	–	1 750 765	(14 295)
Saldo de fecho	85 518 000	35 009 000	2 541 184	1 163 863

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

## 28. Activo do fundo de pensões continuação

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>e. Passivo com o plano de benefícios pós-emprego</b>				
Saldo de abertura	456 874 000	434 140 000	15 188 630	14 592 941
Custo de serviço	81 000	83 000	2 411	2 759
Custo de juros	49 824 000	44 738 000	1 482 857	1 487 301
Ganho/(Perda) actuarial	11 172 000	32 866 000	332 500	1 092 620
Benefícios pagos	(47 250 000)	(54 870 000)	(1 406 250)	(1 824 136)
Prêmios de risco e custos	(81 000)	(83 000)	(2 411)	(2 759)
Diferença cambial	–	–	(1 591 189)	(160 095)
Saldo de fecho	470 620 000	456 874 000	14 006 548	15 188 631
<b>f. Activos do plano de benefícios pós-emprego</b>				
Saldo de abertura	491 883 000	473 331 000	16 352 493	15 910 286
Rentorno esperado dos activos	57 502 000	51 964 000	1 711 369	1 727 527
Contribuição do empregador	63 600 000	53 093 000	1 892 857	1 765 060
Prêmios de risco e custos	(81 000)	(83 000)	(2 411)	(2 759)
Benefícios pagos	(47 250 000)	(54 870 000)	(1 406 250)	(1 824 136)
Ganho/Perda actuarial	(9 516 000)	(31 552 000)	(283 214)	(1 048 936)
Diferença cambial	–	–	(1 713 117)	(174 548)
Diferença cambial	556 138 000	491 883 000	16 551 727	16 352 494
Os activos do fundos de pensões são representados como segue:				
Contas de depósitos bancários e obrigações	675 173 866	742 209 651	22 089 573	24 674 523
Títulos de investimento	522 550 000	313 941 000	9 343 482	10 436 868
	1 197 723 866	1 056 150 651	31 433 055	35 111 391
			2014	2013
Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:				
Taxa de desconto			10,75%	11,50%
Retorno esperado dos activos do plano			10,75%	11,00%
Aumentos salariais futuros			5,50%	7,50%
Aumento futuro em pensões			4,40%	5,20%
Taxa de inflação			5,50%	6,50%
Esperança média de vida dos restantes trabalhadores			63.8 anos	62.5 anos

Em 31 de Dezembro, o plano de pensões pós-reforma compreendia 133 (2013: 139) pensionistas.

## 29. Passivo com assistência médica pós-reforma

O pagamento de benefícios de assistência médica pós-emprego é fornecido para um grupo fechado de membros que foram empregados pelo banco antes de 31 de Dezembro de 1990 e que recebem 75% de contribuição para o plano de subsídio de assistência médica aquando da sua reforma. As contribuições para membros individuais foram disponibilizadas pelo Standard Bank, SA. Os dependentes dos membros em continuação elegíveis receberão um subsídio de contribuição para o plano de assistência médica, antes e depois da morte do membro principal. Se um membro elegível para um subsídio de reforma morre em serviço, os seus dependentes não são elegíveis para um subsídio de contribuição do plano de assistência médica. Em 31 de Dezembro de 2014, o plano compreendia 99 (2013: 102) membros activos.

Em 31 de Dezembro de 2014 o plano não foi reavaliado considerando que as variáveis subjacentes utilizadas na avaliação em 31 de Dezembro de 2013 não foram alteradas.

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>a. Reconciliação de activos e passivos reconhecidos na demonstração da situação financeira</b>				
Justo valor do plano de activos	75 093 000	70 574 000	2 234 911	2 346 210
Valor presente de obrigações não financiadas	75 093 000	70 574 000	2 234 911	2 346 210
<b>b. Reconciliação de activos e passivos reconhecidos na demonstração da situação financeira</b>				
Saldo de abertura	70 574 000	66 446 000	2 346 210	2 208 976
Juros líquidos	7 882 000	7 067 000	251 339	234 940
Custo do serviço corrente	494 000	134 000	15 753	4 455
Custo líquido anual reconhecido em lucros ou prejuízos	8 410 000	7 201 000	267 092	239 395
Remensuração reconhecida em outros resultados compreensivos	–	1 098 000	–	36 503
Pagamentos esperados de benefícios dos empregados	(3 857 000)	(4 171 000)	(122 991)	(138 664)
Diferenças cambiais	–	–	(255 400)	–
Saldo de fecho	75 093 000	70 574 000	2 234 911	2 346 210
<b>c. Componentes do custo de benefícios definidos (demonstração de lucros ou prejuízos)</b>				
Custo de juros	7 882 000	7 067 000	251 339	234 940
Custo do serviço corrente	494 000	134 000	15 753	4 455
<b>Custo</b>	<b>8 410 000</b>	<b>7 201 000</b>	<b>267 092</b>	<b>239 395</b>
<b>d. Outros resultados compreensivos</b>				
Remensuração devido à alteração na política de subsídios valorizados	–	(4 719 000)	–	(156 882)
Remensuração devido à correção de política de subsídios valorizados	–	(6 809 000)	–	(226 363)
Remensuração devido aos ajustamentos de experiência	–	6 939 000	–	230 685
Remensuração devido à alteração dos pressupostos financeiros	–	5 687 000	–	189 063
Total de remensuração: Perdas	–	1 098 000	–	36 503
<b>e. Contribuições de Prémios e Pagamentos de Benefícios</b>				
Pagamentos de Benefícios	(3 857 000)	(1 964 000)	(122 991)	(65 293)
<b>Total de fluxos de caixa</b>	<b>(3 857 000)</b>	<b>(1 964 000)</b>	<b>(122 991)</b>	<b>(65 293)</b>
<b>f. Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:</b>				
Taxa de desconto			11,50%	11,50%
Custo de inflação de cuidados de saúde			11,00%	11,00%
Taxa de inflação			6,50%	6,50%
Idade prevista de reforma			55 (mulheres) e 60 (homens)	55 (mulheres) e 60 (homens)

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>30. Imposto diferido</b>				
Reservas para reavaliação de títulos disponíveis para venda	3 159 848	(1 861 565)	94 043	(61 887)
Activos negociáveis e derivados	834 090	6 986 820	24 824	232 274
Reserva de reavaliação – em propriedade	161 720 150	55 215 345	4 813 100	1 835 617
	165 714 088	60 340 600	4 931 967	2 006 004
<b>30.1 Imposto diferido Disponíveis para venda</b>				
Saldo de abertura	1 861 565	(23 607 854)	(61 887)	(793 541)
Movimento no capital próprio	5 021 413	21 746 289	155 930	731 654
	3 159 848	(1 861 565)	94 043	(61 887)
<b>Activos negociáveis</b>				
Saldo de abertura	6 986 820	1 089 052	232 275	36 607
Movimento na demonstração de lucros ou prejuízos	(6 152 730)	5 897 768	(207 451)	195 668
	834 090	6 986 820	24 824	232 275
<b>Reavaliação de propriedade</b>				
Saldo de abertura	55 215 345	55 215 345	1 835 617	1 855 978
Movimento do capital próprio	106 504 805	–	2 977 483	(20 362)
	161 720 150	55 215 345	4 813 100	1 835 616
	165 714 088	60 340 600	4 931 967	2 006 004
<b>31. Outros passivos</b>				
Acréscimos	275 327 936	333 015 631	8 194 284	11 070 998
Contas a pagar	45 746 757	68 587 097	1 361 511	2 280 156
Dividendos a pagar	9 304 675	6 862 201	276 925	228 132
Contas de compensação	2 857 130	–	85 033	–
Fornecedores	412 552 420	634 851 037	12 278 346	21 105 421
	745 788 918	1 043 315 966	22 196 099	34 684 707

### 32. Transacções com partes relacionadas

Diversas transacções bancárias, depósitos, contas a pagar, garantias são celebradas com as partes relacionadas. As mesmas são realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções com as partes relacionadas executadas durante o ano e os respectivos saldos no fim do ano são as seguintes:

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>Juros ganhos nos depósitos</b>				
Standard Bank London	24 367 216	2 728 098	777 076	90 634
Standard Bank South Africa	16 298 578	21 947 029	519 765	729 137
Standard Bank Isle of Man Branch	38 217 067	83 598 216	1 218 751	2 777 349
Standard Bank Mauritius	10 219 975	18 378 752	325 917	610 590
	89 102 836	126 652 095	2 841 519	4 207 710
<b>Juro pago no empréstimo de curto-prazo</b>				
Standard Bank Mauritius	–	3 140 826	–	104 346
<b>Depósitos</b>				
Standard Bank London	–	3 760 079 362	–	125 002 638
Standard Bank South Africa	58 000 000	228 000 000	1 726 190	7 579 787
Standard Bank Isle of Man Branch	7 711 000 839	4 112 737 977	229 494 073	136 726 661
Standard Bank Mauritius	681 519 921	903 225 947	20 283 331	30 027 458
	8 450 520 760	9 004 043 286	251 503 594	299 336 544
<b>Empréstimo de curto-prazo</b>				
Standard Bank Mauritius	–	300 800 000	–	10 000 000
<b>Juros acumulados</b>				
Standard Bank London	–	1 357 886	–	45 143
Standard Bank South Africa	3 389 107	260 951	100 866	8 675
Standard Bank Isle of Man Branch	19 394 231	34 057 933	577 209	1 132 245
Standard Bank Mauritius	5 639 043	8 609 332	179 830	286 024
	28 422 381	44 286 102	857 905	1 472 087
Investimento em empresas associadas	42 296 908	42 296 408	1 258 837	1 406 148
Custos acumuladas referentes aos honorários de gestão a pagar à sede	(192 521 683)	(184 763 562)	(5 729 812)	(6 142 406)
Honorários de gestão antecipados a pagar à sede	89 058 236	183 678 522	2 840 088	6 102 276
<b>Garantias recebidas</b>				
Standard Bank Group	583 500 000	842 467 386	17 366 071	28 007 559

Não existiam provisões e montantes anulados respeitantes a partes relacionadas no final do exercício (2013: nulo).

## Notas às demonstrações financeiras anuais | continuação

	2014 MT	2013 MT	2014 USD	2013 USD
<b>33. Caixa gerado pelas operações</b>				
Lucro antes de impostos	2 235 804 860	1 764 905 341	71 300 342	58 634 729
<b>Ajustamentos para itens que não sejam de caixa:</b>				
Depreciação e amortização (nota 8)	130 177 426	113 207 011	4 151 389	3 761 030
Justo valor de derivados	22 389 201	(16 088 730)	713 996	(534 509)
Prejuízo na venda de propriedade e equipamento	1 503 271	875 455	47 940	29 964
Perdas por imparidade em empréstimos	193 006 574	326 339 656	6 155 025	10 841 849
Caixa gerado pelas operações	2 582 881 332	2 189 238 733	82 368 692	72 732 063
<b>34. Variações no capital circulante</b>				
<b>Passivos</b>				
Depósitos de clientes	2 706 985 272	598 049 463	43 827 927	19 881 964
Passivos negociáveis	1 400 000 000	–	41 666 667	–
Obrigações subordinadas	1 805	14 444	(905 824)	480
Outros passivos	(304 325 524)	251 876 728	(9 057 308)	8 373 561
Aumento em passivos operacionais	3 802 661 553	849 940 635	113 174 450	28 256 005
<b>Activos</b>				
Activos negociáveis e activos financeiros disponíveis para venda	(2 999 889 187)	2 973 155 538	(89 282 416)	98 841 607
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(4 183 027 142)	(4 315 103 234)	(124 850 219)	(143 447 046)
Outros activos	199 363 988	(161 500 509)	5 933 452	(5 369 033)
Aumento em activos operacionais	(6 983 552 341)	(1 503 448 205)	(208 199 183)	(49 974 472)
Variações líquidas no capital circulante	(3 180 890 788)	(653 507 570)	(95 024 733)	(21 718 467)
<b>35. Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e depósitos no Banco Central (nota 12)	4 547 230 690	3 517 999 468	135 334 247	116 954 770
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 16.1)	10 518 882 498	14 177 101 805	313 061 979	471 313 225
	15 066 113 188	17 695 101 273	448 396 226	588 267 995
<b>36. Taxas de conversão</b>				
As seguintes taxas de câmbio foram utilizadas na conversão das demonstrações financeiras para Dólares norte-americanos (USD).				
Taxa de fecho	MT33.60/USD	(2013: MT30.08/USD)		
Taxa média	MT31.36/USD	(2013: MT30.10/USD)		
As taxas baseiam-se nas taxas oficiais publicadas pelo Banco de Moçambique.				
<b>37. Eventos subsequentes</b>				
Em 26 de Fevereiro de 2015, o conselho de administração declarou um dividendo total de MT335 237 584 (2013: MT 623 219 587) no valor de MT1.30 (2013: MT2.41) por acção para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.				





[www.standardbank.co.mz](http://www.standardbank.co.mz)